



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ALMIRACI DANTAS DOS SANTOS

**LADISLAU NETTO NO MUSEU NACIONAL:  
MEMÓRIA INSTITUCIONAL (1870-1893)**

Maceió  
2021

ALMIRACI DANTAS DOS SANTOS

**LADISLAU NETTO NO MUSEU NACIONAL:  
MEMÓRIA INSTITUCIONAL (1870-1893)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

**Área de concentração:** Informação, Tecnologia e Inovação.

**Linha de Pesquisa:** Produção, Mediação e Gestão da Informação.

**Orientadora:** Prof. Dra. Maria de Lourdes Lima.

Maceió  
2021

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto - CRB-4 - 1767

S2371 Santos, Almiraci Dantas dos.  
Ladislau Netto no Museu Nacional : memória institucional (1870-1893)  
/ Almiraci Dantas dos Santos. – 2021.  
113 f. : il.

Orientadora: Maria de Lourdes Lima.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade  
Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes.  
Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 94-101.

Apêndices: f. 102-106.

Anexos: f. 107-113.

1. Brasil. Museu Nacional. 2. Netto, Ladislau, 1838-1894. 3.  
Administração de museus. 4. Memória coletiva. 5. Mediação da informação.  
I. Título.

CDU: 069.6

ALMIRACI DANTAS DOS SANTOS

**LADISLAU NETTO NO MUSEU NACIONAL:**

MEMÓRIA INSTITUCIONAL (1870-1893)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação, em 31/03/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dra. Maria de Lourdes Lima – PPGCI/UFAL  
(Presidente/Orientadora)



---

Prof. Dr. Edivanio Duarte de Souza – PPGCI/UFAL (Membro  
Examinador Interno)



---

Profa. Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas - PPGHCTE/UFRJ  
(Membro Examinador Externo)

Maceió  
2021

Dedico a Dalva de Castro (*in memoriam*),  
fruto do seu legado nas minhas trajetórias pessoais e acadêmicas.

## AGRADECIMENTOS

Toda honra e toda glória sejam dadas, em primeiro lugar, ao meu Paizinho, aquele que é meu artista criador: Deus.

Aos meus pais, Claraci Dantas dos Santos e Manoel Beneval dos Santos, minha gratidão.

Agradeço à minha orientadora, amiga e intelectual, meu imenso respeito à docente Maria de Lourdes Lima.

Ao meu esposo, Geovane Silva do Nascimento Júnior, pelo companheirismo, paciência e pelas noites maldormidas, enquanto estudava. Minha gratidão e o meu amor.

À minha filhota, Liz Mariah Dantas Silva, e aos meus enteados, Geovane Silva do Nascimento Netto e Davi Silva do Nascimento, pelos silêncios negociados na hora dos estudos, minha gratidão e meus amores.

À minha irmã, Veraci Dantas dos Santos, por estar sempre presente me auxiliando em todas as batalhas.

Aos meus professores, a todos os funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, em especial ao coordenador Edivanio Duarte Souza, agradeço a compreensão e presteza.

À Profa. Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas - PPGHCTE/UFRJ - pelo incentivo durante as pesquisas, minha gratidão eterna.

Ao quarteto fantástico formado por: Edna Carvalho da Cunha, Priscilla Nunes Peixoto e Zaqueu Jhônathas Santos da Silva, ao qual passei a integrar. Amigos e colegas especiais que o mestrado me presenteou, minha gratidão.

*[...] O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo o silêncio. [...]. (LE GOFF, 2003, p. 537, grifos nossos).*

## RESUMO

Este trabalho tem como pressuposto a gestão do alagoano, botânico e cientista Ladislau Netto (1870-1893) como diretor do Museu Nacional. Neste sentido, o tema diz respeito à mediação da gestão, da informação e do conhecimento nas suas interseções com o espaço museal. Nessa perspectiva, numa esfera mais ampla, o seu objetivo consiste em analisar a gestão de Ladislau Netto à frente do Museu Nacional associando-a à sua consolidação como equipamento cultural e científico no Brasil, com vista à produção de conhecimento acadêmico. De modo que, os objetivos específicos deste estudo visam examinar aspectos biográficos de Ladislau Netto no âmbito da produção da memória, gestão política e científica; situar Ladislau Netto frente à consolidação do Museu Nacional, como instituição museal e acadêmica a combinar ensino, pesquisa e produção do Conhecimento; identificar a mediação da informação como pressuposto da Ciência da Informação, na gestão de Ladislau Netto. Trata-se de uma pesquisa que dialoga com a Ciência da Informação, com a História Cultural e com a Museologia, de modo a situar o botânico Ladislau Netto no centro de suas contribuições à organização institucional, consequência de reformas administrativas advindas dos regulamentos de 1876, de 1888 e de 1892. Os procedimentos metodológicos adotados se basearam em levantamentos e análises de documentos e bibliografias sobre Ladislau Netto e o Museu Nacional, nas quais foi encontrado como resultado a criação da revista científica Arquivos, na implantação de concursos e de cursos públicos de ensino, no âmbito do Museu Nacional, bem como no patrocínio das expedições científicas no Brasil, com repercussão na Exposição Antropológica Brasileira, de 1882, e na Exposição Universal e Internacional de Paris, em 1889. Desse modo, conclui-se que as ações estabelecidas pela gestão de Ladislau Netto resultaram nas expedições científicas que subsidiaram a formação do acervo genuinamente brasileiro, assim como parte das coleções foram apresentadas nas Exposições de 1882 e 1889, os fluxos e usos das pesquisas científicas através da revista Arquivos, ambas evidenciadas como práticas da mediação da informação, bem como a implantação dos cursos públicos e o rigor na gestão pública através dos concursos, se apresentam como cruciais no alcance dos objetivos específicos estabelecidos, mostrando-se ainda como uma administração institucional de práticas culturais dinamizadoras e promotoras da criação das condições de produção do conhecimento científico e cultural no Brasil.

Palavras-chaves: Memória - Museu Nacional. Gestão - Ladislau Netto. Mediação da Informação - Museu Nacional.

## ABSTRACT

This work assumes the management of Alagoas, botanist and scientist Ladislau Netto (1870-1893), as director, of the National Museum. In this sense, the theme concerns the mediation of management, information and knowledge at their intersections with the museum space. Its objective, in the broadest sphere, is to analyze the management of Ladislau Netto at the head of the National Museum, associating it to its consolidation as cultural and scientific equipment in Brazil, with a view to the production of academic knowledge. While the specific objectives aim to: examine biographical aspects of Ladislau Netto in the scope of memory production, political and scientific management; to place Ladislau Netto in view of the consolidation of the National Museum, as a museum and academic institution combining teaching, research and knowledge production; to identify mediation of information as an assumption of Information Science, in the management of Ladislau Netto. This research dialogues with Information Science, Cultural History and Museology, in order to place the botanist Ladislau Netto at the center of his contributions to institutional organization, a consequence of administrative reforms arising from the regulations of 1876, 1888 and 1892. The methodological procedures were based on surveys and analyzes of documents and bibliographies about Ladislau Netto and the National Museum, in which he found as a result the creation of the scientific journal *Archives*, in the implementation of competitions and public teaching courses, within the scope of the National Museum, as well as in the sponsorship of scientific expeditions in Brazil, with repercussions in the Brazilian Anthropological Exhibition, of 1882, and in the Universal and International Exhibition of Paris, in 1889. In this way, it is concluded that the actions established, under the management of Ladislau Netto, in scientific expeditions that subsidized the formation of the genuinely Brazilian collection, as well as part of the collections presented at the 1882 and 1889 Exhibitions, the flows and uses of scientific research through the magazine *Arquivos*, both evidenced as practices of mediation of information, as well as the implementation of public courses and rigor in public management through tenders, are presented as crucial in reaching the specific objectives established, also showing itself as an institutional administration of cultural practices that promote and promote the creation of conditions for the production of scientific and cultural knowledge in Brazil.

Keywords: Memory - National Museum. Management - Ladislau Netto. Information Mediation - National Museum.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Fachada do Museu Nacional.....	20
Figura 2 -	Incêndio no Museu Nacional em 2018.....	20
Figura 3 -	Diagrama: Paradigma Custodial x Paradigma Pós-Custodial.....	27
Figura 4 -	Pintura a óleo de Ladislau Netto.....	37
Figura 5 -	Fachada do Museu Nacional no início da gestão de Ladislau Netto.....	52
Figura 6 -	Capa e folha de rosto do primeiro volume da Revista Arquivos .....	62
Figura 7 -	Capa e folha de rosto do sexagésimo oitavo volume da Revista Arquivos.....	63

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Organização do MN - Regulamento de 1876.....	54
Quadro 2 -	Organização do MN - Regulamento de 1888.....	54
Quadro 3 -	Primeiro volume da revista Arquivos (1876).....	64
Quadro 4 -	Segundo volume da revista Arquivos (1877).....	64
Quadro 5 -	Terceiro volume da revista Arquivos (1878).....	65
Quadro 6 -	Quarto volume da revista Arquivos (1879).....	65
Quadro 7 -	Quinto volume da revista Arquivos (1881).....	66
Quadro 8 -	Sexto volume da revista Arquivos (1885).....	66
Quadro 9 -	Sétimo volume da revista Arquivos (1887).....	66
Quadro 10 -	Oitavo volume da revista Arquivos (1892).....	67
Quadro 11 -	Composição do Guia da Exposição Antropológica Brasileira...	73
Quadro 12 -	Técnicas de coletas de dados.....	86
Quadro 13 -	Discussão dos resultados.....	89
Quadro 14 -	Publicações da Revista Arquivos do Museu Nacional de 1876 a 2010.....	102
Quadro 15 -	Levantamento bibliográfico e documental sobre Ladislau Netto e Museu Nacional nas instituições de memória de Alagoas.....	104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
APA	Arquivo Público de Alagoas
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPEGR	Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
EUA	Estados Unidos da América
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	International Council of Museums
IGHAL	Instituto Geográfico e Histórico de Alagoas
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MDPP	Comitê Permanente para Definição, Perspectivas e Potenciais do Museu
MEC	Ministério da Educação
MN	Museu Nacional
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
RIUFAL	Repositório Institucional da Universidade Federal de Alagoas
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SEMEAR	Seção de Memória e Arquivo
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWW	World Wide Web

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O MUSEU NACIONAL: ENTRE MEMÓRIAS.....	20
3	TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE LADISLAU NETTO.....	37
3.1	Primeira fase (1838-1854): origem, infância, formação inicial e talento.....	40
3.2	Segunda fase (1854–1864): do relento ao talento e às descobertas científicas.....	42
3.3	Terceira fase (1864 – 1866): da Europa ao retorno para o Brasil.....	43
3.4	Quarta fase (1866–1893): do Museu Nacional ao cerrar as cortinas	45
4	A GESTÃO DE LADISLAU NETTO NO MUSEU NACIONAL.....	52
4.1	Cursos e concursos públicos.....	58
4.2	A revista <i>Arquivos</i> do Museu Nacional.....	59
4.3	As expedições e exposições no Museu Nacional.....	68
5	A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE LADISLAU NETTO.....	78
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	84
6.1	Caracterização da pesquisa.....	85
6.2	Delimitação da pesquisa.....	86
6.3	Coleta e sistematização de dados.....	86
6.4	Análises e discussão dos resultados.....	88
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	94
	APÊNDICE A – REVISTA: ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL DE 1876 A 2010.....	102
	APÊNDICE B – DOCUMENTOS E BIBLIOGRAFIAS SOBRE LADISLAU NETTO NAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA EM ALAGOAS.....	104
	APÊNDICE C - CÓPIAS DOS E-MAILS PARA PESQUISA NO MUSEU NACIONAL.....	105
	ANEXO A – CÓPIA DO REGULAMENTO DE 1876.....	107

<b>ANEXO B – CAPA DO GUIA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA – 1882.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO C – LADISLAU NETTO: O ÚLTIMO ROMÂNTICO – JORNAL GAZETA DE ALAGOAS, 23 DE MARÇO DE 2008.....</b>	<b>111</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo a seguir tem como fundamento o modelo de gestão posto em prática pelo botânico e cientista Ladislau Netto, quando da sua atuação como diretor, interino e efetivo, respectivamente, do Museu Nacional (MN). Logo, o presente estudo à medida que focaliza dados biográficos do cientista oitocentista, também parte da sua trajetória profissional por ocasião da consolidação do Museu Nacional, a qual se deu durante o período correspondente ao Segundo Reinado no Brasil.

Partindo desse princípio, a pesquisa se valeu de um levantamento das ações realizadas por esse mediador institucional da memória do império, que, na condição de diretor e pesquisador da instituição, conseguiu torná-la em expressão da cultura e da ciência brasileira. Neste sentido, o tema desta pesquisa diz respeito à mediação da gestão, da informação e do conhecimento nas suas interseções com o espaço museal; ou seja, à época, quando se davam os primeiros passos na história de uma escrita de feição nacional.

Assim, o problema deste trabalho consistiu em trazer à luz a seguinte indagação: *teria a gestão de Ladislau Netto, entre 1870 a 1893, logrado êxito em consolidar o Museu Nacional como um importante equipamento cultural do Brasil, de modo a se tornar um marco seminal na construção do Museu Nacional, numa perspectiva contemporânea?*

Em decorrência dessa problemática, conforme Lakatos e Marconi (2003), a formulação da hipótese demanda considerar fatos e fenômenos no percurso das investigações. Para responder o problema, elenca-se a hipótese de que *a consolidação do Museu Nacional, no último quartel do século XIX, tem vínculos diretos com a mediação da gestão pública, em consonância com a informação museal, que é concomitante aos museus de história natural da Europa oitocentista.*

Sob tal perspectiva, esta pesquisa busca um diálogo com a Ciência da Informação, a Museologia, a História Cultural e a Antropologia, cujo foco repousa sobre a gestão do botânico e desenhista alagoano Ladislau de Souza Mello e Netto (1838-1894), quando diretor do Museu Nacional, durante os anos de 1870 a 1893, por meio das suas contribuições em favor das pesquisas científicas e da organização institucional; através dos regulamentos de 1876, de 1888 e de 1892; da criação de uma revista científica, *Arquivos*; da implantação de concursos e de cursos

públicos de ensino na esfera do Museu Nacional; bem como da organização de várias expedições científicas no Brasil, para a formação de acervos genuinamente brasileiros, os quais subsidiaram as duas famosas exposições, a saber: a *Exposição Antropológica Brasileira*, de 1882, e a participação do Brasil na *Exposição Universal e Internacional de Paris*, em 1889.

Por isso, este estudo trata o Museu Nacional como uma instituição gestora da informação e do conhecimento, além de promover processos construtores, inovadores e determinantes para transformar o Museu em uma instituição que funda a prática acadêmica em seu espaço institucional. No século seguinte, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1968, retoma o ato fundador, quando da criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, preocupação também presente no inquieto botânico e gestor Ladislau Netto, que volta seu olhar na direção da Antropologia e da Etnologia/Arqueologia, respectivamente entre os anos de 1876 e 1888. Tudo isso, acoplado à publicação da revista *Arquivos*, disponível no site do Museu Nacional, até o ano de 2010, configurando-se numa linha de continuidade e de subsídios tanto para o desenvolvimento científico-tecnológico, quanto para o avanço social, político e cultural do país.

Desse modo, o interesse pelo tema decorre, desde a graduação, do meu encantamento pela disciplina de “História da Cultura e dos Registros do Conhecimento” bem como pela de “Ação Cultural”, o que, por sua vez, acabou culminando na pesquisa – e também na publicação de um artigo, em 2014 – sobre a memória institucional do Curso de Biblioteconomia/UFAL<sup>1</sup>, sob a coordenação da Prof.<sup>ª</sup> Maria de Lourdes Lima. Já em 2018, quando ocorreu o incêndio do Museu Nacional, senti-me motivada a pensar a gestão do alagoano Ladislau Netto, por ocasião do edital 01/2018 do PPGCI/UFAL, somando tal motivação à necessidade de um estudo sobre o espaço das memórias que atravessam a gestão do Ladislau Netto, no último quartel do século XIX, como uma forma de suscitar indagações sobre o século XXI.

A pesquisa também contempla uma conexão entre o Museu Nacional e o estado de Alagoas (lugar de nascimento de Ladislau Netto), a partir de estudos bibliográfico e biográfico que, oriundos de uma produção local, até o momento

---

<sup>1</sup> SANTOS, Almiraci Dantas dos; LIMA, Maria de Lourdes. Curso de Biblioteconomia da UFAL: uma trilha sobre sua memória histórica. **Ciência da Informação em revista**, Maceió, v.1, n.1, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/1304#>.

apontam para a existência dos jornais da época<sup>2</sup> no Arquivo Público de Alagoas (APA) e Instituto Geográfico e Histórico de Alagoas (IGHAL).

No acervo da Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPEGR), foi localizado um exemplar do livro *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*, de autoria do próprio Ladislau Netto, e outros exemplares que fazem referência à sua gestão. Como, por exemplo, os livros de Lacerda (*Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*) e as produções dos alagoanos: Abelardo Duarte (biografia de Ladislau Netto); Nádia Amorim (síntese biográfica de Ladislau Netto); e Craveiro Costa, que menciona a importância de Ladislau Netto no livro, *História de Alagoas*; além de alguns Anuários e Anais dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Cultura, assim como também um único exemplar do volume 34 da revista *Arquivos*, do Museu Nacional.

Já no Repositório Institucional da Ufal (RIUFAL), foi possível encontrar uma dissertação intitulada: *O livro e o processo civilizatório em Alagoas: do gabinete de leitura à Biblioteca Pública*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), de autoria de Roselito de Oliveira Santos, o qual menciona Ladislau Netto como parte integrante do grupo de intelectuais alagoanos da geração de 1860. Outros trabalhos acadêmicos realizados mencionam o nome de Ladislau Netto apenas por este nomear uma Escola Estadual (a qual se encontra atualmente fechada), ou por atribuir o seu nome a um logradouro localizado no centro de Maceió, comumente conhecido como Rua das Árvores.

Portanto, em termos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, explicativa e de abordagem qualitativa, cujos procedimentos se pautam pelo uso de fontes documentais e bibliográficas (LAKATOS; MARCONI, 2003). Além disso, este estudo também se utiliza das ferramentas eletrônicas para alcançar as diversas fontes acerca da temática proposta, *in loco*, em Alagoas. O propósito visa investigar, nas instituições existentes, fontes que auxiliem na solução do problema desta pesquisa científica. Este trabalho tem por objeto o papel das mediações na gestão do Museu Nacional (Rio de Janeiro), desempenhado pelo então diretor Ladislau Netto, na confluência entre as formas de mediação com a informação e o conhecimento como uma forma de atender ao objetivo de analisar a gestão de

---

<sup>2</sup> Ver. Apêndice B.

Ladislau Netto à frente do Museu Nacional; associando-a, além disso, à sua consolidação como equipamento cultural e científico no Brasil, com vista à produção do conhecimento científico e acadêmico brasileiro.

Nesse sentido, os objetivos desta pesquisa consistem, na sua esfera mais ampla, em analisar a gestão de Ladislau Netto à frente do Museu Nacional, associando-a à sua consolidação como equipamento cultural e científico no Brasil, com vista à produção de conhecimento acadêmico. Já os objetivos específicos visam: examinar aspectos biográficos de Ladislau Netto no âmbito da produção da memória, gestão política e científica; situar Ladislau Netto frente à consolidação do Museu Nacional, como instituição museal e acadêmica a combinar ensino, pesquisa e produção do Conhecimento; identificar a mediação da informação como pressuposto da Ciência da Informação, na gestão de Ladislau Netto.

Quanto à justificativa é possível associar as contribuições científicas de Ladislau Netto ao avanço da institucionalização da informação museal, no âmbito do Museu Nacional, partindo da Ciência da Informação, da História Cultural e da Museologia, áreas imprescindíveis à estruturação museal, sobretudo, em termos da preservação da memória coletiva, compartimentada em museu, biblioteca, arquivo e centro de produção científica. Esta pesquisa examinará a gestão de Ladislau Netto – quando diretor do Museu Nacional – em torno dos anos de 1870 a 1893.

Assim sendo, esta pesquisa terá como foco a consolidação do Museu Nacional como equipamento cultural do Brasil, examinando o contexto em que o museu está inserido, desde o império aos primórdios da república. Busca-se revisitar também as narrativas acerca da trajetória do botânico Ladislau Netto, o qual foi responsável pela contribuição no avanço das pesquisas, pelas descobertas no campo científico e pela valorização de saberes do povo brasileiro, conforme expressa Mello e Netto (1870, p. I), no seu Prefácio dirigido “Ao leitor”: “E, eis que ao povo nos dirigimos, ao povo em quem de todo se não extinguiu a centelha da imaginação e o bálsamo da esperança [...] a ciência de ordinário não zelosa de instruí-lo, costuma revestir de formas e caracteres para ele indecifráveis.” Esse texto de 1870 foi dirigido ao público brasileiro com o interesse de se noticiar os empreendimentos científicos e históricos divulgados pelo Museu Nacional.

Nas palavras acima, escritas pelo próprio Ladislau Netto, além do seu profissionalismo, sua paixão pela botânica é nítida. Possivelmente, essas duas qualidades, aliadas à sua trajetória de superação de vida, refletem também na sua

figura exemplar de gestor público na direção do MN. A considerar o exposto, não há como desvincular o indivíduo do gestor (assim como também do cientista), que contribuiu para o desenvolvimento da ciência no Brasil, tornando-se referência no MN. Logo, esta pesquisa tratará do Museu Nacional como instituição que se apropria da informação e do conhecimento, além de promover processos construtores e inovadores que dão subsídios ao desenvolvimento científico, político, econômico e cultural do país.

Assim, este estudo faz-se necessário para a compreensão e solução do problema proposto acima, na medida em que contribuirá para a memória institucional do Museu Nacional, baseando-se nas práticas e conhecimentos científicos do alagoano Ladislau Netto. O trabalho também implicará em estabelecer conexão entre essa instituição de representação nacional com o estado de Alagoas por meio desta pesquisa científica, a qual, por fim, resultará na produção de um novo conhecimento respaldado nos levantamentos documentais e bibliográficos existentes no Estado, visto que são concernentes ao tema de pesquisa.

Desse modo, esta dissertação se organiza em 7 (sete) seções. A primeira seção, dar-se-á por esta **“introdução”** a qual promove uma visão geral de todo o trabalho de pesquisa, apresentando os elementos chaves da dissertação, tais como: tema, problema, objetivos e justificativa. Ressalta-se que as seções apresentadas a seguir, configura-se no método de análise e discussão dos resultados mediante a revisão de literatura. Ou seja, conforme os levantamentos documentais e bibliográficos correspondentes aos respectivos passos e desdobramentos da pesquisa, com vistas nos pressupostos previamente dados e nos caprichos inerentes à própria investigação.

Já a segunda seção aborda **“O Museu Nacional: entre memórias”**, na qual se estabelece a relação da gênese do MN com as mudanças operadas no transcurso da sua história institucional, tomando como pressuposto parte das memórias que foram anteriores às Reformas, oriundas, por sua vez, das regulamentações institucionais promovidas por Ladislau Netto. Em seguida, a terceira seção discorre sobre os **“Traços biográficos de Ladislau Netto”**, por meio de narrativas que visam recompor o tecido da trajetória pessoal e pública do gestor, na condição de sujeito e cidadão, em cuja atuação notabiliza-se como responsável pelas contribuições científicas e culturais fundamentais ao Brasil, seja no último quartel do século XIX, seja na passagem do Império para a República.

Em sequência, a quarta seção discorre sobre **“A Gestão de Ladislau Netto no Museu Nacional”**. Esta seção tem como meta situar a gestão de Ladislau Netto frente à consolidação do Museu Nacional através das ações conferidas ao diretor desse equipamento cultural e científico brasileiro. Neste sentido, em atendimento ao terceiro objetivo específico da pesquisa em questão, elaborou-se a quinta seção em que se discorre sobre **“A mediação da informação na gestão de Ladislau Netto”**. Parte-se da mediação da informação como pressuposto da Ciência da Informação, centralizando-a na gestão de Ladislau Netto, de modo a contemplar a inter-relação da Museologia com a Ciência da Informação, por meio da informação e de ações praticadas ao longo da sua gestão. A sexta seção apresenta os **“procedimentos metodológicos”** que evidenciam e caracterizam os métodos adotados para a realização da pesquisa, tais como o processo de sistematização e a coleta dos dados. Finalmente a sétima seção trata das **“Considerações finais”**, desdobramentos, proposta e investigação.

## 2 O MUSEU NACIONAL: ENTRE MEMÓRIAS

Figura 1 - Fachada do Museu Nacional.



Fonte: Carla Maria Martins (2018).

Figura 2 - Incêndio no MN em 2018.



Fonte: Conexão planeta (2018).

Da sua gênese às possíveis mudanças operadas no transcurso da sua história institucional, de pouco menos de um século, deve-se refletir sobre os diferentes matizes dessas memórias vividas e/ou incorporadas ao museu. O pressuposto parte das memórias que foram anteriores às reformas oriundas das regulamentações institucionais, promovidas por Ladislau Netto, tal qual sugere a chamada desta seção.

Conforme é apontado por Nora (1986), de meados do século XVIII ao século XIX, houve uma corrida europeia, com ramificações nas Américas. Cada país buscava formar sua identidade nacional representada pela exposição de objetos possuídos por um conjunto de informações relevantes para a memória da nação, fazendo com que o museu passasse do conceito de uma instituição meramente expositiva de memórias pessoais, fechada e restrita aos escolarizados, para uma instituição aberta à visitação pública com exposições educativas e com uma projeção de seus estudos científicos. De acordo com Santos (2000 p. 279), nessa corrida das nações, buscava-se não apenas objetos de representação da “[...] riqueza de cada nação, mas procurava-se mostrar, mais o poder de cada nação em expor as riquezas trazidas de outras civilizações como parte de sua história”.

O Brasil não ficou de fora dessa corrida. À época o nome do museu era Museu Real, criado pelo decreto de 6 de junho de 1818; no entanto, havia uma incógnita em relação à riqueza que o Brasil tinha para mostrar ao mundo. Por muito tempo o Museu Real passou a agregar somente utensílios da realeza e objetos trazidos de outros países, itens de nações como Egito, por exemplo; porém, a

identidade brasileira não se encontrava explícita nesses objetos; o problema estava em não se valorizar o que nenhum outro país tinha: as tradições, a cultura indígena e afro-brasileira, identidades da formação real do país. Naquele período, todos os brasileiros deviam ser imitadores dos costumes europeus, o que acabava por deixar de lado uma valiosa riqueza das práticas culturais já encontradas nas terras brasileiras.

Nesta corrida para formação e consolidação da identidade nacional, o Museu Nacional vem a lume, no dia 6 de junho de 1818, por decreto do rei D. João VI (1767-1826), com o nome de Museu Real, instituição concebida por influência dos ingleses, com a chancela do Museu de História Natural (IBRAM, 2016). Certamente, inspirado na Carta de Caminha, de 1500, com desdobramentos na *Visão do Paraíso*, escrito mais tarde por Sérgio Buarque de Holanda, em 1959. Segue abaixo, o decreto:

*Querendo propagar os conhecimentos e estudos das Ciências naturais do Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do Comércio, da Indústria e das Artes, que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares, ficando tudo a cargo de pessoas que Eu para o futuro nomear. E sendo-Me presente que a morada de casas que no campo de S. Anna ocupa o seu proprietário João Rodrigues Pereira d'Almeida, reúne as proporções e cômodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietário voluntariamente se presta a vendê-la pela quantia de trinta e dois contos por Me fazer serviço: Sou servido a aceitar a referida oferta e que, procedendo-se à competente escritura de comprar para ser depois enviada ao conselho da Fazenda e incorporada a mesma casa aos próprios da coroa, se entregue pelo Real Erário com toda a brevidade ao sobredito João Rodrigues, a mencionada importância de trinta e dois contos de réis. Thomas Antonio Villa Nova Portugal, do Meu conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, encarregado da presidência do Meu Real Erário, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessários sem embargo de quaisquer leis ou ordens em contrário. Palácio do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1818 (MELLO E NETTO, 1870, p. 17, grifos nossos).*

Com o decreto de criação do então Museu Real, percebe-se a importância dada à instituição museu, concebida como espaço de propagação do conhecimento e de estudos sobre as ciências naturais no Brasil, à época, com características dos “gabinetes de curiosidades”, criados por iniciativa privada, na Europa iluminista, mas de interesse público para aqueles que produziam ciências. Porém, a ideia do museu oitocentista, no Brasil, não deixava de ser um espaço de guarda da memória

histórica de uma nação que se formava com sua dupla representação política de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Observa-se que Ladislau Netto (1870) expõe um contraste entre a redação do decreto - sinalizado por uma escrita solene, porém mantendo-se somente no papel - com a realidade “mesquinha” em sua execução. “Só por ilusória e aparente satisfação aos estranhos tentara-se criar o primeiro e até agora [1870] o maior museu que possui o Brasil, museu cuja importante missão, [...] prendiam-se [...] as esperanças do mundo científico” (MELLO E NETTO, 1870, p. 18).

Dantas (2012), em sua tese, analisa os documentos oficiais do Museu, os quais se encontravam, antes do incêndio, guardados na Seção de Memória e Arquivos do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SEMEAR/UFRJ). Esses documentos tratavam das alterações do nome do Museu, alterações que ocorreram “devido às mudanças políticas do país”. Por ocasião da Constituição Política do Brasil, outorgada por D. Pedro I, o Museu Real permanece com essa mesma terminologia até 1824. “Entre 1824 e 1825, a nomenclatura mudou para *Museu Nacional e Imperial*. Posteriormente, o nome foi alterado para *Museu Imperial e Nacional*, permanecendo até 1842”. A partir daí “[...] a instituição teve seu caráter nacional fortalecido e passou a ser identificado como *Museu Nacional*” (DANTAS, 2012, p. 67, grifo nosso).

Após o transcurso histórico da criação do Museu Nacional, é imprescindível o entendimento sobre a necessidade humana em guardar os momentos vividos em sua memória, plasmada na materialidade e na imaterialidade, visto que ambas são necessárias à vida em sociedade. De acordo com Le Goff (2003, p. 419), a memória preserva as informações importantes e por ser uma das suas funções cognitivas e psíquicas, serve ao homem, no sentido de “[...] atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Com o passar do tempo, o ser humano descobriu a escrita e com ela a extensão da sua memória psíquica. Le Goff (2003) descreve que, com essa descoberta, a memória avança com a construção dos monumentos comemorativos em homenagem aos heróis de alguma guerra, assim como os documentos escritos como comprovação única de um fato. Segundo Abreu e Santos (2015), na Grécia antiga denominava-se a memória de *Mnemosine*, a deusa mãe de nove musas, filhas de Zeus. Assim, o termo musa dá origem a palavra museu, o que, conforme ressalta Castro (2000), provém do radical “*men*”, equivalendo etimologicamente à

palavra *museu*. Enquanto que “*mouseion*” e “*museum*”, no idioma grego, contribui para derivar em latim a raiz da palavra música (SUANO, 1986).

Em tempo, Brandão (1993) elucida o contexto histórico acerca do entendimento de museu, atendo-se à sua concepção etimológica. Assim, museu remete ao:

Templo das Musas, localizado em Atenas, era destinado a reunir eruditos que cultivavam poesia, música, estudos filosóficos, artes e astronomia, constituindo uma irmandade dedicada a meditações, sob a inspiração das divindades de memória absoluta [...] (BRANDÃO, 1993, p. 202).

Tal representação corrobora com o entendimento de Castro (2000) acerca da Grécia e do Egito, como cenários nos quais a história, a arte e a ciência foram destinadas a grandes construções denominadas de *mouseions*, as quais passavam a ser denominadas de bibliotecas, anfiteatros, jardins botânicos e alas de exposição, com a finalidade de recolher, preservar e divulgar todo o saber da época. Desse modo, considerando-se o espaço museológico, o indivíduo torna-se protagonista de um passado social com a função de buscar entender o mundo que o cerca. Aqui, se inscreve a pulsão de cidadania do sujeito, quem sou eu no mundo? Qual é o mundo de outros sujeitos sociais e políticos? Ou seja, potencializando a conscientização do sujeito em processos de permanente questionamento “[...] que busca dar ao ser humano uma oportunidade de descobrir-se através da reflexão sobre a sua existência” (GADOTTI, 2016, p. 17).

Le Goff (2003, p. 433-434) apropria-se da época medieval por intermédio da valorização dos chamados homens-memória, que eram normalmente pessoas de mais idade, responsáveis por narrar os fatos vividos ao longo de suas vidas. Eram pessoas valorizadas pela sua sabedoria e pelo acúmulo de informações. Podemos mencionar, neste caso, os chamados “griôs<sup>3</sup>” africanos, que, na outra ponta da ancestralidade, representava a matriz indígena brasileira.

Na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, a memória individual passa ocupar pouca importância na sociedade. Já a memória coletiva, de forma geral, destaca-se com os acontecimentos que ocorreram. Isto quando levamos em conta o aceleração dos processos de produção e crescimento

---

<sup>3</sup> Existem três categorias: os griots músicos, que são em sua maioria compositores e cantores de músicas antigas; os griots “embaixadores”, ligados a sujeitos e famílias nobres; e os griots genealogistas, historiadores ou poetas, que são mais independentes, viajantes e contam histórias de diferentes ramos. Ver: HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). História geral da África. Vol I: Metodologia e pré-história da África. São Paulo: UNESCO/Ática, 2010.

urbano. Le Goff (2003) observa a memória sob o ângulo das transformações históricas em voga, o que se subentende que a noção de patrimônio, associada aos museus, confere mais longevidade em contraposição ao terreno do efêmero. Abreu e Santos (2015) ressaltam que a importância dada à memória coletiva só ocorre porque se percebe a ligação intrínseca entre a memória individual e a memória coletiva. Já Bosi (1994, p. 54) afirma que "[...] a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convivência e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo".

Logo, Le Goff (2003) reitera a ligação entre as memórias individual e coletiva responsáveis por impulsionar a criação dos espaços públicos, como museus, bibliotecas e antiquários. Nos fins do século XIX, surge a preocupação em preservar a memória como forma de recuperar os vínculos com o passado (VASCONCELLOS, 2006). De acordo com Pio (2006, p. 48), a "[...] memória é entendida como o conjunto de conhecimentos e lembranças do passado que se apoia nas experiências produzidas e transmitidas por grupos sociais específicos". Então, a relação entre memória e história se fortalece por desenvolver uma "cultura da memória" baseada na "musealização da realidade", ou seja, na representação e no resgate do passado.

Santos (2000) admite que o museu deve ser constituído pelas memórias coletivas de uma nação, por meio de um leque de práticas culturais, onde o funcionamento do museu deve fazer parte desse leque de possibilidades da instituição, em seu sentido mais plural. Assim, o museu precisa ser entendido como um espaço de produção do conhecimento a partir do estudo de cada objeto museológico ali processado, documentalmente, subsidiando o contexto social e, portanto, impulsionando a construção do conhecimento por meio das informações cedidas através dos procedimentos informacionais que resguardam a memória.

Ainda acerca da instituição museu, faz-se necessário buscar sua definição. De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM):

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (ICOM BRASIL, 2007, p. 1).

Essa definição estava em vigor desde 2007. Porém, depois da 24ª Conferência Geral do ICOM em 2016, os membros da Conferência, formados por profissionais que atuam de forma ativa junto aos museus, convergiram para a necessidade de atualizar essa definição por ocasião de novos desafios do mundo contemporâneo. E a partir de então foi instituído o Comitê Permanente Para Definição, Perspectivas e Potenciais do Museu (MDPP).

Ainda de acordo com o site do ICOM, entre 2016 e 2019 o MDPP promoveu encontros e oficinas em vários países. No Brasil, os estados que sediaram essas oficinas e encontros foram Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Esse movimento se define como um processo democrático de escuta e construção participativa para a nova definição do conceito de museu. Em 2019, o Comitê Executivo do ICOM Internacional selecionou e submeteu uma proposta para votação na 25ª Conferência Geral do ICOM, em Kyoto (Japão), a qual descreve:

70 museus são espaços democratizantes, inclusivos e polifônicos que atuam para o diálogo crítico sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes de forma confiável para a sociedade, salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes, e trabalham em parceria ativa com e para as diversas comunidades, a fim de colecionar, preservar, investigar, interpretar, expor, e ampliar as compreensões do mundo, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário (ICOM BRASIL, 2019).

Observa-se que se trata de uma proposta condizente com a instituição, visto que é representado como um espaço igualitário para a sociedade, com a finalidade de contribuir com a construção do conhecimento e das gerações futuras. Porém, mesmo a Conferência do ICOM, em Kyoto, reunindo aproximadamente 4.500 profissionais de museus de 115 países, decidiu-se pela necessidade de prorrogação dos debates. Em 2020, foi então constituído um novo grupo de trabalho que desenvolveu nova metodologia de trabalho e as novas propostas serão submetidas para votação na Conferência Geral de 2022, em Praga (República Checa).

As duas definições (2007 e 2019), ainda em análise, pressupõem indicativos de que o museu não se desliga das suas responsabilidades com a produção da informação e do conhecimento. Sendo assim,

[...] Entende que este é intimamente ligado às atividades informacionais, pois os objetos são portadores e veículos de informação e como tais têm o

potencial de se transformarem em fontes para pesquisas científicas, podendo assim gerar novas informações e conhecimentos (FERREZ, 1994 *apud* ALBUQUERQUE, 2015, p. 36).

Em colaboração com o que vem a ser um museu à luz da ciência da informação como instituição social, Souza (2009, p. 161) nos diz que o museu deve ser compreendido como um “[...] espaço de produção de conteúdos informacionais representativos da memória social [...]”, levando-se em consideração que seus objetos devem ser patrimônio cultural em todos os aspectos, “[...] à luz de um aprofundamento teórico que não se prenda apenas aos aspectos formais [...]”, pois a informação segundo Zeman (1970, p. 165, *apud* SOUZA, 2009, p. 161) é “[...] inseparável da matéria, [porém] seu significado não se esgota nas suas características físicas [...]”.

Nesta seção, que trata da relação entre memória e museu, cujo foco é o Museu Nacional como instituição de guarda do conhecimento, seguimos observando-o sob o prisma do paradigma custodial, dominante, na perspectiva de Silva (2013), desde os finais do século XVIII até meados do século XX. É exatamente neste tempo em que as nações instituem oficialmente os lugares da memória (NORA, 1986). Neste caso, museus, bibliotecas e arquivos criam uma rede entre cultura, patrimônio e memória. Nessas instituições aplicavam-se as técnicas das disciplinas da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Essas disciplinas consolidavam cada vez mais a existência do paradigma custodial, pois a base de formação era a custódia e/ou a guarda e a conservação do acervo. Porém, como diz Silva (2013, p.23), “Os paradigmas nascem, consolidam-se e entram em crise, sendo substituídos por outros”. Foi o que aconteceu com o paradigma custodial, pois desde o século XX, o paradigma pós-custodial, informacional e científico está emergir e isso implica numa reformulação do currículo de ensino dos cursos de formação das três instituições, identificadas como lugares de memória.

*Um design curricular, em nível da formação superior universitária (iniciada na licenciatura, mas com progressão no mestrado e no doutoramento), que anule as separações artificiais, que se verificam na formação tradicional. Esta perspectiva unitária procura, também, fazer a síntese com a área dos chamados sistemas (tecnológicos) de informação, tendo, como campo de trabalho e profissionalização, as organizações em geral. E o vector investigação não pode, também, ser desligado da fundamentação teórica [...], nem da abordagem metodológica [...], além de exigir que destaquemos áreas específicas de problematização e de estudo: a valorização do contexto de produção da informação; a análise dos fluxos e usos da informação; o estudo do comportamento informacional, com ênfase*

nas questões psicológicas e cognitivas; e o enquadramento do normativismo de maneira a que seja encarado como ingrediente metodológico e não como um fim em si mesmo. *Tudo isto significa que o paradigma emergente pauta-se por traços ou características como são: a valorização da informação enquanto fenómeno humano e social; o dinamismo informacional, oposto ao "imobilismo" documental; a prioridade máxima dada ao acesso à informação, uma vez que só o acesso público justifica e legitima a custódia e a preservação; o indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos; a assunção de uma postura sintonizada com as ciências sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos; e a lógica científico-compreensiva em substituição da lógica instrumental* (SILVA, 2013, p. 21, grifos nossos.).

Conforme explicitado, o paradigma pós-custodial é respaldado pela valorização da informação como fenómeno humano e social, considerando a produção da informação, o seu fluxo e uso. Das três disciplinas, a Museologia veio renovar-se no século XX, sem modificar alguns conceitos tradicionais acerca da cultura e do património. Dessa forma, o museólogo a fim de desenvolver seus trabalhos em descrever e compreender as coleções, de acordo com Silva (2013, p. 24), tinha que possuir como “[...] conhecimento científico de base, a história da arte, a paleontologia, a arqueologia ou a etnologia”.

A considerar o fato de Ladislau Netto não ser um museólogo de formação, suas práticas à frente do Museu Nacional compreendiam o conhecimento sociocultural e científico

descritos por Armando Malheiro Silva (2013). Assim, apesar de seus vínculos com a sua época, representativa dos séculos XVIII e XIX, as suas práticas mesmo associadas ao então paradigma custodial, apoiavam-se no modelo pós-custodial do final do século XX. Conforme representado na figura 3, se inseridas numa balança que contenha o paradigma custodial *versus*

Figura 3 – Diagrama: Paradigma Custodial x Pós-Custodial



paradigma pós-custodial, pesam mais suas ações sobre o fundamento da produção do conhecimento aliadas à valorização do fenômeno humano e social através dos estudos dos primeiros habitantes do Brasil, por meio das expedições científicas. De um modo geral, a produção do Conhecimento científico e sociocultural está implícita na criação da revista *Arquivos* e, conseqüentemente, no estabelecimento dos fluxos e usos da Informação, cuja repercussão se estende aos intercâmbios da revista com as demais instituições culturais e científicas do Brasil, Europa e das Américas.

Dessa forma, retomam-se aqui os passos da implantação e consolidação do Museu Nacional como representações da identidade brasileira. Segundo Lopes (1997), o Museu Nacional, antes de ser o que é, foi a antiga casa de História Natural, popularmente conhecida como a “Casa dos Pássaros” e criada em 1784. Durante sua existência, o Museu Nacional colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para ser enviados a Lisboa. Era costume remeter à metrópole toda a produção da natureza brasileira (animais, plantas, minerais, adornos indígenas, e até os próprios índios). O primeiro responsável pela “Casa de História Natural” foi Francisco Xavier Cardoso Caldeira, natural de Santa Catarina.

Assim, a “Casa dos Pássaros” foi criada com a intenção de atender a um plano maior, ou seja, servir de posto colonial para coleta e envio das produções à metrópole para subsidiar os museus de Coimbra: Ajuda e da Academia de Ciências. Porém, com a transferência da Corte, nas primeiras décadas do século XIX, para o Rio de Janeiro, acabou-se com o objetivo de a “Casa dos Pássaros” ser um entreposto entre colônia e metrópole.

Como nova sede do Império Português, na administração de Dom João VI (1808-1821), as autoridades portuguesas incluem no projeto de modernização do Brasil: a Escola de Cirurgia na Bahia; a Academia dos Guardas-Marinha; a Imprensa Régia; a Biblioteca Nacional; as Academias Médico-Cirúrgico e Militar; o Horto Botânico; e o Museu Real no Rio de Janeiro. O Museu Real que se cria no Brasil segue as instruções de um modelo europeu dos museus metropolitanos com um caráter universal, divergindo dos trabalhos do entreposto “Casa dos Pássaros”. Porém, Lopes (1997, p.41) abre uma ressalva em dizer que “[...] um dos motivos [...] apontados para a criação do Museu Real do Rio de Janeiro, em 1818, foi o interesse pelas Ciências Naturais da futura Imperatriz – D. Leopoldina [...]”, pois a mesma apoiava a missão dos naturalistas que vieram ao Brasil, em 1817.

O Museu Real tinha, como uma das suas funções, que identificar os produtos naturais do Brasil e prover as Ciências e as Artes dos Museus do mundo. Como forma de catalogar e organizar as coleções de produtos de cada região brasileira, os governadores de cada província ficavam com a responsabilidade de remeter ao Museu Real todos os produtos naturais, característicos de sua região, guardando um segundo exemplar dos mesmos em sua província.

Assim, como havia o depósito dos produtos e/ou coleções adquiridas; bem como características das províncias do Brasil, para compor o acervo do Museu Real, havia também um intercâmbio entre nações para, assim, obter artefatos de outros países equivalendo-se ao modelo de museu universal.

Por um lado, o Museu do Rio de Janeiro se constituiria, como Museu Metropolitano, em centro receptor dos produtos das províncias brasileiras e possessões do “ultramar” e manteria intercâmbios com outras nações para dispor de coleções de caráter universal. [...] Por outro lado, armazenando do modo mais completo possível os produtos locais “únicos” desta parte do mundo, o museu atuou como “local” para os museus “centrais” europeus, podendo assim garantir durante todo o século XIX (em que pesem as mudanças nas concepções do que se entendeu por intercâmbio científico) seu lugar de provedor dos museus europeus (LOPES, 1997, p. 47).

Desta forma, a representatividade da natureza e da cultura brasileira depositada no Museu Real era tão diversificada que facilitava aos viajantes europeus visitá-las sem ao menos adentrar na selva brasileira. Conforme exemplo do pintor Debret que, segundo Lopes (1997), fez desenhos e pinturas através das peças expostas no Museu.

Os primeiros diretores do Museu foram Frei José da Costa Azevedo (1818-1822), João da Silveira Caldeira (1823-1827), Frei Custódio Alves Serrão (1828-1847), contando também com a administração interina de João de Deus de Matos, entre (1822-1823) e (1835-1837). De acordo com Lopes (1997) todos esses diretores foram professores de História Natural, Mineralogia e/ou Química da Academia Militar – com exceção de João de Deus Matos –; e integraram e contribuíram para a consolidação das instituições científicas e educacionais no Brasil.

Em 24 de outubro de 1821, ainda na gestão do Frei José da Costa Azevedo, o Museu Real abre suas portas para visitaçãõ do público, e, conforme relata Lopes (1997, p. 51), as visitas só podiam acontecer às quintas-feiras das 10h00min às 13h00min, voltadas apenas para as pessoas, estrangeiras ou nacionais, mas que se

fizessem “[...] dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades [...]” conforme se explicita abaixo.

Se pudéssemos ter visitado o Museu Real nessas quintas-feiras, de início encontraríamos quatro salas de exposições, as quais continham armários repletos de produtos. Sabemos que lá estavam as primeiras doações que o próprio D. João VI fez: “um precioso vaso de prata dourado terminado por um grande coral esculpido que representa a batalha de Constantino com Maxêncio; algumas antiguidades, como duas chaves romanas, um pé de mármore com alparcata grega, uma arma de fogo marchetada de marfim da Idade Média e imensos quadros de bons autores; duas peças contendo os diversos modelos de oficinas, das artes e de ofícios, mandados fazer no tempo da Senhora D. Maria I para instrução do Príncipe D. José; dois armários octaedros, contendo oitenta modelos de oficinas das profissões mais usadas no fim do século passado. Integravam também essas primeiras coleções cerca de trezentas aves e alguns insetos, coletados por João de Deus de Matos, no Distrito de Cabo Frio e Macaé, em 1820. Essas aves e insetos teriam sido os primeiros produtos zoológicos que o museu teve à exceção de um grou real. [...] *Ladislau Neto menciona duas salas do andar do térreo do museu, que abrigavam alguns modelos de máquinas industriais, ali expostas em atendimento às solicitações de Inácio Álvares Pinto d’Almeida, o idealizador da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain)*. Enquanto não se aprovavam os estatutos dessa sociedade, o museu expunha algumas das máquinas pertencentes à Sain, que também despertavam grande interesse do público. Em 1820, Frei José da Costa Azevedo menciona a existência no museu de 1.200 produtos de diversos minerais, uma coleção de amostras de madeiras de Abaeté, com sua descrição florestal enviada por Eschwege de Minas Gerais (LOPES, 1997, p. 51,52, grifos nossos).

Na citação acima, há uma descrição detalhada dos objetos que compuseram o acervo do Museu Real à época de sua abertura para o público. Em sua maioria, objetos oriundos da família real, mas também do início da formação das coleções acerca das Ciências Naturais no Brasil, conforme objetivo inicial desse Museu.

Porém, há um detalhe a ser debatido quando se fala em abertura para visitação. Ao que parece, estabeleciam-se critérios para a seletividade do público que teria acesso a esta instituição; neste caso, a abertura pressupõe não atender as características que norteiam um espaço público. Pode-se traçar um paralelo com o movimento social que se ergueu, em 1968 na França, e que ameaçava incendiar o Louvre com a justificativa de que este museu estava servindo de almoxarifado e de patrimônio dos burgueses. Assim, funcionando como “templos”, os museus apenas homologariam os valores da burguesia (MENESES, 1994, p. 11).

De acordo com Lopes (1997), uma instituição museológica sempre será avaliada pelas coleções que guarda. Para sua excelência, não basta apenas a quantidade, mas a raridade, a beleza e suas características científicas como forma

de critérios básicos para avaliar sua relevância como museu. De forma que o Acervo do Museu Real se acumula a cada dia e para avanço nas atividades de análise, identificação e classificação dos produtos, o que leva o imperador, por sugestão do Dr. João da Silveira Caldeira, criar o Laboratório Químico da Corte, que chega ao Brasil em 1826, adquirido em Paris.

Diante da discussão acerca do acervo do Museu Real, vale citar o catálogo mais antigo e completo dos objetos que se conservavam nesse espaço no ano de 1838, conforme o *Livro de ofícios do Museu Nacional* (1838 *apud* LOPES, 1997). O Catálogo do acervo do Museu Real, à época, era composto de 4.964 exemplares de produtos zoológicos, dentre eles: 1.970 aves, 1.330 conchas, 832 frutos do mar, 285 mamíferos, 234 peixes, 128 répteis, 86 crustáceos e 79 litófitos. Ainda como produtos zoológicos, o Museu possuía 18 abortos, sendo 4 de humanos, 8 de mamíferos e 6 de aves; ossada de elefante, cabeça de búfalo, dente de narval<sup>4</sup>, e a extremidade de um peixe enorme e desconhecido encontrada cravada em uma embarcação de guerra.

O acervo de botânica era composto por cerca de 1.200 plantas secas, 270 tipos de madeiras e seus frutos; 130 exemplares de óleos, cascas, resinas e gomas, os quais somavam um total de 1.600 amostras. Já os produtos orictognósticos: os minerais somavam 4.015, e as rochas 500. Os produtos classificados como Belas-Artes se organizavam como 442 moedas e medalhas da Idade Antiga, Idade Média e Moderna: 150 moldes de personalidades gregas e romanas; 1.080 gesso com diferentes emblemas; uma escultura de coral doada por Dom João VI; 62 quadros; 5.181 instrumentos de física; e 30 modelos de máquinas.

Já o acervo relativo às Artes, Usos e Costumes contemplava os diversos povos da Antiguidade: egípcios, europeus, mexicanos, africanos, asiáticos, indígenas da Nova Zelândia; e das ilhas Sandwich, das ilhas Aleutas e do Brasil. Essa relação descrita acima vislumbra mostrar a coleção do acervo inicial do Museu Real daquele período, por volta de 1838, conforme Lopes (1997). De acordo com o relato, essa coleção foi formada com base no intercâmbio entre os países e o recebimento das províncias brasileiras, a exemplo das doações de D. João VI e a coleção egípcia por D. Pedro I, entre outras de várias partes do mundo que se somavam ao acervo, caracterizando o Museu Real nos moldes de um museu

---

<sup>4</sup> Mamífero cetáceo dos monodontídeos, encontrado no oceano Ártico, com cerca de 4 m de comprimento dotados de duas longas presas, retas e pontiagudas, projetadas para frente.

universal e metropolitano e, por sua vez, assemelhando-o aos museus das nações civilizadas.

O modelo de museu universal é inerente com a história do surgimento da instituição museu. À época, cada nação corria para obter a coleção mais diversificada que representasse cada país. A história de formação do Museu Real segue os mesmos parâmetros, a exemplo das múmias egípcias que, até o incêndio de 2018, se mantinham no acervo do Museu Nacional. Para seguir esse modelo universal e ser um Museu Metropolitano, o Brasil teve muitas perdas de seus artefatos riquíssimos enviados para os museus europeus como intercâmbio e garantia de recebimento de peças europeias para sua coleção. As palavras de Custódio Alves Serrão (Gestão MN, 1828-1847) transmitem o lamento dos acontecimentos.

*A utilidade do nosso Museu ainda não está perfeitamente sentida no seio da Representação Nacional, nem grande parte de nossos administradores tem reconhecido a benéfica influência de semelhantes estabelecimentos. Entretanto que as nações europeias vão mandando com enormes sacrifícios seus sábios perulstrarem este riquíssimo Império, vamos nós amesquinhando esta criação dos tempos coloniais!*

*Com mágoa vê o Conselho transporem as nossas praias objetos de suma importância, que os tira o estrangeiro sem que deixem entre nós o menor vestígio de sua existência e, quando mais esclarecido de seus interesses, quiser o país conhecer a história de seus tempos primitivos, terá de dirigir-se às grandes capitais da Europa para aí estudar esses preciosos documentos (MUSEU NACIONAL, 16 de março de 1844. CUSTÓDIO ALVES SERRÃO apud LOPES, 1997, p. 85, grifos nossos).*

Conforme ressalta Lopes (1997, p. 71), apesar de o Museu ter um significado simbólico como centro de ciência e cultura na Corte, também teve sua atuação concreta. Dessa forma fez-se respeitado e seus vínculos foram mantidos com as instituições culturais e científicas do país, a exemplo da Academia de Belas-Artes, SAIN, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as Escolas Militar e de Medicina. Essa relação se constituía em parcerias mútuas, as quais por muitas vezes levaram o espaço do Museu a abrigar os instrumentos, ferramentas, cedendo-se sala à Academia de Belas-Artes e até servindo de escola para ensino formal, como auxílio à Escola Militar e de Medicina.

Em 1842, com o primeiro Regulamento, através do decreto n.º 123 de 03 de janeiro de 1842, foi possível realizar uma nova organização do Museu Nacional. O espaço foi dividido em quatro seções para melhor organizar o acervo: 1ª seção – Anatomia Comparada e Zoologia; 2ª seção – Botânica, Agricultura e Artes

Mecânicas; 3ª seção – Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; 4ª seção – Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas.

Nesta nova organização e ideal de funcionamento do Museu Nacional, a direção geral estava sob a batuta de Custódio Alves Serrão, além da direção da seção de Mineralogia e Numismática. Alves Serrão foi exonerado em 1847. O Museu seguiu adiante sob a direção geral de Frederico Leopoldo César Burlamaque (1847-1866), Francisco Freire Alemão (1866-1874) e Ladislau de Souza Mello e Netto (1875 -1893).

A seguir, serão destacados alguns indicadores referentes ao Museu Real, posteriormente Museu Nacional, assim como também a trajetória de seus respectivos diretores, desde sua fundação até a gestão de Ladislau Netto, um dos objetos de estudo desta pesquisa. Ressalto que as informações para construir essas trajetórias tiveram como base Duarte (1950) e Lopes (1997). Porém, a maior parte das informações levantadas acerca desses gestores foram baseadas no relatório sobre as principais contribuições dos diretores do Museu para com a ciência brasileira, o conhecimento artístico e cultural, a instituição museal e o país (MUSEU NACIONAL, 2007/2008).

**Frei José da Costa Azevedo** foi o primeiro diretor do Museu Real, assumindo a gestão em 1818, por meio do decreto de 6 de junho do mesmo ano, o qual criou o cargo de diretor do Museu. Frei José da Costa Azevedo, natural do Rio de Janeiro, era franciscano e nasceu em 1763. Sua morte ocorreu em 1822. Estudou Teologia e Ciências Naturais em Coimbra, Portugal, especializando-se em Mineralogia. Foi responsável pelo Gabinete Mineralógico e Físico da Academia Militar.

O Museu Real situava-se no campo de Sant'Anna formado, inicialmente, por coleções ligadas à História Natural; também reunia armários, instrumentos e coleções mineralógicas, além do acervo da Casa de História Natural, conhecida por "Casa dos Pássaros". Em 1819, o Museu Real recebe a coleção composta por 3.326 exemplares de minerais, todos classificados pelo sistema mineralógico racional, conforme as características físicas do mineral, tanto o sistema como a coleção pertencente ao alemão, geólogo e mineralogista Abraham Gottlob Werner; coleção essa adquirida pela coroa Portuguesa no final do século XVIII.

**João de Deus e Matos**, o segundo a assumir a gestão do Museu, em 1822, após o falecimento de Frei José Batista da Costa. João de Deus foi discípulo de Francisco Xavier Cardoso Caldeira, o conhecido “Xavier dos Pássaros”, responsável pela Casa de História Natural. Durante a gestão de Frei José da Costa Azevedo, assumiu as funções de preparador, porteiro e guarda. Sua gestão foi curta, estendendo-se por apenas 1 ano; porém, durante um tempo, recebeu a coleção de tucanos, oferecida por José Bonifácio de Andrade e Silva, em nome do imperador. Apesar de sua curta duração como diretor, perdurou como funcionário do Museu por 34 anos, aposentando-se em 1854.

**João da Silva Caldeira**, doutor em Medicina pela Universidade de Edimburgo, Escócia. Foi o terceiro a assumir, em 1823, a direção do Museu Imperial e Nacional. No ano seguinte, o Museu recebeu as instalações do primeiro Laboratório Químico para análises do Brasil, no qual a direção do laboratório ficou sob sua responsabilidade. Por intermédio do laboratório químico foi possível realizar várias análises de combustíveis nacionais e de amostras do pau-brasil, passando a ser o Museu um órgão consultivo para o governo imperial. O Museu recebeu a visita de muitos pesquisadores europeus naturalistas, o que possibilitou a aquisição da coleção de mamíferos e aves, acervo egípcio e acervo etnográfico oriundos do Pará. Ainda na sua gestão, propôs a subdivisão da instituição por seção e a criação de cursos públicos. João da Silva Caldeira esteve na direção geral do Museu até o ano de 1827, quando o governo imperial o transferiu para a Casa da Moeda. Logo após, suicidou-se.

**Frei Custódio Alves Serrão** nasceu em 1799, na província do Maranhão. Em 1817 ingressou na Faculdade de Coimbra, Portugal. Formou-se em Ciências Naturais, foi professor de Química e Física. Na Imperial Academia Militar também ensinou Zoologia e Botânica. Foi o quarto diretor do Museu, assumindo a gestão no ano de 1828. Em sua gestão nasce o primeiro Regimento do Museu através do Decreto nº 123 de 3 de janeiro de 1842. Até o ano de 1847, além da direção geral do Museu, exerceu a direção da terceira seção (Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas), assim como à de Numismática e Arqueologia, conforme subdivisão da instituição por João da Silva Caldeira. Em 1849 assumiu a direção do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, até 1861. Foi membro do Imperial Instituto Histórico e Geográfico, atuou como presidente honorário da Sociedade Auxiliador da Indústria Nacional, vindo a falecer em março de 1873 no Rio de Janeiro.

**Frederico Leopoldo César Burlamaque** nascido em 1803, de origem sergipana, foi o quinto na ordem de sucessão a assumir a direção do Museu Nacional, em 1847. Formou-se pela Academia Militar do Rio de Janeiro. Mais tarde assumiu a direção de Obras Militares e Fortalezas do Porto do Rio de Janeiro até 1835. Fez parte da Academia Militar como professor de Mineralogia, exercendo, simultaneamente, as aulas, o cargo de diretor do Museu e da seção de Mineralogia. Publicou muitos trabalhos na Revista da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em que integrou a Sociedade Velosiana. Era abolicionista e ficou conhecido como doutor em Matemática, professor da Escola Central, brigadeiro reformado, secretário honorário perpétuo e presidente da Seção de Agricultura da Sociedade Auxiliadora. Recebeu o hábito militar de São Bento de Avis e o da Imperial Ordem da Rosa, além do título de conselheiro. Durante sua gestão, por intermédio dos pesquisadores profissionais do Museu, foram descobertas jazidas de combustível e de minas de cobre na província da Bahia. O prédio, até então localizado no Campo de Santana, ainda na sua gestão foi ampliado em 1856 e 1858. Novas alas foram abertas ao público para visitaçãõ da coleção de animais marinhos, peças doadas pelo antigo diretor João de Deus e Matos. Frederico Leopoldo César Burlamaqui faleceu no ano de 1866 na cidade do Rio de Janeiro.

**Francisco Freire Alemão de Cysneiros** se tornou diretor geral do Museu Nacional em 1866, sendo o sexto gestor da instituição. Nascido em 1797, a sua formação contempla um curso na Academia Médico-Cirúrgica da Corte; e outro em Medicina, em Paris. Por ser amigo pessoal do Imperador Dom Pedro II, tornou-se professor das princesas e médico da Casa Imperial. Recebeu insígnias de oficial da Ordem da Rosa, de Cavaleiro de Cristo e da Ordem de Francisco I de Nápoles. Por vinte anos foi professor de Botânica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assim como professor proprietário da cadeira de Botânica, sendo considerado ainda um dos maiores botânicos brasileiros. Alemão, conforme passou a ser conhecido, foi um dos fundadores da Sociedade Velosiana. Chefiou a Comissão Científica de Exploração ao Ceará e sua seção de Botânica. Obtinha talentos para o desenho, utilizando-se deles para desenhar e publicar muitos trabalhos sobre fitologia, histologia e fisiologia vegetal. Francisco Freire Alemão de Cysneiros veio a falecer, em 1874, por vários problemas de saúde.

**Ladislau de Souza Mello e Netto** - por último, o sétimo diretor do Museu Nacional, foi quem assumiu a direção geral em 1874. Porém, desde 1866, já exercia a direção da seção de Botânica a convite do Imperador Dom Pedro II. Além disso, também auxiliava a direção geral, sob a direção de Francisco Freire Alemão Cysneiros. Mais detalhes sobre a gestão de Ladislau Netto, ver na quarta seção desta monografia.

Encerra-se aqui esta seção, a qual transcorre em conceitos acerca da memória e sua correlação com o Museu Nacional, afunilando numa compilação sobre a trajetória dos seis primeiros diretores que estiveram, efetivamente, à frente da direção geral do Museu até a gestão de Ladislau Netto como sétimo e último, conforme o recorte de tempo desta pesquisa. É perceptível a contribuição de cada gestor para consolidação do Museu como instituição representativa da memória e da produção do conhecimento científico. Porém, a gestão de Ladislau Netto se destaca por suas inúmeras contribuições, as quais serão elencadas na seção 4. Assim como Chagas (2006) parafraseou Mário de Andrade, nomeando sua obra com o título “*há uma gota de sangue em cada museu*”, pode-se assim afirmar que cada diretor, possivelmente deixou suor e lágrimas, mas o sétimo deixou a metade da sua vida (27 anos) dedicada à institucionalização do ensino, da pesquisa e da produção científica no Brasil enraizados no Museu Nacional.

Sendo assim, antes dessa pesquisa dissertar sobre a gestão de Ladislau Netto, faz-se necessário discorrer sobre sua trajetória biográfica para então conhecer e entender o gestor como sujeito, cuja vida foi totalmente voltada para as contribuições científicas no Brasil, conforme será demonstrado a seguir na terceira seção.

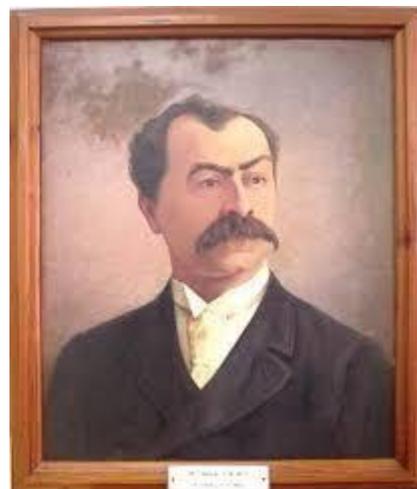
### 3 TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE LADISLAU NETTO

Inicia-se esta revisão de literatura, com traços de uma narrativa biográfica, tecida entre Alagoas e o Sudeste, espaço que Ladislau Netto escolheu como moradia e lugar de atuação profissional. Portanto, teremos uma abordagem composta por aspectos inerentes à vida de Ladislau de Souza Mello e Netto<sup>5</sup>. Para a compreensão crítica de uma narrativa biográfica que contempla um recorte de tempo entre 1870 a 1893, buscam-se as colaborações de Octávio Tarquino de Sousa, citado por Duarte (1950), quando diz que “[...] para ser verdadeiro, o biógrafo está impedido de criar. Sua tarefa é toda de reconstituição, de restauração, e se lhe fosse concedido o poder do milagre – de ressurreição” (SOUSA *apud* DUARTE, 1950, p. 13). Já François Dosse (2009, p. 12) discorda desta perspectiva ao adotar a biografia como gênero que passa a ocupar um “[...] ponto médio entre ficção e realidade histórica”.

O historiador francês François Dosse (2009, p. 38) classifica o gênero biográfico de caráter híbrido intercambiando a erudição e ressaltando a moral exemplar do biografado. Assim, a biografia deve oferecer ao leitor o acesso direto ao passado, possibilitando comparar sua vida ao da personagem biografada; para isso, “[...] é preciso invadir a personalidade alheia, habitar nela e ser por ela habitado”.

Então, acontece a possessão do biógrafo pelo biografado; assim, Roger Dadoun, citado por François Dosse (2009), fala que há um mergulho do biógrafo na biografia que escreve, passando a viver no mesmo universo durante o período de pesquisa e redação, ou seja, Daniel Madelénat, tomando como base François Dosse (2009, p. 18), faz uma breve reflexão sobre a função social do gênero biográfico, quando diz:

**Figura 4 – Pintura a óleo de Ladislau Netto**



Fonte: Relatório dos diretores do Museu Nacional (2007/2008).

<sup>5</sup> A grafia adotada do nome de Ladislau Netto, nesta pesquisa, segue a mesma grafia apresentada na revista *Arquivos do Museu Nacional* (v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8), assim como registrada em documentos do Ministério da Agricultura/MN, de acordo com o Almanak Laemmert (1866-1889).

A biografia gera uma parte da memória, liofiliza o passado em módulos prontos para consumo, irriga docemente o hoje com os encantos do ontem [...] Desempenha uma função moral: tira das mônadas de sua solidão, abre veredas de pesquisa da identidade, escancara o santuário da personagem, propõe modelos que suscitam a projeção e a introjeção formativas.

A partir da citação acima, percebe-se que a biografia produz uma memória acerca de uma determinada persona, e tal identidade não reflete qualquer personagem, mas sim a vida de um indivíduo que se estabelece por sua função social e moral perante a sociedade.

Da antiguidade até o século XVII, a biografia era desvalorizada; conhecida apenas como a escrita da história pessoal; e colocada à parte como subgênero pelo mundo da ciência, estando, neste sentido, mais próxima da literatura do que da história. Nessa época, o autor selecionava as vidas dos homens ilustres para registro, levando em conta suas paixões, ambições e interesses. Mas adiante (século XX) há uma ruptura no método de escolha dos grandes homens: desta vez a decisão se baseia nos frutos do reconhecimento coletivo. Hoje a biografia tornou-se propícia para experimentação do historiador, pois seu caráter é ambivalente da epistemologia da sua disciplina. A biografia, por seu caráter híbrido, suscita a mescla entre a literatura e as ciências humanas. Assim, penso sua classificação dentro das técnicas biblioteconômicas, tanto pela Classificação Decimal de Dewey como pela Classificação Decimal Universal, as quais organizam o conhecimento humano. Atualmente, na organização dos suportes do conhecimento, a biografia se localiza dentro da grande área da História, evidenciando sua inclusão no campo da disciplina.

Conforme o pensamento de Marx (*apud* BOTTOMORE, 2012), o desenvolvimento da espécie humana é concretizado por um processo histórico que se efetiva à custa do trabalho humano. Sua interação social sustenta o materialismo histórico, processo pelo qual alguns indivíduos trabalham para as descobertas do conhecimento e adquirem experiências as quais servirão de sinalizadores para subsequentes indivíduos produtores de ciência e de história.

Assim, entende-se que tudo que se produz parte do particular interesse do indivíduo, o qual constitui parte da sociedade. Sendo assim, Gomes (2004, p. 12) conclui que “[...] os tempos modernos são de consagração do lugar do indivíduo na sociedade [...]”. Desse modo, postulando uma identidade individual como fragmentos do meio social, na perspectiva de estabelecer uma nova categoria de indivíduo,

inclui-se então as noções de memória, documento, verdade, tempo e história. “No que se refere à memória (com desdobramentos da história), [são] legítimos os procedimentos de construção e guarda de uma memória individual ‘comum” (GOMES, 2004, p.12). Essas novas práticas têm como argumento a sociologia, disciplina que defende que todo indivíduo é social.

Diante do exposto, à correlação da biografia com o indivíduo, da identidade com a memória, entende-se que, socialmente, o indivíduo comum tem seu lugar na história por sua memória individual, a qual se faz representar de forma fragmentada socialmente. Por outro lado, a biografia deixa legados através dos seus feitos sociais em favor de uma nação. A partir desse entendimento, inicia-se o estudo sob a forma de uma narrativa biográfica de traços referentes à vida social e pública de um indivíduo que se torna ilustre pelo reconhecimento coletivo de suas ações.

A construção dessa narrativa sobre Ladislau Netto dá-se a partir dos alagoanos Duarte (1950) e Amorim (1997). Ladislau de Souza Mello e Netto, mais conhecido por Ladislau Netto, filho do comerciante português Francisco de Souza Mello Netto e da brasileira Maria da Conceição de Souza Mello Netto, nasceu no dia 27 de junho de 1838, na Vila de Maceió, pertencente a então província das Alagoas (AMORIM, 1997).

Ladislau Netto, cujo lastro de vida foi de 1838 a 1894, efetiva a sua perenização através da memória museal, por meio da inovação à frente do Museu Nacional, instituição conhecida por sua preocupação científica desde os seus primórdios. Sua trajetória na Europa lhe serviu de experiências as quais foram aplicadas no Brasil quando assumiu a direção do MN.

Foi Ladislau Netto uma das figuras mais impressionantes do Brasil. Vigor de inteligência, pertinência, amor à arte e à ciência deram-lhe toques de brilho inexcelsível. Seu nome foi um dos primeiros, se não o primeiro, a aparecer nos círculos científicos da Europa, representando este país (PINTO, 1913 *apud* DUARTE, 1950).

Temos então o reconhecimento de Ladislau Netto, pela sua atuação como cientista e gestor público, com projeção no circuito de homens da ciência no Brasil e no exterior. É o que evidencia essas considerações datadas de 1913, vinte anos após a sua saída definitiva do MN, em 1893.

Sob a ótica de Duarte (1950) e Amorim (1997) ganham corpo a produção de uma narrativa biográfica que se reconstitui desde a sua passagem por Maceió,

Alagoas, até o seu itinerário no Rio de Janeiro como, que serviu de ponte para sua formação acadêmica em Paris, na Sorbonne. De volta ao Rio de Janeiro, percebe-se a trajetória de Ladislau Netto como homem de ciência e gestor público. Mais tarde, convive com os anos conturbados, como a pós-destituição do Imperador Pedro II, em 15 novembro de 1889. Fora isso, a presença no cenário de dois Presidentes da República de origem alagoana, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente.

A seguir, a narrativa da vida de Ladislau Netto organiza-se em quatro fases, tomando como espelho a disposição didática de Nádia Amorim (1997). Na primeira fase (1838-1854), será descrita suas origens, infância, seus primeiros estudos e seu talento para o desenho; na segunda fase (1854-1864), sua passagem pela Corte do Rio de Janeiro, seu ingresso na Imperial Academia de Belas-Artes e seu trabalho como desenhista e cartógrafo na Comissão Astronômica e Hidrográfica de Estudos e Exploração do Litoral de Pernambuco; na terceira fase (1864-1866), está em pauta a sua viagem à Europa, sua formação em Ciências Naturais pela Universidade de Sorbonne, a excursão para a Argélia e o convite do imperador. A quarta e última fase (1866-1893), corresponde à sua gestão como diretor da seção de Botânica do Museu Nacional, seguindo-se de sua atuação como diretor geral do mesmo Museu, acrescida de suas excursões científicas.

### **3.1. Primeira fase (1838-1854): origem, infância, formação inicial e talento**

Ladislau Netto, filho primogênito de 5 irmãos, morou numa casa de taipa localizada de frente à praça Marechal Floriano Peixoto – hoje, praça dos Martírios –, e de esquina com a rua do Comércio, em Maceió. No dia 08 de julho de 1838, recebeu o sacramento do batismo, na capela de Nossa Senhora do Rosário, na rua do Sol; uma capela construída, conforme Duarte (1950, p. 48), “[...] possivelmente em meados de 1820, por escravos e pretos já libertos”. Sua mãe, Dona Maria da Conceição Mello Netto, exerceu sobre os filhos o domínio espiritual, opondo-se aos planos do marido (de que o filho optasse pela vida de comerciante); ela, ao contrário, encaminhou o primogênito para os estudos.

Conforme Duarte (1950), Ladislau Netto iniciou os estudos sob a orientação do professor José Prudente de Barros. Na sequência teve como professor o padre João Barbosa Cordeiro. Padre Cordeiro, assim como era conhecido, exerceu grande influência no aprendizado e desenvolvimento intelectual de Ladislau Netto. Desde cedo, Ladislau Netto inclinou-se para as letras e o desenho, apresentando um nível mental muito acima dos meninos da sua idade. Chegou à adolescência aspirando um desejo de ir para a Corte (Rio de Janeiro), a fim de fugir dos planos de seu pai, que queria torná-lo comerciante, mantendo-o atrás de um balcão. Porém, Ladislau desviava seu olhar ora para um livro, ora para um jornal ou para um álbum de figuras.

Em 1854, aos 16 anos Ladislau Netto resolveu embarcar no porto de Jaraguá em um vapor. E fugiu para realizar seu sonho de ir morar na Corte, deixando todos os familiares surpresos. Menos sua mãe e seu professor-mestre padre Cordeiro. Assim relata o próprio Ladislau Netto a sua partida numa carta (grifos nossos) a Dias Cabral<sup>6</sup>, datada de 19 de outubro de 1883, no Rio de Janeiro, conforme Duarte (1950, p. 66),

[...] mas quem se atirou aos 16 anos, mundo a fora, do lar paterno e da tutela da mais terna juvenilidade, para adolecer ao relento das *lutas sociais*; quem teve de ganhar o próprio pão do corpo para poder adquirir o que lhe estava a pedir com instâncias mil o faminto espírito, - esse não se atordoa com esses *espantalhos* que do contrário mais excitam-no ao trabalho.

Ladislau Netto testemunha, com suas próprias palavras, a coragem de deixar a proteção da família, para buscar realizar às duras penas o sonho, inicialmente, de ser desenhista. Mesmo em plena adolescência teve que amadurecer para vencer os entraves das lutas sociais e conquistar sua ascensão na sociedade carioca. É perceptível como a escrita dessa carta, ecoando um desabafo em buscar fôlego através da sua arriscada trajetória de adolescente, depois de muita caminhada na estrada, ainda possa encontrar “espantalhos”, referindo-se aos seus desafetos profissionais (Capanema e Barbosa Rodrigues)<sup>7</sup>; o que, no entanto, ao invés de

---

<sup>6</sup> João Francisco Dias Cabral - Secretário do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano.

<sup>7</sup> Guilherme Schüch, barão de Capanema - Engenheiro, Geólogo e Integrante da Comissão Científica de Exploração do MN, mecenas e mentor de João Barbosa Rodrigues, engenheiro, naturalista e botânico.

desmotivar, deixa claro que isso o impulsionava ainda mais nas suas buscas profissionais.

### **3.2. Segunda fase (1854–1864): do relento ao talento e às descobertas científicas**

A sua segunda fase (1854-1864) é relatada por sua passagem pela Corte no Rio de Janeiro, com a luta pela vida, seu ingresso como aluno na Imperial Academia de Belas Artes, seu trabalho como desenhista e cartógrafo da Comissão Astronômica e Hidrográfica de Estudos e a Exploração do Litoral de Pernambuco, onde foi seu campo de experimentação e práticas derivadas das suas relações pessoais e profissionais com o engenheiro francês Emmanuel Liais<sup>8</sup>.

Segundo Duarte (1950, p. 81), “Ladislau Netto foi sempre um idealista e no fundo um autêntico romântico. O seu desapego à fortuna do pai, que o queria, como ele, homem de negócio, prova-o bem”. Relata ainda que:

Não possuía Ladislau Netto, verdadeiramente, a vocação de artista no sentido restrito ou estético que se possa dar a esta palavra. Evidentemente, não nascera para professar nenhuma das artes de pintor, desenhista ou escultor, como não nascera também poeta ou prosador. Sabia, no entanto, tudo isto: fazer versos, improvisá-los ou escrever crônicas literárias, desenhar. (DUARTE, 1950, p.81).

No Rio de Janeiro, por sua expressividade no desenho e altivez, ficou conhecido nas rodas artísticas como o artista do lápis. Em 1857, três anos depois, matricula-se na Imperial Academia de Belas Artes; destacou-se, em pouco tempo, pelo seu talento especial no desenho e, em 1859, deixou a academia e foi trabalhar como desenhista e cartógrafo na Comissão Astronômica e Hidrográfica destinada a Estudos e exploração no litoral de Pernambuco (AMORIM, 1997).

Em 1862, chefiado por Emmanuel Liais, foi contratado pelo governo imperial para realizar estudos no rio São Francisco, da nascente à foz do rio das Velhas. Parte com a Comissão para província de Minas Gerais, percorrendo o alto São

---

<sup>8</sup> Emmanuel Liais - político, botânico, astrônomo e explorador francês que permaneceu 25 anos no Brasil.

Francisco e o rio das Velhas, uma viagem eminentemente científica que resultou na sua obra: *Hidrografia do Alto São Francisco e Rio das Velhas*, livro que foi editado em Paris, em 1865<sup>9</sup> (DUARTE, 1950).

Como cartógrafo da comissão, Ladislau Netto desenhou e ilustrou duas obras de Emmanuel Liais: *Projeto sobre os meios de melhoramento para o porto da Cidade do Recife e Relatório sobre o porto de Tamandaré*. O cientista francês, Emmanuel Liais, foi definitivamente a maior influência na orientação profissional no terreno da pesquisa científica para Ladislau Netto, abrindo-lhe a visão para o estudo da natureza, criando-lhe o hábito da pesquisa orientada pela sistematização e pela experimentação.

Ao final da expedição, Ladislau Netto escreveu uma série de artigos na imprensa carioca, todos de caráter narrativo, sem peso científico. Depois publicou no “Correio Mercantil”, do Rio de Janeiro, uma descrição detalhada da viagem ao rio São Francisco. Desta vez, em moldes científicos, pois os conhecimentos adquiridos, na viagem para o vale do São Francisco, facilitaram para Ladislau Netto os estudos de classificação de diversas espécies botânicas dessa região. Assim, conforme Costa (1943 *apud* DUARTE, 1950, p. 84) “[...] foram suas primeiras pesquisas sobre as cerâmicas, voltadas à questão do povoamento americano, levando-o a estudar e classificar o escasso material arqueológico do Brasil”.

Devido aos estudos acima, conforme Duarte (1950), Ladislau Netto consegue publicar seus trabalhos em revistas da Europa, a começar pela *Comptes-Rendus de l'Academie des Sciences* de Paris e nos *Annales des Sciences Naturelles*. Em 1864, pelo reconhecimento de seus trabalhos na Europa, desperta a atenção do Imperador Dom Pedro II, que lhe premia e financia seus estudos na França.

### **3.3 Terceira fase (1864 – 1866): da Europa ao retorno para o Brasil**

Esta terceira fase contempla sua viagem à Europa, sua formação em Ciências Naturais pela Universidade de Sorbonne, a excursão para a Argélia e, por fim, o convite do Imperador Dom Pedro II, que culminou em seu retorno às terras brasileiras. De acordo com Duarte (1950), em 1864 Ladislau Netto viaja a Paris,

---

<sup>9</sup> Encontra-se digitalizado no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional. Ver: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>.

partindo como um simples aprendiz, como um estudante, o qual ele mesmo se denominava, porém já havia recebido alguns adjetivos por parte dos seus professores, tais como: sábio naturalista, distinto botânico e habilíssimo observador. Conforme a sua biografia, descrita por Abelardo Duarte em 1950, seu campo de batalha foi o estudo, consumindo suas melhores horas no convívio com estudiosos e especialistas nos laboratórios, gabinetes, bibliotecas e museus, o que o levou a produzir muito conhecimento, que lhe renderam, ainda quando estava em Paris, às seguintes publicações: *Remarques sur la destruction des plantes indigenes du Brésil et sur le moyen de les en preserver, sulvis d'une note le meme sujet par Naudin*; *Sur la structure anormale des tiges de lianes*; *Additions à la Flore brésilienne (Trembleya Pradosiana)*; *Additions à la Flore brésilienne (Pisonia noseia, Pisonia caparrosa, Pisonia campestris, pisonia laxa et odina francoana)*<sup>10</sup>, entre outras. Segundo Duarte (1950), Ladislau Netto fez parte da Sociedade Botânica da França, tendo a oportunidade de apresentar sua monografia sobre a destruição de plantas indígenas do Brasil, recebendo, após isso, muitos elogios e merecidas referências dos especialistas da área de conhecimento.

Sua passagem pela França, na idade de 28 anos, o entregou plenamente à ciência botânica. Ladislau Netto assumiu a missão não somente de ampliar seus estudos pela ciência botânica e obter o seu doutorado, mas de contribuir para o desenvolvimento científico do Brasil, fazendo-se valer seus créditos científicos, financiados pelo então Imperador Dom Pedro II. Preocupação que muitos governantes do período republicano negligenciaram, excetuando raras exceções confirmadas pela recente História Cultural.

Conforme Duarte (1950), Ladislau Netto foi homenageado pelo professor Bailou<sup>11</sup>, o qual classificou um novo gênero de plantas da família das bixáceas, possivelmente encontrada na Nova Zelândia, com o nome de *Nettea*, como expressão da sua admiração por Netto. Por este fato, de acordo com Costa (1938)<sup>12</sup>, recebia a sua consagração universal, seguindo seu percurso pela Europa. Desse modo, através dos seus estudos acerca da ciência natural, recebeu várias citações e

---

<sup>10</sup> Tradução: “Observações sobre a destruição de plantas nativas do Brasil e os meios de preservá-las, sulvis de uma nota sobre Naudin sobre o mesmo assunto”; “Sobre a estrutura anormal das hastes das cipós”; “Adições à flora brasileira (Trembleya Pradosiana)”; “Adições à flora brasileira (Pisonia noseia, Pisonia caparrosa, Pisonia campestris, pisonia laxa e odina francoana).

<sup>11</sup> Professor Bailou – professor da cadeira de História Natural da Faculdade de Medicina de Paris. Homem de poucos elogios e de pouquíssimos amigos.

<sup>12</sup> Alagoano, historiador, estatístico, político, escritor e jornalista.

comentários em textos publicados por personalidade de referências da França, a exemplo de Duchartre<sup>13</sup> em seu livro, *Elementos de Botânica*.

Segundo Duarte (1950, p. 97), como consequência do crescente prestígio na Europa, em decorrência dos seus títulos e trabalhos científicos, Ladislau Netto é convidado, oficialmente, para ser “[...] examinador num concurso de Histologia Vegetal aberto pela Academia de Ciências de Paris em 1865, convite ratificado pelo Ministério da Instrução Pública da França, distinção poucas vezes concedida a um estrangeiro”. Além disso, ainda a convite do governo da França, fez parte de excursões científicas no país e também estudos sobre a flora da Argélia, na África.

A excursão seguiu pelo norte da África, estudando a flora, observando o homem, examinando raças e interpretando a história do povo mais antigo. Estudou hábitos e costumes dos povos *bérbere* e árabe. Ao retornar à França (de sua viagem ao continente africano), conforme relata Duarte (1950), justamente numa das fases mais fecundas em que vivia, é surpreendido com o convite do Imperador Dom Pedro II, para dirigir a Seção de Botânica do Museu Nacional no Rio de Janeiro. O que se tornou um dilema: aceitar o convite do seu financiador e servir à sua terra, ou continuar os estudos científicos sobre a fisiologia vegetal frente à Comissão, permanecendo na França. Depois de três anos na França, em 1866, Ladislau Netto regressa ao Brasil com o título de doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Sorbonne, com inúmeros conhecimentos e experiências adquiridas. Ao chegar às terras brasileiras assumiu a direção de uma das seções mais importante do Museu Nacional, a seção de Botânica.

### **3.4 Quarta fase (1866–1893): do Museu Nacional ao cerrar as cortinas**

Finalmente, chega-se a quarta fase, conforme a releitura de Amorim (1997), sucessiva à obra de Duarte (1950), que corresponde à sua gestão como diretor da seção de Botânica do Museu Nacional e depois como diretor geral do mesmo Museu, acrescida de suas excursões científicas. Em 1866, Ladislau Netto assumiu a direção da seção de Botânica; em 1870, passou a assinar todo o expediente do Museu e, somente, em 1874, assumiu oficialmente a direção geral do Museu, por

---

<sup>13</sup> P. Duchartre - Professor de Botânica na Faculdade de Ciências em Paris e membro da Academia das Ciências.

ocasião do falecimento do antigo diretor Conselheiro Freire Alemão. De acordo com Duarte (1950), Ladislau Netto trabalhava em consonância com Freire Alemão, desde 1866, onde já se consolidavam, nesta casa secular, as habilidades e os conhecimentos adquiridos durante a sua permanência na Europa.

Duarte (1950) destaca o fato de Netto ser uma personalidade a ocupar o Museu, pois expressava zelo, e sua efervescência da mocidade estava repleta de um idealismo construtivo e de uma inteligência lúcida para erguer as bases do edifício monumental que o imperador criara para ser a casa de cultura brasileira. Segundo Amorim (1997), quando Ladislau Netto assumiu a gestão do Museu, ele havia adquirido uma sólida formação europeia. O que permite inferir quanto ao seu desempenho no museu, naquele último quartel do século XIX, como um centro dinâmico, não somente da expressão das políticas públicas de preservação museais, mas também da produção do conhecimento, divulgação e atualização do saber.

Ladislau Netto, com sua altivez e sistemática organização, logo organizou a seção de botânica tornando-a num local verdadeiramente de trabalho. João Baptista de Lacerda afirma, citado por Duarte (1950), que seria uma injustiça negar a Ladislau Netto a sua condição de um diretor exemplar à altura do Museu Nacional, na medida em que a sua gestão representou o tempo mais fecundo e de mais trabalho, tornando o MN uma expressão na história do país.

A reforma que Ladislau Netto introduziu no Museu, em 1876, foi de molde a transformá-lo radicalmente. Com o seu alto descortino da coisa pública, sua capacidade de organização, sua cultura, realizou uma obra duradoura, notável sob todos os aspectos, e cujo fulgor o próprio João Baptista Lacerda, seu inimigo, não pode ocultar, escrevendo, textualmente, no seu "Fastos": 'Seu brilho [*do Museu*] atual ainda é, por assim dizer, um reflexo da luz intensa projectada por aquela reforma, [*de 76*]<sup>14</sup> em pôs a qual veio o que se poderia com razão chamar a idade de ouro do Museu Nacional' (DUARTE, 1950, p. 124, grifo do autor).

Conforme citação acima, Ladislau Netto foi o cérebro que concebeu e as mãos que executou a reforma do Museu Nacional, através do Regulamento de 1876, assinado pelo imperador Dom Pedro II. Ademais, aplicou ainda ao Museu a admissão de técnicos, por meio de concursos públicos; a oferta de cursos e palestras para toda a sociedade; além da criação da revista *Arquivos* para

---

<sup>14</sup> Reforma pelo Regulamento de 1876.

publicação de trabalhos produzidos no circuito interno do próprio museu, de modo a dar visibilidade à ciência cultivada na casa. Inicialmente, na gestão de Ladislau Netto, a organização do Museu se deu em torno de três seções: 1ª) Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada Animal e Paleontologia; 2ª) Botânica Geral e Aplicada, Paleontologia Vegetal; e a 3ª) Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia (DUARTE, 1950).

Nesse tempo, o Museu apresenta uma verdadeira participação na vida cultural da metrópole, através da realização de conferências públicas, as quais contavam muitas vezes com a presença do imperador e de outras figuras diplomáticas das ciências e das letras, resultando em muita visibilidade através dos jornais, meio de comunicação mais corrente da época. De acordo com Lopes (1997), ainda na gestão de Ladislau Netto, fundou-se o Laboratório de Fisiologia Experimental, onde foram praticadas as primeiras experiências de fisiologia na América do Sul.

Duarte (1950, p. 129-130) relata que, a cada ano de gestão, mais admiração Ladislau Netto adquiria, pois “[...] foi um homem que se projetou sobre o seu tempo. [...] Amigo do trabalho, da ordem e da disciplina, justiceiro e enérgico, não compactuava com a mediocridade, a burocracia improdutiva, e o filhotismo<sup>15</sup>”. Pelo seu caráter é apresentado como um indivíduo comprometido com o trabalho e com a lisura na esfera pública da instituição, freando o favoritismo e somente admitindo profissionais com as qualidades devidas ao cargo do trabalho no Museu.

Em síntese, pode-se compará-lo, no plano da administração pública e da produção de uma escrita, a outro conterrâneo seu, igualmente herdeiro da massa crítica do século XIX: o patrono da Biblioteca Pública Estadual de Alagoas, o escritor Graciliano Ramos de Oliveira (1892-1953). Na visão do biógrafo Dênis de Moraes (2012, p. 14), as leituras de Graciliano, na juventude, eram compostas por este tripé: Honoré de Balzac, Émile Zola e Karl Marx, em língua francesa.

Ainda conforme Duarte (1950), Ladislau Netto concebeu o museu como espaço de estudos antropológicos no país e promoveu a primeira Exposição Antropológica Brasileira, realizada no próprio museu, no Rio de Janeiro, em 1882. Aderindo então aos conceitos de uma política progressista por modelos científicos,

---

<sup>15</sup> Favoritismo. Na gestão de Ladislau Netto não se aceitava trabalhar no Museu pessoas sem as devidas qualificações profissionais necessárias para o quadro e para acabar com o favoritismo instituiu o regime de concursos.

criou o periódico *Arquivos* do Museu Nacional, com a intenção de estreitar a ligação entre a instituição científica e a sociedade.

Segundo Andermann (2004), a exposição antropológica brasileira reuniu, além do Imperador Dom Pedro II e família real, muitos notáveis bacharéis do império, ao tempo que também obteve a presença dos índios Botocudos do Espírito Santo e três índios da tribo Xerente de Minas Gerais. Tal evento constituía a “celebração popular da ciência”, pois expunha a rica diversidade indígena brasileira, apresentada ao público através de objetos, que sinalizavam o patrimônio nacional com o objetivo de “[...] resgatar e revalorizar a iconografia indianista do Império” (ANDERMANN, 2004, p. 129).

De acordo com as evidências sobre Ladislau Netto, Lopes (1997) e Duarte (1950), o caracteriza como um sujeito autoritário. Todavia, o significado de **autoritário** tanto pode sugerir prepotência e arrogância, quanto *austeridade* e *rigor*. Cabe aos biógrafos e interlocutores a busca de um sentido correlato, de modo a se evitar atribuições indevidas. Este estudo pauta-se pela segunda alternativa, que corresponde a um gestor público e intelectual que fazia uso da austeridade e da exigência, embasadas em princípios de conduta e de prática. De modo que, seja por suas habilidades políticas nas boas relações no Partido Liberal, seja pela credibilidade junto ao governo imperial, logrou êxito com a mudança do Museu para o palácio, o qual serviu de residência à família real, na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão. Além disso, possuía habilidades com o *marketing*<sup>16</sup>, o que o favoreceu na consolidação do Museu no Brasil.

Diante do exposto, registra-se mais considerações sobre traços acerca da personalidade de Ladislau Netto, não somente como indivíduo, mas como gestor e cientista brasileiro. Desta feita, Mello e Netto é esculpido como:

Homem empreendedor, também apontado como autoritário, mas sem dúvida com ampla visão, forjou um novo estilo de museu, combinando o caráter universal claramente explicitado pelo Regulamento de 1890 com as especificidades únicas do país, demonstradas também amplamente pela Exposição Antropológica de 1882. Privilegiou e conseguiu sua inserção no panorama científico internacional, com todos os meios de que dispunha – publicações, participações em congressos, contratação dos naturalistas estrangeiros (LOPES, 1997, p. 201).

---

<sup>16</sup> Bom relacionamento com os meios de comunicação da época, (jornal), buscando dar visibilidade às atividades que ocorriam no Museu.

Ainda como diretor do Museu Nacional e cientista, Ladislau Netto realizou muitas expedições de reconhecimento e descobrimento da natureza brasileira, de modo a atrelar as suas pesquisas às produções científicas que agregavam e enriqueciam o Museu Nacional com as memórias e artefatos que representam as regiões do Brasil. Conforme Duarte (1950), Ladislau Netto retorna à sua terra natal (Alagoas), através de uma viagem ao rio São Francisco, passando por Maceió e pelas cidades ribeirinhas, Penedo e Piranhas, no Baixo São Francisco alagoano, cidades em evidência, à época.

Seguindo em frente, a vida de Ladislau foi sempre no intento de encontrar peças arqueológicas que enriquecessem a história do Brasil, através do Museu Nacional. Para isso, partiu para outra expedição científica, desta vez, na região da Amazônia, mais precisamente na Ilha de Marajó, onde conseguiu extrair preciosidades dos seus *mound-builders*<sup>17</sup>, especialmente do Pacoval, ricos materiais de cerâmica. Todo esse material serviu para as exposições, assim como os restos mortais de indígenas.

Em 29 de julho de 1882, realizou-se a Exposição Antropológica Brasileira, no Rio de Janeiro. Com respaldo, *a priori*, nas leituras de Lopes (1997), Duarte (1950) e Andermann (2004), tal exposição foi um sucesso, equiparando-se a uma festa científica popular a qual fez o nome de Ladislau Netto conhecido em todas as camadas sociais.

Segue na gestão do Museu Nacional, com a reformulação do Regulamento de 1888, sem muita repercussão. Poucos os ajustes. Em 1890, outro regulamento; este último não tratou de organizar estruturalmente o Museu, mas de assegurar sua finalidade em estudar a História Natural do Globo e, em particular, do Brasil, estabelecendo-se a hierarquia entre os funcionários na dependência do diretor geral.

Vale observar que Ladislau Netto, na política, sem sua anuência foi eleito deputado pelo segundo distrito na vigésima primeira legislatura (1876-1877) em Alagoas. Em 1891 foi eleito para deputado da constituinte federal. De ambas as eleições, o botânico declinou da honra, preferindo ficar somente na direção do Museu Nacional. Em 1882 representou o Brasil na República Argentina, e em 1888 embarcou para Berlim-Alemanha, representando o país e o Museu Nacional no Congresso de Americanista. Representou também o Brasil nos Estados Unidos da

---

<sup>17</sup> Montes, também conhecido como morros.

América (EUA) na Exposição de Chicago; e, em dezembro de 1893, pede aposentadoria (DUARTE, 1950).

Conforme Duarte (1950, p. 199-200), Ladislau Netto é considerado “pai da Arqueologia brasileira”, publicando em 1885 um estudo com cerca de duzentas páginas sob o título *Investigações sobre a Arqueologia Brasileira*, na revista *Arquivos* do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Estudos avaliados pelo professor e arqueólogo Angyone Costa. Assim como também demonstra vasto conhecimento acerca da paleontologia e da antropologia, procurando estudar sistematicamente as atividades de cerâmica de Marajó. Realizou os estudos das cabeças dos ídolos e adornos antropomorfos da cerâmica dos *mounds-builders* de Marajó buscando revelar o mistério de suas origens. Ladislau Netto (*apud* DUARTE, 1950, p. 207) conceitua a arte da cerâmica como um indício da evolução intelectual dos povos indígenas “[...] como os botocudos, as do Araguaia, do Alto Tocantins, do Xingu e de outras regiões brasileiras que vivem em absoluta ignorância do uso da louça [...]”. Diante dos apontamentos acerca dos estudos de Ladislau Netto acerca dos índios brasileiros, pode-se reconhecê-lo como o primeiro indigenista do Brasil.

Esta seção para ser finalizada não pode se abster de falar da sua família que se forma a partir dele e da sua companheira. Além de gestor (servidor público), pesquisador cientista, também teve uma vida privada. O relato a seguir é de Duarte (1950) e Amorim (1997): Ladislau Netto era casado com Dona Laurentina Muniz Freire Netto, e de sua união tiveram quatro filhos: Leonor, Lucila, Lauro e Levino. Dona Laurentina, de acordo com Amorim (1997) e Duarte (1950), era uma mulher esclarecida e de múltiplas virtudes, configurando-se em uma companheira dedicada ao esposo.

Seu último encontro foi com o jornalista e conterrâneo Antônio Alves. Conforme Duarte (1950, p. 244), na face de Ladislau Netto já imperava um desgaste visual e espesso bigode grisalhos, resultado de anos de trabalho intelectual exaustivo e ininterrupto. “Não estava mais ali o homem cheio de energias da fase de ouro do Museu, o batalhador incansável que o reconstruía e o elevava tão alto no conceito do mundo científico”. Fato que, em 18 de março de 1894, no Rio de Janeiro, a caminho para visita a um amigo, ainda na estação São Francisco Xavier, Ladislau Netto vem a óbito ocasionado por um fulminante colapso cardíaco.

Duarte (1950) relata que a morte de Ladislau Netto foi noticiada no jornal Gutenberg<sup>18</sup>, impresso em Maceió, no formato de carta, por seu amigo e jornalista Antônio Alves, na qual descreve o seu último encontro com Ladislau. Assim como suas impressões acerca da aparência do amigo, também tece considerações sobre a capacidade de trabalho e de dedicação àquela instituição, na condição de pesquisador e gestor do Museu Nacional. Em sua carta, destaca: “[...] como se vê, era um trabalhador obstinado a quem só a morte poderia vencer. E desapareceu do cenário da vida o grande cidadão a quem tanto devem os créditos científicos de nosso país!”. Por fim, Ladislau Netto viveu para os estudos e o trabalho, realizando os seus sonhos pela busca do conhecimento e, em contrapartida, recebendo o reconhecimento e o respeito de seus pares. Após a trajetória biográfica, a próxima seção de número 4 (quatro) discorre sobre a sua gestão à frente do Museu Nacional.

---

<sup>18</sup> Encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas os exemplares: (1883-1884/1890/1895-1899) e no Arquivo Público de Alagoas (1890-1911)

#### 4 A GESTÃO DE LADISLAU NETTO NO MUSEU NACIONAL

Figura 5 – Fachada do Museu Nacional no início da gestão de Ladislau Netto



Fonte: Site do Museu Nacional (2021)<sup>19</sup>

Ladislau de Souza Mello e Netto, aos 28 anos de idade, por convite do imperador Dom Pedro II, assume a direção da Seção de Botânica do Museu Nacional em 1866. À época, a direção geral do Museu Nacional estava sob a administração do Conselheiro Francisco Freire Alemão. Sob o ponto de vista de Duarte (1950), havia uma relação entre Ladislau Netto e Freire Alemão de mútua camaradagem e acordo comum entre ambos, o que possibilitou a Ladislau Netto a assinatura do expediente do Museu, como auxiliar na direção geral, a partir de 3 de dezembro de 1870. Observa-se que o Conselheiro Freire Alemão era mantido como diretor apenas pela honra que o governo imperial tinha em relação ao seu passado e em decorrência da sua idade avançada e saúde precária. Enquanto isso, o jovem

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html#>.

auxiliar fazia do Museu um centro de atividades e “[...] todas as seções recebiam o influxo de suas ideias e de seu mando” (DUARTE, 1950, p. 115).

Dessa forma, Ladislau Netto aplicou no Museu Nacional o que foi objeto da sua formação e de suas experiências acumuladas na Europa. Porém, seu temperamento austero lhe rendeu muitas antipatias e inimizades. Pois, o jovem dedicava-se sem limites ao Museu mantendo a primazia intelectual e administrativa, e o fez com a paixão de jovem comprometido com o que acreditava e defendia em matéria de espaço museal. Em 11 de novembro de 1874, o Conselheiro Freire Alemão faleceu. Ladislau Netto passa a assumir a direção geral do Museu Nacional de modo efetivo: a experiência que recebeu quando estava na interinidade da direção lhe proporcionou segurança ao assumir, por direito, a gestão administrativa (DUARTE, 1950).

Na perspectiva de Duarte (1950), a sua efetivação como diretor geral resultou a uma tarefa árdua, pois pretendia tornar o Museu um centro de pesquisa e de estudos para acompanhar a evolução da ciência, proporcionando a produção científica no país. Inicia sua gestão publicando, no *Jornal do Comércio*, uma carta pedindo aos amigos e ao público doações de peças que pudessem compor e enriquecer o MN. Dá-se início ao colecionismo institucional nos moldes de uma política museal nacional. Acabou sendo atendido por muitos que acolheram ao seu apelo.

Além das pesquisas de estudo e formação de acervos exclusivos dos povos pré-cabralinos, outra grande iniciativa foi a de promover uma reforma, em três momentos distintos, com base na institucionalização, na regulamentação e na administração do museu. Em síntese, Ladislau Netto, segundo Lopes (1997), estabeleceu durante o período em que esteve como diretor efetivo do Museu Nacional três Regulamentos com a finalidade de organizar o funcionamento, as ações e as pesquisas da Instituição. O primeiro Regulamento foi instituído em 1876; o segundo em 1888; e o terceiro em 1890.

No Regulamento de 1876<sup>20</sup>, instituído pelo Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro, o Museu tinha por finalidade estudar a “História Natural, particularmente do Brasil [...] ensino das ciências físicas e naturais, sobretudo em suas aplicações à agricultura, indústria e artes” (LOPES, 1997, p. 159). Neste Regulamento é instituído

---

<sup>20</sup> Ver Regulamento no ANEXO A.

não somente a criação da revista *Arquivos* do Museu Nacional, como foram instalados cursos públicos gratuitos e a seleção de técnicos por seleção ou concurso público.

No Regulamento de 1888, doze anos após o primeiro Regulamento, aprovado por meio do Decreto nº 9.942, de 25 de abril, essa finalidade é mantida. Porém, dá lugar a 4ª seção para estudos da Antropologia, Arqueologia e Etnografia, além de transformar os cursos regulares em conferências públicas. Já o Regulamento de 1890, dois anos após o segundo Regulamento, foi aprovado por meio do Decreto n.º 379-A, de 08 de maio, cuja finalidade se definirá em “[...] estudar a história natural do globo e em particular do Brasil”, assim como reunir e classificar suas produções naturais através dos “[...] métodos mais aceitos nos grêmios científicos acompanhadas de indicações quanto possíveis explicativas ao alcance dos entendidos e do público” (LOPES, 1997, p. 159).

Quadro 1 - Organização do MN - Regulamento de 1876

<b>SEÇÕES DO MUSEU NACIONAL</b>	
<b>1ª Seção</b>	Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal;
<b>2ª Seção</b>	Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal;
<b>3ª Seção</b>	Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral.

Fonte: Dantas (2012).

Quadro 2 - Organização do MN - Regulamento de 1888

<b>SEÇÕES DO MUSEU NACIONAL</b>	
<b>1ª Seção</b>	Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada;
<b>2ª Seção</b>	Botânica;
<b>3ª Seção</b>	Mineralogia, Geologia e Paleontologia;
<b>4ª Seção</b>	Antropologia, Etnologia e Arqueologia.

Fonte: Dantas (2012).

Entre as alterações estabelecidas é possível notar as mudanças nos nomes das seções, tanto por concepção científica como pelo acréscimo de novas disciplinas. A exemplo do Regulamento de 1876, as seções se organizavam desse modo: 1ª seção: Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e

Paleontologia Animal; 2ª seção: Botânica Geral e Aplicada, Paleontologia Vegetal; 3ª seção: Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral. Enquanto no Regulamento de 1888, as seções foram reorganizadas com essa base: 1ª seção: Zoologia, Anatomia e Embriologia; 2ª seção: Botânica; 3ª seção: Mineralogia, Geologia e Paleontologia; 4ª seção: Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Porém, o Regulamento de 1890 trouxe pouca inovação, permanecendo a mesma organização na parte estrutural. Somente algumas determinações acerca dos horários de trabalhos dos funcionários reforça suas configurações de Museu Nacional, Metropolitano e Universal.

A primeira seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal ficou sob a direção do médico João Batista Lacerda (1876 a 1885). Depois sob a tutela do diretor Emil August Goeldi (1885 a 1890); e de Hermilo Bourguy Macedo de Mendonça, diretor interino em 1889, e efetivo em 1894. Durante todos esses anos é evidenciado, segundo Lopes (1997), a ampliação da coleção de Anatomia Comparada, concluindo-se também a reorganização e classificação de mamíferos e aves. Houve um aumento do número de novos gêneros, assim como também um maior número de espécies de indígenas. A coleção, nesta seção, calculava-se à época em 1.052. Essa coleção em sua maioria foi doada por estudiosos e até proprietários residentes no Rio de Janeiro. Para incremento da coleção, Ladislau Netto defendia a necessidade de uma lancha para facilitar as excursões.

A segunda seção de Botânica Geral e Aplicada, Paleontologia Vegetal ficou sob a direção de Ladislau Netto, com a subdireção do Conselheiro Dr. Nicolau Joaquim Moreira, também diretor do Jardim Botânico. Conforme Lopes (1997), em 1877, Ladislau Netto emitiu um relatório em que informa que a coleção de botânica era composta por doações, mas também coletado pelos funcionários do Museu, sendo 40 espécies de plantas vindas de Minas Gerais, 100 do Rio Grande do Sul, 800 do Paraná e Santa Catarina, 2.101 do Rio de Janeiro, centenas da Ilha de Marajó e 600 dos EUA. Além dessas, havia as coleções industriais compostas por madeira, resinas, gomas, fibras e os corantes, assim como um herbário com 8.000 espécies. Entre tantas doações, a Seção de Botânica recebera do Professor de desenho da Escola da Marinha, capitão Antônio José da Rocha, uma coleção de frutos indígenas modelados. Este havia se comprometido a completar a coleção de carpologia da flora brasileira.

Conforme Lopes (1997), Ladislau Netto, através dos seus relatórios (1890), justificava aos seus superiores (Ministro da Agricultura) a necessidade de um horto botânico para que o MN pudesse se equiparar tanto as demais instituições da Europa e EUA, quanto se ajustar às inovações exigidas pela ciência. Sua sugestão era que a Praça da República (Campo de Santana/RJ), localizada na frente do Museu, fosse anexada à instituição e ali se constituísse o horto do qual a seção necessitava.

Por conseguinte, conforme organização no Regulamento de 1876, vem a terceira e última seção sobre Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral. Essa seção esteve sob a direção do geólogo norte-americano, Charles Frederic Hartt, durante o ano de 1876. O geólogo relata, segundo Lopes (1997), que ao assumir a seção, encontrou-a muito desorganizada, o que rendeu o trabalho de classificar e catalogar todo o material. Hartt foi o responsável por organizar a coleção de minerais, representando o Brasil na Exposição Universal da Filadélfia, assim como também ministrando aulas nos cursos do Museu. Em 1879, a seção esteve sob a direção do também geólogo e norte-americano, Orville Adalbert Derby. Derby foi designado a acompanhar a Comissão para estudos geológicos e hidrográficos do rio São Francisco assim como dos minerais, sob a forma de ouro e diamante, na região de Minas Gerais. Derby, durante sua atuação na seção, estreitou laços com pesquisadores e instituições norte-americanas. A formação das coleções da seção não difere das demais, ao partir de doações e intercâmbios entre instituições norte-americanas e das diversas províncias do Brasil. Uma das doações foi o meteorito de Bendegó<sup>21</sup>, encontrado na província da Bahia em 1784, o mineral ainda hoje compõe a coleção do MN. Por fim, Duarte (1950) pontua que, em 1890, assume a direção da seção o engenheiro Francisco de Paula Oliveira; e como subdiretor, Hildebrando Teixeira Mendes. Mendes assume a seção, efetivamente, em 1895, dois anos após a solicitação de Ladislau Netto de sua aposentadoria, desligando-se, definitivamente, do Museu Nacional.

Além das três seções organizadas pelo Regulamento, Ladislau Netto assumiu os estudos de Antropologia, Etnologia e Arqueologia, ao longo de 1876. Mas, a partir do Regulamento de 1888, a quarta seção foi implantada, a qual abarca as áreas já referidas. Conforme Lopes (1997, p. 174, grifos nossos), a concepção de Mello e

---

<sup>21</sup> O meteorito de Bendegó resistiu ao incêndio sofrido pelo Museu Nacional em setembro de 2018.

Netto “[...] sobre essas áreas de saber era a do seu tempo e apontava para uma questão na qual, nos próximos anos, se envolveriam profundamente nossos diretores de museus – *o extermínio de indígenas*”.

Ao tempo que Mello e Netto se dedicava à seção de Botânica e Antropologia, também estava na direção geral do MN. De acordo com Lopes (1997, p. 170), Ladislau Netto confessa ser uma situação “muito difícil”. Porém, é justamente nessa árdua conciliação de tarefas que Ladislau Netto apaixonou-se pela Arqueologia brasileira. Por esta causa, ainda de acordo com Lopes (1997, p. 170), “[...] suas pesquisas botânicas aos poucos cederam lugar às antropológicas e etnográficas. [...] *Se empenhava em recolher aos museus a cultura material das populações que estavam sendo dizimadas*”. Conforme expressa seus sentimentos nas palavras abaixo.

Eu sentia um aperto no coração, mas eu devia sacrificar meus gostos e meus interesses pessoais pelos deveres de minha posição no Museu, para o qual *os estudos de nossos índios, prestes a desaparecer completamente, é a tarefa mais urgente e a mais alta missão atual* (MELLO E NETTO, 1889, p. 26 *apud* LOPES, 1997, p. 170, grifos nossos).

Essas palavras, de acordo com Lopes (1997), eram objetos de confissão ao professor francês Bailou. Endereçada por meio de uma carta, datada de 1883, na qual Ladislau Netto ressalta o sacrifício dos seus interesses pessoais, tratava de deixar, um pouco de lado, os estudos sobre botânica para assumir pesquisas Antropológicas. E isto não somente por paixão, mas também pela consciência de que, enquanto diretor do MN, tinha por missão estudar os índios brasileiros desde suas origens até o presente, levando-se em consideração a riqueza identitária dada ao Brasil por seus costumes e crenças por vezes identificados através dos estudos no Museu como uma representação material da cultura indígena, quiçá de raízes brasileiras. Em síntese, os estudos sobre Ladislau Netto sinalizam a sua atuação como um provável precursor de uma valoração da cultura indígena brasileira situando o seu pioneirismo no plano acadêmico institucional do indigenismo, nos marcos das políticas públicas do Brasil.

#### 4.1 Os Cursos e os concursos públicos

Os cursos foram implantados pelo Regulamento de 1876, os quais cabiam ao conselho diretor do museu organizar e ministrar os mesmos. Cada diretor de seção ministrava no mínimo uma aula por semana de acordo com sua área de trabalho e profissão. Esses cursos eram livres e abertos para toda a sociedade. Eram ofertados cursos de Ciências Naturais, Botânica e Zoologia, Geologia, Antropologia e Mineralogia.

Assim como os concursos públicos que também foram instituídos pelo Regulamento de 1876, que tinha por finalidade a primazia da profissionalização dos que almejassem fazer parte do quadro de funcionários do Museu Nacional.

*Consideramos assim que o estabelecimento de concursos para os cargos efetivos do Museu Nacional, a partir do Regulamento de 1876, foi um dos aspectos do reconhecimento social da profissionalização dos naturalistas. Isso porque, mesmo que o apadrinhamento político tenha sido norma na obtenção de cargos públicos no Brasil, o fato de um candidato ser submetido a uma prova científica sob responsabilidade de uma banca de diretores do museu, antes de seu nome ser aprovado pelo ministro, sem dúvida conferia àqueles uma autoridade e autonomia profissionais que até então jamais haviam tido (LOPES, 1997, p. 191, grifos nossos).*

Por ocasião da implantação do concurso público, na gestão de Ladislau Netto, foi possível a contratação de naturalistas estrangeiros para ocupar os cargos do Museu, conferindo à Instituição um grau de desenvolvimento científico, que marcou a gestão de Ladislau Netto, no Museu como a “idade de ouro”.

*Foi este o início do período mais fecundo, de maior atividade e de mais intenso brilho na história do Museu Nacional. Ele cresceu muito no valor do cabedal que possuía e na reputação científica que já havia adquirido, até nivelar-se com as melhores instituições congêneres existentes em outros países da Europa e da América. Seu brilho atual ainda é, por assim dizer, um reflexo da luz intensa projetada por aquela reforma [1876, após...] a qual veio o que se poderia com razão chamar a idade de ouro do Museu Nacional (LACERDA, 1905, p. 37, grifos nossos).*

Este período a que se refere Lacerda transcorreu, na gestão de Ladislau Netto, em que esteve sob a direção geral do MN. Lacerda, ao tempo do Regulamento de 1876, assumia o cargo de subdiretor da seção de Zoologia do Museu. Em 1895 assumiu a direção geral do Museu; e, em 1905, ainda como diretor, publica o livro “*Fastos do Museu Nacional*”, no qual faz um apanhado dos feitos mais relevantes de cada diretor geral dessa instituição. De acordo com sua

análise, inicia os feitos de Ladislau Netto através da reforma do Museu por meio do Regulamento referenciado, assim como expressa a consolidação do Museu Nacional através da sua reputação científica como instituição de representação do país na Europa e nas Américas.

#### 4.2 A revista *Arquivos do Museu Nacional*

A revista *Arquivos* também nasce impulsionada pelo Regulamento de 1876, instituído no Museu Nacional. Ela é considerada a primeira revista especializada em Ciências Naturais no Brasil, conforme previsto no cap. IV, art. 19, do mesmo documento. Sua finalidade se baseava em dar “[...] conta de todas as investigações e trabalhos realizados no estabelecimento, das notícias nacionais ou estrangeiras que interessarem às ciências de que se ocupa o Museu [...]” (MUSEU NACIONAL, 1876).

Duarte (1950, p. 131) considera que “[...] foi através da revista que o Museu se projetou no mundo científico, universalizou-se [...]”. Não era uma revista popular de divulgação, mas puramente científica e técnica.

Quanto aos *Arquivos* [revista] do Museu Nacional, em plena década de 1870, Netto já não podia conceber uma instituição científica que não dispusesse de seu órgão de divulgação, particularmente no país onde até então não existiria de modo regular e duradouro uma publicação exclusivamente voltada às Ciências Naturais (LOPES, 1997, p. 182)

De acordo com Agostinho (2014), a revista foi uma importante ferramenta, não somente consagrou o Museu Nacional enquanto espaço de produção e estudos científicos especializados, ascendendo à ciência no Brasil, mas cuidou de reverberar os autores contemplados com artigos na revista, alcançando os países europeus e adjacentes, na medida em que servia de veículo de difusão e repositório dos trabalhos dessa instituição,

[...] embora o Museu Nacional fosse uma instituição que deveria atender as demandas políticas do Império, era também aquele espaço o lugar de ação de homens que se buscavam afirmar através das práticas científicas que então realizavam e que, por sua vez, orientavam as demandas políticas, numa relação recíproca. E a revista, portanto, foi uma importante ferramenta de consagração institucional, imperial e autoral, tendo em vista que publicar é uma das facetas do fazer científico (AGOSTINHO, 2014, p. 14).

A revista foi criada para ser publicada trimestralmente, mesmo não seguindo essa periodicidade. De acordo com Vergara (2003, p. 58), foi “[...] durante muito tempo o único veículo de difusão no estrangeiro das ciências no Brasil [...]”, e sua distribuição era feita de forma gratuita entre muitas instituições do saber; e, em diversos países, utilizando-se ainda da permuta, o que facilitou o crescimento e a diversificação do conhecimento de forma exponencial do acervo da biblioteca do Museu Nacional.

A comissão de redação, conforme estabelecida pelo art. 20 do Regulamento, era composta pelo diretor geral do Museu Nacional, Ladislau de Souza Mello e Netto, e por um subdiretor de seção do Museu. Competia a Ladislau Netto o papel central na produção da revista, presidindo a comissão, cabendo-lhe a responsabilidade de prefaciá-la, avaliar e validar os artigos a serem publicados na revista, juntamente com os demais da comissão, que era formada por Carlos F. Hartt e C. L. de Saules Junior (MUSEU NACIONAL, 1876).

As atribuições de Ladislau Netto à frente da revista *Arquivos* do Museu Nacional, conforme observa Agostinho:

As escolhas editoriais eram uma atribuição de Ladislau Netto, conforme estabelecia o Regimento Interno. Assumindo o duplo papel de editor e prefaciador, competia a Netto operar para melhor receptividade daquele periódico. [...]. Enquanto a submissão dos textos passava pelo crivo da comissão de redação, Netto na condição de diretor geral e, por conseguinte, de presidente desta mesma comissão, deliberava sobre a edição dos volumes dos Arquivos. Era dele o dever regimental de determinar o modo de impressão, o volume, a ilustração, etc. de cada fascículo, conforme lhe parecer mais em harmonia com os interesses dos autores, crédito da revista e posses do museu (AGOSTINHO, 2014, p. 43).

Conforme Agostinho (2014), a revista *Arquivos* do Museu Nacional recebe esse nome como afirmativa da identidade de seus produtores, fazendo referência ao Museu Nacional como instituição brasileira, situando o leitor sobre a importância da memória e da nação. Pois, tal publicação era escrita em língua nacional, com a função de guarda e de preservação da memória documental construída, por sua vez, no ato de fazer ciência nos primórdios da era imperial no Brasil.

Conforme o Regulamento de 1876, é descrito no cap. IV, art. 19 que o Museu Nacional publicaria a revista *Arquivos* trimestralmente, porém, não é a periodicidade que se aplica, como pode ser observado no Apêndice A. Desde a gestão de Ladislau Netto, sua regularidade não é uniforme, pois as quatro primeiras publicações

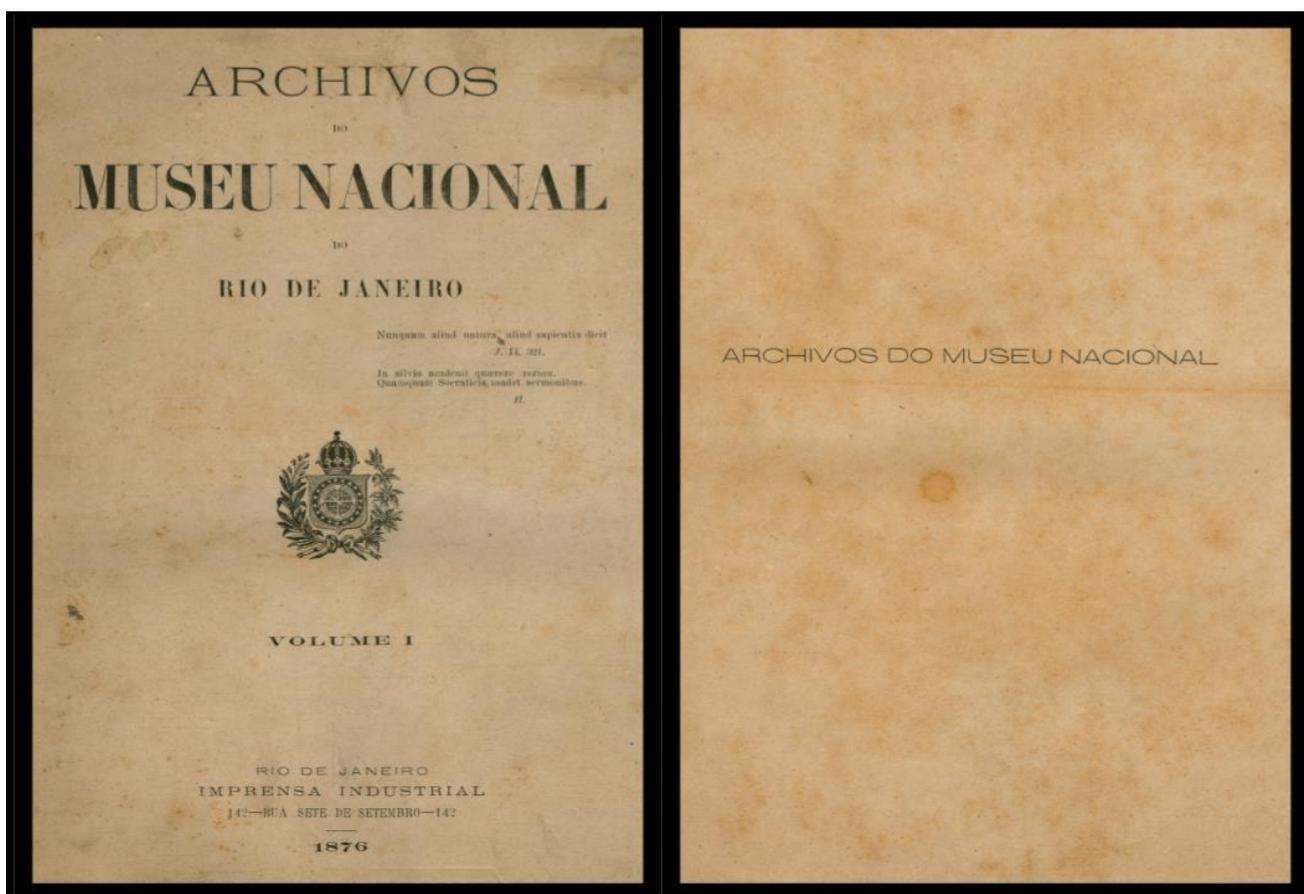
ocorrem em anos sucessivos. A partir do volume 5 até o volume 8, o espaçamento de tempo é irregular entre 2, 3 e 4 anos de uma publicação para outra. Diante do exposto, Agostinho (2014) observa que a dificuldade para impressão da revista era ocasionada por falta de verba que, por muitas vezes, foi solicitada por Ladislau Netto por meio de ofício ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Nas publicações subsequentes aos anos da gestão de Ladislau Netto, observa-se que a periodicidade entre os volumes apresenta um espaçamento também irregular, ou seja, os anos de 1895 a 2001 revelam uma periodicidade irregular, conforme os 1, 2, 3, 4 e 5 anos entre as publicações, com exceção dos volumes 56 e 57, ambos referentes aos anos de 1891 e 1997, calculando um espaçamento de tempo de 16 anos sem publicação da revista. Já de 2002 a 2007, as publicações seguiram a proposta inicial do Regulamento, sendo impressas em periodicidade trimestral: durante os anos de 2008, foram quadrimestrais, ou seja, 3 publicações ao ano; de 2009 a 2010 seguiram, semestralmente, duas vezes ao ano.

Vale ressaltar que, durante a gestão de Ladislau Netto, como já foi descrito acima, foram publicados apenas oito volumes, porém, o grande alcance, como diz Agostinho (2014, p. 63), “o brilhante jubileu científico” foi o volume 6 da revista *Arquivos*, a qual foi publicada especialmente sobre a Exposição Antropológica Brasileira. Esse volume contou com 112 artigos, os quais faziam relação com a Antropologia, Arqueologia e Etnologia, sua linguagem era mais acessível ao público, em geral, um dos pontos que a diferenciava das anteriores.

Seguem as figuras de número 6 e a de número 7, referentes às capas que correspondem tanto a do primeiro volume, de 1876, quanto a do último, de 2010:

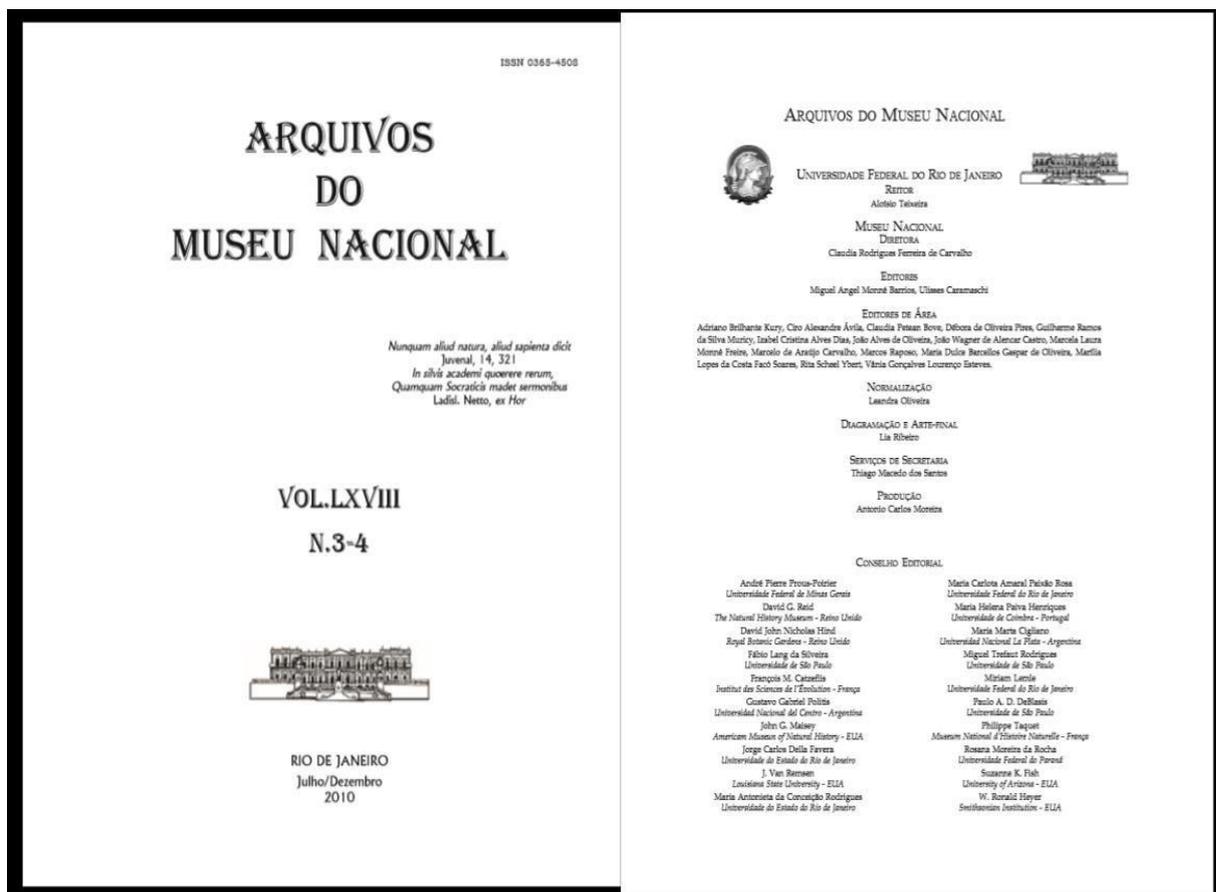
Figura 6 - Capa e folha de rosto do primeiro volume da revista Arquivos



Fonte: Acervo de publicações do MN (2020).<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Capa da primeira revista Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, classificada como vol. 1, publicada em 1876, impressa pela Imprensa Industrial com o brasão do Império centralizado. Disponível em: <https://xn--publicaes-w3a8m.museunacional.ufrj.br/publicacoes/arquivos-do-museu-nacional-issn-0365-4508/#>.

Figura 7 - Capa e folha de rosto do sexagésimo oitavo volume da revista *Arquivos*



Fonte: Acervo de publicações do MN (2020).<sup>23</sup>

Como esta pesquisa objetiva somente a gestão de Ladislau Netto, o foco maior desta análise será apenas com base nos oito primeiros volumes, a partir dos quais o referido gestor esteve à frente da comissão de organização, sendo responsável pelos respectivos prefácios. Deste modo, de acordo com o primeiro volume da revista *Arquivos* (1876), foram publicados os seguintes artigos e seus respectivos autores, representados no quadro 3:

<sup>23</sup> Capa da revista *Arquivos* do Museu Nacional, volume 68, publicado em 2010, referenciando a periodicidade de 6 meses, ou seja, julho/dezembro no Rio de Janeiro, com a logomarca do Museu. Sua folha de rosto apresenta, no cabeçalho, o nome da Universidade Federal do Rio de Janeiro e seu respectivo reitor; além disso, notam-se o nome do Museu e o expediente da revista. Disponível em: <https://xn--publicaes-w3a8m.museunacional.ufrj.br/publicacoes/arquivos-do-museu-nacional-issn-0365-4508/#>.

Quadro 3 - Primeiro volume da revista *Arquivos* (1876)

AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO
Carl Wiener	<i>Estudos sobre os sambaquis do sul do Brasil.</i>
Carlos Frederico Hartt	<i>Nota sobre algumas tangas de barro cozido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó.</i>
	<i>Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional.</i>
João Joaquim Pizarro	<i>Nota descritiva de um pequeno animal extremamente curioso e denominado <i>Batrachyichthis</i>.</i>
João Batista de Lacerda Filho	<i>Ação fisiológica do Urari.</i>
	<i>Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil - Nota sobre a conformação dos dentes.</i>
João Batista Lacerda e José Rodrigues Peixoto	<i>Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil.</i>
Domingos S. Ferreira Penna	<i>Breve notícia sobre os sambaquis do Pará.</i>
Ladislau Netto	<i>Estudos sobre a evolução morfológica dos tecidos nos caules sarmentosos.</i>

Fonte: dado da pesquisa (2021).

Neste primeiro volume, segundo Lopes (1997), a revista *Arquivos* foi bem aceita pelas associações de revistas científicas europeias. Ela recebeu **menção especial** pela revista de *Antropologia* vinculada à Sociedade de Antropologia da França.

O segundo volume da revista *Arquivos*, publicado em 1877, contou com as seguintes publicações e autorias, representadas no quadro 4:

Quadro 4 - Segundo volume da revista *Arquivos* (1877)

AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO
João Batista de Lacerda	<i>Investigações experimentais sobre a ação do veneno da <i>Bothrops Jararaca</i>.</i>
	<i>Aditamento às investigações precedentes sobre a ação do veneno da <i>Bothrops Jararaca</i>.</i>
Frederico Muller	<i>A correlação das flores versicolores e dos insetos pronubos.</i>
	<i>As máculas sexuais dos indivíduos masculinos das espécies <i>Danais Eripus</i> e <i>D. Gilipus</i>.</i>
	<i>Os órgãos odoríferos das espécies <i>Epicália Acontius Lin</i> e de <i>Mycelia Orsis Dru</i>.</i>
	<i>Os órgãos odoríferos nas pernas de certos <i>Lepidoptores</i>.</i>
	<i>Os órgãos odoríferos nas pernas de certos <i>Lepidoptores</i> (suplemento).</i>
Domingos Soares Ferreira Penna	<i>Apontamentos sobre os <i>Ceramios</i> do Pará.</i>
	<i>Apêndice – Urnas do Maracá e Observações sobre as duas urnas (figura 3ª e 4ª) descritas e figuradas pelo Sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo “Antiguidades do Amazonas”, inserto na Revista <i>Ensaios de Ciência</i>.</i>
Orville Adalbert Derby	<i>Contribuições para a Geologia da região do Baixo Amazonas.</i>

<b>Ladislau Netto</b>	<i>Apontamentos sobre os Tembetás das Coleções Arqueológicas do Museu Nacional.</i>
-----------------------	---

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O terceiro volume da revista *Arquivos*, publicado em 1778, foi composto pelos artigos, conforme representação no quadro 5:

Quadro 5 - Terceiro volume da revista *Arquivos* (1878)

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO DO ARTIGO</b>
<b>Frederico Muller</b>	<i>Os órgãos odoríferos da Atirrhea Archea Hübner.</i>
	<i>Sobre as casas construídas pelas larvas de insetos trichopteros da província de Santa Catarina.</i>
	<i>Sobre as casas construídas pelas larvas de insetos trichopteros da província de Santa Catarina. (Suplemento)</i>
<b>Henri Gorceix</b>	<i>Estudos geológicos e mineralógicos sobre algumas localidades de Minas Gerais – Prefácio.</i>
<b>Leandro Dupré Junior</b>	<i>Estudos geológicos e mineralógico da região E. de Ouro Preto, compreendida entre aquela cidade e a povoação do Taquaral e o rio do Carmo/aluno engenheiro da Escola de Minas de Ouro Preto.</i>
<b>Luiz Adolpho Correa da Costa</b>	<i>Estudo geológico da região de S. Bartolomeu e da mina de ouro da Tapera perto de Ouro Preto/ aluno engenheiro da Escola de Minas de Ouro Preto.</i>
<b>João Batista Lacerda</b>	<i>Algumas experiências com o veneno do Bufo ictericius.</i>
	<i>Investigações experimentais sobre o veneno do Crotalus Horridus.</i>
<b>Orville Adalbert Derby</b>	<i>A bacia cretácea da Bahia de Todos os Santos.</i>
	<i>A geologia da região diamantífera da província do Paraná no Brasil.</i>
<b>Richard Rathbun</b>	<i>Observações sobre a geologia – aspecto da Ilha de Itaparica, na Bahia de Todos os Santos.</i>
<b>Ladislau Netto</b>	<i>Resumo do curso de Botânica do Museu Nacional, em 1878.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O quarto volume da revista *Arquivos*, publicado em 1879, foi composto pelos seguintes artigos, representados pelo quadro 6:

Quadro 6 - Quarto volume da revista *Arquivos* (1879)

<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO DO ARTIGO</b>
<b>Nicolau Joaquim Moreira</b>	<i>Insectologia, metamorfose de uma heliconia.</i>
<b>Domingos S. Ferreira Penna</b>	<i>Algumas palavras da língua dos Aruans.</i>
<b>Frederico Muller</b>	<i>Descrição do Elpidium Bromeliarium, A metamorfose de um inseto Díptero – 1ª parte: descrição do exterior da larva, 2ª parte: Anatomia da larva, 3ª parte: Anatomia da larva e 4ª parte: Chrysalida e inseto perfeito.</i>
<b>João Batista Lacerda</b>	<i>Crânios de Maracá.</i>
	<i>Notas sobre as condições que favorecem a decomposição dos ossos.</i>
<b>Orville Adalbert Derby</b>	<i>Contribuições para o estudo da Geologia do Vale do rio São Francisco.</i>

	<i>Observações sobre algumas rochas diamantíferas da província de Minas Gerais.</i>
--	---

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O quinto volume da revista *Arquivos*, publicado em 1881, apresenta o trabalho completo do botânico brasileiro, Frei José Mariano da Conceição Veloso, conforme representação no quadro 7:

Quadro 7 - Quinto volume da revista *Arquivos* (1881)

AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO
<b>Ladislau Netto</b>	<i>Algumas palavras.</i>
<b>Frei Mariano da Conceição Veloso</b>	<i>Obra completa Flora Fluminensis.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O sexto volume da revista *Arquivos*, publicado em 1885, foi consagrado aos trabalhos apresentados na Exposição Antropológica Brasileira de 1882, ficando essa exposição conhecida como a grande festa antropológica, ou mesmo a maior festa científica do século XIX (DUARTE, 1950). Este volume foi assim constituído pelos seguintes artigos, conforme representação no quadro 8:

Quadro 8 - Sexto volume da revista *Arquivos* (1885)

AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO
<b>Carlos Frederico Hartt</b>	<i>Contribuições para etnologia no vale do Amazonas.</i>
<b>João Batista de Lacerda</b>	<i>O homem dos Sambaquis: contribuições para a antropologia brasileira.</i>
<b>José Rodrigues Peixoto</b>	<i>Novos estudos craniológicos sobre os Botocudos.</i>
<b>Ladislau Netto</b>	<i>Advertência e Investigações sobre a Arqueologia Brasileira.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O sétimo volume, publicado em 1887, contou com a exclusividade da obra de Charles A. White (*in memória* de Carlos Frederico Hartt), monografia proveniente da extinta Comissão Geológica Brasileira, como forma de batismo publicitário das suas pesquisas, conforme apresentado no quadro 9.

Quadro 9 - Sétimo volume da revista *Arquivos* (1887)

AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO
<b>Charles A. White</b>	<i>Contribuições à Paleontologia do Brasil.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O oitavo volume foi publicado em 1892, ou seja, depois de 5 anos da publicação do sétimo volume. Observa-se que nesse oitavo volume, o prefácio já não é escrito por Ladislau Netto, pois este ano o botânico já havia se afastado da direção do Museu Nacional e, conseqüentemente, das suas obrigações como editor da revista. Neste volume encontra-se somente o relatório de Emílio Goeldi, conforme referenciado no quadro 10:

Quadro 10 - Oitavo volume da revista *Arquivos* (1892)

AUTOR	TÍTULO DO ARTIGO
Emílio Augusto Goeldi	<i>Relatório sobre a moléstia do cafeeiro na província do Rio de Janeiro.</i>

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Lopes (1997, p. 182) observa que: “Em 1878, Ladislau Netto organizaria também um serviço gráfico anexo ao museu para facilitar e baratear os custos de alguns trabalhos de impressão da revista.” O gestor até confessa que a revista *Arquivos* do MN foi a atividade que, durante sua gestão, mais exigiu seus cuidados. Como resultado do cumprimento do seu papel de veículo de difusão das pesquisas científicas, realizadas pelo MN em 1886, a distribuição da revista *Arquivos* compreendia um total de oitocentos exemplares enviados para bibliotecas e museus no exterior, ao mesmo tempo que, como permuta, eram recebidas as publicações de, aproximadamente, 52 cidades de todo o mundo.

Todo esse esforço se traduzia, em casa, em prestígio científico e apoio político, que nunca faltaram a Netto, e também em “medidas de economia”. Pelo menos na sua argumentação ao governo para garantir a continuidade da revista e de seu ideal de museu. As centenas de exemplares que eram remetidos para o exterior garantiram ao museu grande ampliação de sua biblioteca, em virtude das permutas cujos valores das obras recebidas ultrapassavam muito os gastos com os *Arquivos* (LOPES, 1997, p. 184).

Portanto, a revista estabeleceu uma rede social de trocas de conhecimentos entre os pesquisadores, ou homens de saber como se falava muito na época, configurando-se como uma ferramenta de difusão científica no processo, tanto por validar e dar visibilidade às produções e aos seus produtores oriundos do Museu Nacional, como ainda por servir de respaldo legal de guarda do conhecimento produzido na instituição, a qual era financiada pelo erário público correspondente ao II Império e à emergente República. Sendo assim, Agostinho (2014, p. 102) afirma

que “[...] a difusão mundial dos *Arquivos* foi importante para a projeção internacional do Museu Nacional e de seus agentes. Através dela, aquela instituição imperial pode ser conhecida e reconhecida pela comunidade científica [...]” mundial.

À propósito dos passos que a revista possibilitou ao Museu, Gomes (2011) sinaliza a importância da informação ser transmitida, distribuída e disseminada. Para Almeida Júnior (2012, p. 26): “Os espaços preservam os suportes e, estes, o conhecimento tido como verdadeiro, o conhecimento dominante, o conhecimento dos dominantes”. Notadamente, em tais aspectos da organização e disponibilidade do conhecimento, são ressaltadas as preocupações de interferências e as lisuras procedimentais. Sendo assim, o conhecimento, como atributo fundamental da percepção humana e da consciência crítica para interpretação da realidade, assume relevância com os estímulos provocados pela representação da informação.

A exemplo do que expressa Le Goff (1990), os reis criavam suas instituições como extensão das suas memórias, tais quais os arquivos, as bibliotecas e os museus. Já o Museu Nacional criou a revista como suporte de guarda do conhecimento, com o propósito de não somente armazenar, mas também de comunicar-se através do tempo e do espaço. Em síntese, uma extensão da memória científica, política, social e cultural brasileira.

### **4.3 As Expedições e Exposições no Museu Nacional**

As expedições científicas apresentaram-se como objeto de estudo, sendo realizadas durante a gestão de Ladislau Netto, na posição de diretor do Museu Nacional. Diante disso, a primeira excursão aconteceu no ano de 1877, objetivando um estudo científico sobre o Nordeste do Brasil, mais precisamente, a natureza e o homem do Baixo São Francisco, assim como a existência, *in loco*, de cemitérios indígenas às margens do rio. Porém, nesse ano acontecia, de Alagoas ao Ceará, uma seca que se tornou histórica e se propagou feito um flagelo. Essa seca fez com que muitos alagoanos padecessem. Piranhas e Penedo, neste sentido, foram as cidades ribeirinhas mais populosas à época, cuja seca assolavam as terras com doenças, sede e fome (DUARTE, 1950).

A sua chegada a Alagoas foi noticiada pelo jornal “O Liberal<sup>24</sup>” através do jornalista Patrício (apud DUARTE, 1950, p. 147):

Quem cedo habituou-se a ver no trabalho a consagração do seu merecimento, quem lutou e venceu sem deixar nos boletins a marca do remorso nem mostrar nos troféus o emblema da vileza, pode dispensar cortesias, já que talento perdeu o privilégio das realezas para constituir-se a mais esplêndida manifestação da vida social. Ser grande, hoje, não é dominar, é servir e, nestas condições, nenhuma honra levará dianteira à de talento laureado pela ciência. Bem-vindo seja o mestre que é a subida proclamação da vitalidade nacional, bem aceito o ilustre conterrâneo que é o mais viçoso florão da grinalda alagoana.

Na província de Alagoas, visitou a velha cidade de Alagoas – hoje, Marechal Deodoro –, hospedando-se em um sobrado na cidade de Penedo, e, apesar de não poder esquadrihar Alagoas em seus estudos como desejava, pôde conhecer os potes de barro de Porto Real do Colégio, os quais se assemelhavam às igaçabas produzidas pelos índios do Brasil (DUARTE, 1950). Por fim, toda essa viagem rendeu um trabalho chamado de “horas de lazer”, conforme revela o trecho de suas narrativas abaixo:

No Pontal, que assim se chama a extremidade da margem esquerda do rio [foz do Rio São Francisco], e onde se acham a um tempo o farol e a atalaia, surpreendeu-me a extensão e possança dos cômoros de areia que os ventos da costa arrojaram para sobre alguns coqueiros, em grande parte de espique, imerso nelas, como se ainda por este fenômeno característico das margens do Nilo quisesse propício e caprichoso acaso tornar mais viva a ilusão fantasiada por uma notável verossimilhança (NETTO, [1877] apud DUARTE, 1950, p. 155).

Na visão de Duarte (1950), Ladislau Netto como cientista fez uma descrição geológica da zona ribeirinha do rio São Francisco, assim como registrou dados sobre o clima de Penedo comparando-o ao de Maceió. Porém, conforme explicitado no parágrafo anterior, lamentou não encontrar cemitérios indígenas nas cidades às margens do rio, deparando-se somente com os potes de Porto Real do Colégio. Não conseguindo realizar seu objetivo, embarcou de Penedo no vapor Jequiá, em 10 de janeiro de 1878, para a cidade de Maceió, ficando hospedado na casa de parentes à rua do Rosário (prédio que hoje fica na ladeira do Brito – Centro).

Logo depois, seguiu para o Rio de Janeiro, no vapor Espírito Santo, em 18 de janeiro de 1878. Das memórias da viagem, escreveu uma despedida aos

---

<sup>24</sup> No Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, encontra-se os exemplares (1869-1883), e no Arquivo Público de Alagoas, há os exemplares (1869-1889).

conterrâneos. Mediante sua própria solicitação foi publicada no Diário das Alagoas<sup>25</sup>, um dia após a sua partida, em 19 de janeiro de 1878:

Cordialmente grato ao bondoso agasalho que recebi nas diversas localidades, a que me conduziu minha rápida e agora finda excursão no solo querido da terra natal, recorro à imprensa para manifestar meu particular reconhecimento aos amigos e afeiçoados que nesta Província me criaram, não os predicados de minha obscura individualidade, mas unicamente os sentimentos patrióticos do povo alagoano, entre os quais refulge, espontânea e inimitável, a mais franca hospitalidade. Maceió, 18 de janeiro de 1878 – Ladislau Netto (DUARTE, 1950, p. 159).

As suas palavras sugerem afeto e ternura por suas raízes, e retratam a acolhida calorosa do povo de Alagoas, a qual ele retribuiu com reconhecimento e orgulho. Ali também se fazia presente o adolescente que migrou, aos dezesseis anos, para a Corte no Rio de Janeiro. Aos 40 anos retorna trazendo na bagagem muito das suas conquistas obtidas por meio de seu empenho e talento pessoais. A publicação da despedida, no Diário das Alagoas e no jornal O Liberal, representava uma declaração pública aos alagoanos de um homem maduro em busca do conhecimento e da ciência, como formas de expressão e de linguagem.

Em síntese, o objetivo era reunir artefatos arqueológicos e antropológicos para a Exposição Antropológica Brasileira, por isso seguiu outra expedição científica, em janeiro de 1882, desta vez para a região Norte, passando primeiro pelo estado do Amazonas, onde realizou exumação no Pacoval<sup>26</sup> - Ilha de Marajó. Segundo Duarte (1950, p. 165), “[...] esse sítio arqueológico foi descoberto por Ferreira Penna, naturalista viajante do Museu, contratado na gestão de Ladislau Netto”.

As preciosidades arqueológicas descobertas pelas escavações da região são detalhadas por Lacerda (1905, p. 56) como cerâmica [sic] “[...] moldados em argila: ídolos, figuras zoomorphas, outras anthropomorphas, urnas funerárias [...], figuras humanas agachadas, [...] tangas para velar as partes pudendas femininas, pratos [...]”. Depois seguiu para o Pará. Em suas pesquisas, juntamente à equipe de pesquisadores do Museu, foi possível recolher esqueletos e crânios de indígenas Temembés e outras tribos; material ricamente antropológico. Depois prosseguiu

---

<sup>25</sup>Encontra-se no Arquivo Público de Alagoas os exemplares (1859-1957), e no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, os exemplares (1858-1880/1882-1884/1888/1907).

<sup>26</sup> Pacoval – extensa lombada de terra cortando o lago Arary, encontrado na região do Amazonas, possuindo o aspecto de um jabuti.

viagem para a região Sul, ocupando-se em pesquisar sobre os sambaquis<sup>27</sup>. O estudo realizado durante essas excursões, assim como o material coletado serviram para compor os acervos tanto da Exposição Antropológica Brasileira, de 1882, quanto da Exposição Universal de Paris, de 1889.

Conforme já foi observado nos parágrafos anteriores desta subseção, as expedições científicas realizadas, em sua maioria, tiveram como objetivo a composição das Exposições, as quais serão tratadas a seguir. Porém, para discorrer sobre esses eventos em um museu, requer-se obviamente uma introdução conceitual no que se refere à exposição. Sendo assim, esta pesquisa utiliza-se de Meneses (1994, p. 24), para a compreensão do que vem a ser a exposição. O referido autor se refere à exposição a partir de um olhar voltado para diversas direções, pois “[...] o objeto aparece fundamentalmente como suporte de significações que a própria exposição propõe [...]”.

Ainda segundo Meneses (1994, p. 25), o caráter da exposição implica na convenção visual, que é organizada com a finalidade de produzir sentidos. Neste caso uma exposição, especificamente num museu com características históricas e antropológicas, como é o caso do Museu em estudo, “nunca” será uma “exibição neutra ou literal de artefatos”, pois “[...] a exposição museológica pressupõe, forçosamente, uma concepção de sociedade, de cultura, de dinâmica cultural, de tempo, de espaço [e] de agentes sociais” (MENESES, 1994, p. 25).

De modo que a leitura do historiador, arqueólogo e museólogo paulista, ex-diretor do Museu do Ipiranga, implica em considerar:

Nos museus de ciências naturais [...], a explicitação dos princípios e pressupostos na organização de coleções e exposições sempre foi norma nos séculos XVIII e XIX. Mais ainda, é no museu de História Natural oitocentista que se encontra, como se disse, a articulação mais íntima e fecunda entre museus e produção de conhecimento. Na realidade, é o único modelo (com seu derivado antropológico) que funcionou plenamente como instrumento institucional da contribuição museológica à atividade científica (MENESES, 1994, p. 25).

Assim, deve-se inferir sobre a relação entre o pensamento de um contemporâneo nosso e a percepção de Ladislau Netto, no último quartel do século XIX, quanto às formas de organização do espaço museal.

---

<sup>27</sup> Ver: Estudos sobre os sambaquis do Sul do Brasil, de autoria de Carlos Wiener – publicado na revista *Arquivos do Museu Nacional*, vol. 1, 1876.

Logo, as considerações de Meneses (1994) apenas corroboram com os princípios presentes na organização das coleções e dos instrumentos de visibilidade da exposição. Esta, por sua vez, engendra as ações responsáveis pela produção e difusão do conhecimento no que tange à história natural e à antropologia social. A análise do museu oitocentista, cujo foco recai sobre o Museu Nacional, lança luzes sobre suas exposições que, por sua vez, serviram como vetores para a consolidação dos estudos científicos no Brasil.

No âmbito deste estudo, nesse sentido, esta seção fará um apanhado histórico acerca das duas exposições mais relevantes do Museu Nacional. A primeira, por ordem cronológica, será a Exposição Antropológica Brasileira; a segunda, a Exposição Universal Internacional de Paris, ambas ocorridas durante a gestão de Ladislau Netto como diretor do Museu Nacional. Sendo assim, a primeira Exposição Antropológica Brasileira acontece dentro do Museu Nacional, em 29 de julho de 1882, como proposta de aproximar a sociedade da instituição (DUARTE, 1950).

Segundo Duarte (1950), Ladislau Netto objetivou reunir todo o material Antropológico, Etnográfico e Arqueológico possível para essa exposição, conseguindo alcançar seus propósitos através das excursões ao extremo norte do país, desde a Ilha de Marajó, no Amazonas, prosseguindo até Belém do Pará. Após os estudos na região norte, seguiu, em excursão para o sul, com o intuito de estudar os costumes de três tribos selvagens e exumar os ossos desses povos primitivos em seus cemitérios.

No relato, Duarte (1950) explicita que tal exposição reuniu e apresentou ao público instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música; assim como louças exumadas, na Amazônia, e a cerâmica da Ilha de Marajó, fabricada pelos marajoaras; esqueletos e crânios de indígenas Temembés e outras tribos, todos eles retirados de cemitérios indígenas no Pará; assim como adornos, plumária, tecidos e vestidos de tribos brasileiras, e quadro a óleo. Já na região Nordeste, as rendas de bilro de Alagoas que, à época, eram fabricadas pelas rendeiras do município de Pilar, Massagueira e Coqueiro Seco. Além de muitos outros objetos provenientes do gabinete do Imperador Dom Pedro II.

Para a exposição de 1882, o Museu Nacional publicou um *Guia* (1882), no qual as peças que constituíram a exposição foram mencionadas de forma concisa, fornecendo detalhes dos artefatos, gravuras, estampas, quadros e fotografias. De

acordo com o *Guia* (1882), o objetivo desse evento foi reunir todo um conjunto de documentos etnográficos, num só repositório público, no caso, o Museu Nacional. O guia foi um documento integrante da exposição, segundo o qual este evento foi organizado em oito salas, e cada sala com nomes de personalidades que se distinguiram pela sua presença, recente ou não, na história brasileira, conforme Quadro 11.

Quadro 11 - Composição do *Guia* da Exposição Antropológica Brasileira

NOME DA SALA	ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPOSIÇÃO DA SALA
<b>Vaz de Caminha</b>	Etnografia	Arcos, flechas, lanças, remos, sararácas, ralos e outros de diferentes tribos do Brasil.
<b>Rodrigues Ferreira</b>	Etnografia	Instrumentos de guerra, de caça, de pesca e de música, assim como outros artefatos pertencentes ao MN e outros de propriedade particular, sendo a maior parte do Imperador D. Pedro II.
<b>Lery</b>	Arqueologia	Louça antiga da Amazonas e também pelos sambaquis do Sul.
<b>Hartt</b>	Arqueologia	Exclusivamente produtos cerâmicos antigos e vasos, assim como outros expostos pelos museus Paraense e Paranaense e Instituto Arqueológico Alagoano.
<b>Lund</b>	Antropologia	Esqueletos e crânios de indígenas Tembés e Turiuáras, exumados por Netto na província do Pará, três esqueletos expostos, crânios de diversos tribos de Botocudos, ossos dos Sambaquis da província de Santa Catarina e fotografias de Botocudos.
<b>Martius</b>	Etnografia e Arqueologia	Esteiras, jamachis ou uaturás, pacarás, pñacarys, urupembas e alguns produtos cerâmicos modernos do Amazonas, do [rio] São Francisco (Alagoas) e do Paraná, coleções cerâmicas do Peru e da Guyana Holandesa e outras de propriedades do Imperador Dom Pedro II.
<b>Gabriel Soares</b>	Etnografia e Arqueologia	Produtos da arte plumária brasileira, adornos, tecidos e vestes de muitas tribos do Brasil.
<b>Anchieta</b>	Etnografia	Obras na língua Tupi ou Guarani expostas pela Biblioteca Nacional, sendo livros de etnografia americana, quadros a óleo representando tipos de diversas tribos do Brasil; fotografias, gravuras, litografias e aquarelas, ambos pertencentes ao Imperador, ao Museu Nacional e à Biblioteca Nacional.

Fonte: Catálogo da Exposição Antropológica Brasileira (1882).

Segundo Lopes (1997), a exposição teve duração de três meses, obtendo uma grande repercussão internacional, na qual foi considerada a primeira do gênero que conseguiu atrair mais de mil visitantes, um quantitativo considerado para a época de grande visitação pública. As inferências por parte de Duarte, em seus estudos divulgados em 1950, são reiteradas por Lopes (1997) e confirmadas por Dantas (2012, p. 141) quando conclui “[...] a Exposição Antropológica Brasileira realizada no Museu Nacional em 1882 por Netto consagrou a área e divulgou o acervo etnográfico brasileiro além das fronteiras do país”. Este evento representou, segundo Dantas (2012), o ponto de partida para o fortalecimento de Mello e Netto com a área de Antropologia. Segundo Lacerda (1905, p. 56.), “Ladislau Netto concebeu a ideia de organizar uma exposição antropológica com elementos exclusivamente brasileiros [...]” com o propósito de “[...] fortalecer os esforços da Sociedade Americanistas<sup>28</sup>” (DANTAS, 2012) e dar maior visibilidade e renome ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Diante do exposto, pode-se dizer que os objetos aliados à determinação do diretor do Museu foram alcançados.

Já a participação do Brasil, por meio do Museu Nacional, na Exposição Universal e Internacional de Paris, em 1889, foi acordada através de ofício. A Exposição Universal foi idealizada como um evento comemorativo do centenário da Revolução Francesa, no qual o Brasil aproveitou o ensejo para tornar público a abolição da escravatura no país, por meio do Decreto de nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

Segundo Barbuy (1996), o Brasil foi dos poucos países monárquicos a comparecer à festa republicana, pois a Exposição Universal de 1889 objetivava comemorar o centenário da Revolução Francesa. “Não o fez oficialmente, isto é, não como representação de estado, mas por uma delegação de empresários e jornalistas, que formaram um Comitê Franco-Brasileiro” (BARBUY, 1996, p. 213), ainda contou com apoio de D. Pedro II.

Vale ressaltar que o prolongamento desta descrição sobre a Exposição Universal se valerá, mais uma vez, de documentos do MN que foram objetos do sinistro de 2018; e das leituras de Dantas (2012), através da tese referente à Casa

---

<sup>28</sup> Segundo Keuller (2008, p. 39) a Sociedade de Etnografia Americana e Oriental foi fundada em 1859 pelo médico fisiologista francês Claude Bernard (1813-1878). Foi essa Sociedade responsável pela organização do primeiro Congresso Internacional de Americanistas em 1875. Seus objetivos eram o domínio da Etnografia mais tradicional, de descrição dos povos, ligado aos interesses práticos da colonização.

*Inca ou Pavilhão da Amazônia? A participação do Museu Nacional na Exposição Universal Internacional de Paris em 1889*, além do periódico “O Auxiliador”, encontrado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

De acordo com Dantas (2012, p. 100), a coleção que representou o Brasil foi composta por madeiras e minerais como expressão da riqueza da terra, exposto “[...] no pavilhão do Brasil (Exposição Universal de 1889) [...]”, além do material Antropológico organizado por Mello e Netto, em exibição “[...] na Casa Inca (Exposição Retrospectiva da Habitação Humana como parte da Exposição de 1889, também na França)” (DANTAS, 2012, p. 100).

A Exposição Universal Internacional de Paris iniciou em 6 de maio de 1889 e terminou em 31 de outubro do mesmo ano. Ao término da Exposição, conforme o periódico brasileiro *O Auxiliador da Indústria Nacional*<sup>29</sup> (v. 57, n. 11, Nov., 1889, p. 243-254), alguns expositores brasileiros receberam recompensas sob a forma de medalhas, prêmios e menção honrosa. Supõe-se que essas recompensas objetivaram o reconhecimento pelo trabalho realizado. Dentre 80 recompensas, na categoria de medalha de ouro, o Museu Nacional foi contemplado com sete volumes da revista *Arquivos* em exposição.

A representação do Brasil na Exposição Universal deu-se através dos acervos da seção de Botânica, das coleções de madeira e de minerais, no Pavilhão do Brasil e na Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia, em conjunto com os acervos da seção de Antropologia, Arqueologia e Etnografia, apresentando os artefatos dos índios brasileiros, em sua maioria da região Amazônica (DANTAS, 2012).

Durante a Exposição, o acervo da seção de Botânica foi representado por “[...] cacau, café, baunilha, açúcar e cana de açúcar, tabaco, amostras de mármore, madeira, produtos manufaturados de todo o tipo, alguns quadros bastante medianos e esculturas de escolares [...]”, na descrição de D’ervy (1889, p. 522 *apud* DANTAS, 2012, p. 106). Todo esse acervo foi exposto com o propósito de mostrar “[...] os imensos recursos de um solo onde não se escasseia nenhum tesouro, nem tampouco os diamantes e o ouro [...]”, na perspectiva de Dervy (1889, p. 522 *apud* DANTAS, 2012, p. 106).

Para a descrição do acervo da seção de Mineralogia, Dantas (2012) não identificou nos documentos da Seção de Memória e Arquivos do Museu Nacional da

---

<sup>29</sup> Periódico pertence à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional/SAIN, a qual foi fundada em 1827, e em 1904 sua nomenclatura foi substituída por Centro Industrial do Brasil.

Universidade Federal do Rio de Janeiro (SEMEAR/MN-UFRJ) suas saídas para a Exposição Universal. Porém, encontra-se o registro do envio de uma réplica em madeira do meteorito de Bendegó, para compor o acervo em exposição. Após a conclusão da Exposição, essa réplica foi doada para o Museu Nacional da França. Para esta exposição, “[...] não existe descrição detalhada sobre os minerais da instituição, consta apenas minerais do Museu Nacional” (DANTAS, 2012, p. 114). Segundo o periódico *O Auxiliador* (v. 57, n. 11, nov., 1889, p. 246), o acervo de minérios recebeu a premiação de medalha de prata pela Exposição Universal de 1889.

Na visão de Dantas (2012), na Exposição Universal de 1889, o Museu Nacional fez-se representar na Exposição Retrospectiva da Habitação Humana, na Casa Inca, chamada de Pavilhão da Amazônia. Sob a coordenação de Ladislau Netto foram expostos artefatos indígenas brasileiros, num total de 190 itens.

Ladislau Netto montou, com uma série de objetos, um "museu retrospectivo" de culturas indígenas da Amazônia, especialmente de botocudos e jivaros: vasos, urnas, clavais, machados, arcos, lanças, objetos rituais, uma cabeça humana desossada e reduzida, além de pinturas a óleo que haviam sido feitas no Museu Nacional, retratando índios que para lá haviam sido trazidos por ocasião de uma exposição, em 1882, [Exposição Antropológica Brasileira] e de uma tela do amazonense Arthur Luciani, a conversão dos índios iauaperis, que consta como elemento integrante da seção de belas-artes mas foi exposta na Casa Inca, mais como registro documental sobre as culturas indígenas em questão (BARBUY, 1996, p. 229).

A considerar os registros acima, os 190 artefatos usados na Exposição Retrospectiva da Habitação Humana em 1889, em sua maioria são resultados das expedições, realizadas na região norte do Brasil, as quais serviram para a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. De acordo com Dantas (2012, p. 160), o caráter dessa Exposição não era somente expor objetos, mas “[...] apresentar a evolução do homem (seu habitat e artefatos) de forma panorâmica em um tempo linear rumo ao progresso”.

Ainda em sua gestão, Ladislau Netto implementou no Museu Nacional o Laboratório de Fisiologia Experimental em 1880, inicialmente dirigido por Louis Coutry; e, depois, por João Batista Lacerda, mas sua última e grande iniciativa foi ter conseguido a transferência do Museu através do decreto presidencial, nº 776-A de 08 de março de 1892, para o antigo palácio, residência oficial da família real, localizado na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, concluindo

oficialmente, a transferência em 25 de julho do mesmo ano (SILVA; KUBRUSLY, 2012). Ali, sua gestão finda depois de 27 anos de trabalho, após sua volta ao Brasil, depois de representar o MN na Exposição de Chicago. Em 08 de fevereiro de 1893, solicita a sua aposentadoria, concedida em 28 de dezembro de 1893.

Vale ressaltar mais uma vez que, em todos os anos de gestão (LOPES, 1997), Ladislau Netto soube conquistar o apoio social por sua habilidade na política de *marketing*, pois tudo que desenvolvia, escrevia para os jornais noticiarem em favor do museu, além de seu respaldo oficial do governo e seus títulos e distinções honoríficas, consolidando as Ciências Naturais no Museu Nacional do Rio de Janeiro.

## 5 A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE LADISLAU NETTO

Após o percurso da pesquisa descrita nas seções anteriores, essa seção analisa a mediação da informação como pressuposto da Ciência da Informação na gestão de Ladislau Netto. A princípio faz-se necessário entender que a Museologia, disciplina que tem como objeto de estudo o museu se inter-relaciona com a Ciência da Informação por meio da própria informação. Nas leituras de Lima e Costa, (2007, p. 149), “[...] a informação sobre museus e o tratamento a ela dado [são] competências tanto da Ciência da Informação como da Museologia”. Dessa forma, compreende-se a partir daí a formação de uma triangulação interconectada por meio da informação.

Antes de chegarmos aos conceitos de mediação da informação, convém destacar os elos entre a Ciência da Informação e a Museologia. Observa-se a partir da literatura que a Museologia se destaca por seu caráter interdisciplinar, relacionando-se com a arte, a filosofia, a sociologia e a história cultural, entre outras. De acordo com Lima (2003), tanto a Ciência da Informação quanto a Museologia estão inseridas na grande área das Ciências Sociais Aplicadas<sup>30</sup>, e suas relações são temas de estudos que vêm ganhando espaço nos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). Assim posto, este diálogo entre a Ciência da Informação e a Museologia é estabelecido por meio de três perspectivas:

A primeira é o contexto da C.I., espaço no qual a relação é apontada por diversos autores dessa área do conhecimento sob o ponto de vista da explicitação conceitual, em artigos publicados sobre o último quartel do século passado. A segunda é feição que trata do contexto da Museologia, no qual o relacionamento aparece na prática compartilhada do saber dos profissionais que configuram, ocupam e operam em zona comum integrando museu e informação sob a mesma inspiração. E a terceira destaca, no âmbito acadêmico da pesquisa e das aulas, o exercício teórico e prático que está conjugando C.I. e Museologia (LIMA, 2003, p. 122).

Essas três perspectivas adotadas por Lima (2003) evidenciam as interfaces entre as duas disciplinas e/ou áreas de conhecimento, como objeto de estudo tanto da parte de profissionais de museus, quanto de pesquisadores da Ciência da Informação. Desta forma, vale destacar alguns estudiosos da área, como Wersig

---

<sup>30</sup> Disponível em:

[http://fisio.icb.usp.br:4882/posgraduacao/bolsas/capesproex\\_bolsas/tabela\\_areas.html](http://fisio.icb.usp.br:4882/posgraduacao/bolsas/capesproex_bolsas/tabela_areas.html).

(1993), Smith (1991), Lima (2003) e Pinheiro (2006) que corroboram no entendimento de que a Ciência da Informação e a Museologia se relacionam através da interdisciplinaridade como características intrínsecas a ambas.

Neste sentido, as suas respectivas formações do ponto de vista epistemológico, enquanto áreas de estudo, respondem por esta bricolagem e/ou mosaico de possibilidades. Aponta ainda Pinheiro (2006, p. 136) que a “[...] as subáreas que apresentam interface da C.I. com a Museologia são: necessidades e usos da informação e representação da informação [...]”, as quais são teorizadas nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação e praticadas nas bibliotecas e museus. Segundo Araújo (2011) a interdisciplinaridade é uma característica crucial da Ciência da Informação, principalmente porque sua intenção é de permitir o desenvolvimento das três áreas, **Arquivologia**, **Biblioteconomia** e **Museologia**. Infelizmente a **Documentação**, pensada por Paul Otlet, não foi objeto do quadrilátero a ser constituído por parte do autor em foco.

Por conseguinte, após as justificativas acerca da inter-relação entre Ciência da Informação e a Museologia, é chegada a hora de conceituar a mediação da informação, para, em seguida, localizá-las na gestão de Ladislau Netto. Dessa forma, Almeida Júnior (2009; 2015) conceitua a mediação da informação como um processo estabelecido pela ação de interferência realizada pelos profissionais da informação. O mesmo classifica essa mediação como ações implícitas e explícitas, as quais conduzem para uma dinâmica através das intervenções profissionais e institucionais realizadas de forma direta ou indireta, contemplando aspectos prévios ou contingentes.

Logo, representa o emprego de ações conscientes ou inconscientes que afetam o ambiente informacional e a relação com o seu sujeito usuário, de forma plural ou singular, individual ou coletivamente. Assim, a mediação da informação interfere, absoluta ou parcialmente, na apropriação da informação sobre as pessoas que utilizam os espaços museais.

Dessa forma, a mediação da informação sistematiza meios e formas que influenciam ou perturbam a capacidade de reconhecimento particular ou global das necessidades informacionais provindas dos sujeitos usuários e as suas respectivas interpretações contextuais. Portanto, se reconhece que a natureza essencial da informação ocorre pelo embate permanente das divergências e discordâncias, nunca

por uma recepção passiva e/ou convergência harmoniosa. Afinal, segundo Almeida Júnior (2009, p. 97), a informação é um atributo que provoca conflitos, já que “[...] a informação não dirime as dúvidas ou elimina as incertezas. Ela exige a reconstrução do conhecimento na medida em que destrói certezas”. Com isso, a busca pela informação se perpetua, incessantemente, em um ciclo que altera a condição cognoscível do sujeito e as suas necessidades informacionais.

Desse modo, entende-se que a mediação da informação é um processo sistematizado das condições propícias a viabilizar uma virtual construção do conhecimento a partir da interação entre os sujeitos, por meio das informações acessadas e processadas. Essas informações são organizadas em “[...] espaços [que] preservam os suportes e, estes, o conhecimento tido como verdadeiro, o conhecimento dominante, o conhecimento dos dominantes” (ALMEIDA JÚNIOR, 2012, p. 26).

Notadamente, em tais aspectos da organização e disponibilidade do conhecimento, são ressaltadas as preocupações de interferências e as lisuras procedimentais. Ainda assim, o conhecimento, enquanto atributo fundamental da percepção humana e da consciência crítica para interpretação da realidade, assume relevância com os estímulos provocados pela representação da informação.

Nesse contexto, a mediação da informação,

[...] dá sentido às organizações de conhecimento e coesão ao trabalho dos profissionais da informação, pois atua diretamente no uso social da informação para que seja convertida em conhecimento e ação pelos usuários (PIRELA MORILLO, 2013, p. 212, tradução nossa).

A mediação da informação também pode ser considerada pelos aspectos tecnológicos, em ambientes virtuais, ou seja, refere-se aos processos que não se limitam unicamente aos contextos físicos e presenciais das unidades de informação. Ramírez Plasencia e Chávez Aceves (2012) ressaltam o uso das redes sociais como recursos educativos e colaborativos adequados para o incremento dos processos de mediação da informação nos diversos equipamentos culturais, denominação comum aos arquivos, bibliotecas e museus.

Para tratar a mediação da informação, direcionada ao contexto do museu, recorreremos a Carvalho (2000) o qual relaciona várias atividades capazes de potencializar os processos de interferências propositivas sobre a informação nesse espaço. Aqui é importante destacar que, além da preservação, o Museu Nacional

por meio das ações de Ladislau Netto, claramente contemplava as atividades de "investigação" e "comunicação". E mais do que isso observar a partir das atividades dos objetos de pesquisa (normativas, cursos, concursos, publicações técnico-científicas e exposições), a atuação do Museu Nacional nestes dois domínios, além da preservação. Nas ações de comunicação enquadra-se as competências da disseminação da informação, por meio das atividades relacionadas aos conteúdos informacionais, dispostos no museu.

Desse modo, é possível dinamizar ações que envolvam a interatividade dos sujeitos com o acesso a publicações didáticas produzidas por uma curadoria educacional, as quais informam contextualmente sobre o teor das exposições de acervos fixos e temporários. Sob essa perspectiva, Ortega (2017, p. 2, tradução nossa) destaca que "A literatura [especializada] e a prática museológica também privilegiaram a exposição como uma ação de mediação [...]". Sendo esta atividade tão importante para a mediação da informação em que se privilegia a formação educativa do sujeito usuário no ambiente museal e, assim, se considera tratar de um momento essencial para propiciar as experiências individuais de apropriação, de recepção ou fruição da informação.

Castro (2000, p. 85) reconhece que "[...] a mediação entre a comunicação museológica e a memória coletiva desloca-se para o objeto, signo da realidade externa que representa o sujeito individual e coletivo". Dessa forma processual, a mediação é o viés facilitador entre a comunicação estabelecida pelo objeto museal e a memória do indivíduo, enquanto forma de consciência social e muito particular. Pois, entende-se que o sujeito que visita o museu traça uma conexão visual, provocando experiências capazes de ir além das percepções ópticas, já que a memória é ativada e o sujeito é levado a tempos longínquos na história da sua vida pessoal ou por um fato que engloba toda a sociedade.

Entretanto, percebe-se que o processo de mediação da informação, recorrente nas publicações sobre museus restringe-se a questões relativas à abordagem das exposições, e de acordo com Moraes (2008, p. 11),

[...] as contribuições da Ciência da Informação nas exposições [...] envolvem a representação da informação, a adoção de vocabulários controlados, a divulgação científica, os estudos de usuários, a transferência da informação [...].

Dessa forma, observa-se que a exposição não é uma ação de entretenimento, mas de formação cultural e social do sujeito, pois a exposição é planejada e executada em observação pelo usuário, assim como é dada a relevância da prática expositiva como meio de mediação da informação no espaço museal.

Por fim, após discorrer sobre a relação existente entre a Ciência da Informação e a Museologia, o passo seguinte foi a utilização do conceito de mediação da informação como ação integrante de ambas as áreas. De modo a identificar, por exemplo, a exposição como uma ação museal que se apropria da mediação da informação para estabelecer a troca da informação entre o usuário, que necessita da informação, e a instituição promotora. Isso, por sua vez, possibilita a que se infira o papel que coube, na gestão de Ladislau Netto, as ações geradas na Exposição Antropológica Brasileira e na participação da Exposição Universal de Paris, respectivamente em 1882 e 1889.

A par disso, tem-se o trabalho de complementação das exposições, realizado pelo gestor, a saber: a realização das expedições no Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil para a formação do acervo com características brasileiras. Assim como também a organização de um catálogo, intitulado *Guia da Exposição Antropológica Brasileira*, responsável por dinamizar e impulsionar a divulgação do evento através dos canais de comunicação da época, na medida em que foram exposições que ressaltaram a comunicação entre os povos primitivos (índios), brasileiros e imigrantes, europeus e africanos no Brasil, o que ia estabelecendo a criação de uma memória histórica, cultural e da formação da sociedade brasileira.

Além das exposições, segundo Moraes (2008), a divulgação científica se apresenta como ponte entre a mediação da informação e a Ciência da Informação. Portanto, vale ressaltar que o gestor Ladislau Netto promoveu a criação da revista *Arquivos* do Museu Nacional e, por meio desta, mediou a informação e o conhecimento de pesquisas sediadas no Museu Nacional. Dedicando assim o sexto volume, publicado em 1885, para registrar os trabalhos apresentados na Exposição Antropológica Brasileira, de 1882, que foi considerada a maior celebração popular da ciência, do século XIX, conforme Anderman (2004).

Sendo assim, Lima (2008, p. 9) destaca a importância da exposição museológica relevante “[...] para o complexo do conhecimento sobre o qual se alicerça a Ciência da Informação [...]”. Desse modo, conclui-se que o triângulo estabelecido entre a Ciência da Informação, a Museologia e a Informação (esta

enquanto insumo e dispositivo físico e imaterial) movimenta-se por meio da prática da mediação da informação a qual, dentro do equipamento cultural denominado museu, identifica-se por meio das exposições e das ações evidenciadas na gestão de Ladislau Netto à frente do Museu Nacional, corroborando, assim, para reafirmar a contribuição do botânico, cientista e gestor como mediador da informação, na medida em que partimos da administração institucional como práticas culturais dinamizadoras e promotoras da criação das condições de produção do conhecimento científico no Brasil.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a solução do problema proposto nesta pesquisa, adotou-se como método de investigação, os levantamentos bibliográficos e documentais de fontes primárias. Essa coleta foi realizada em duas etapas. A primeira diz respeito ao levantamento realizado nas instituições detentoras do conhecimento de Alagoas, como o Arquivo Público de Alagoas, a Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos, Instituto Geográfico e Histórico de Alagoas e o Repositório Institucional da UFAL. As bibliografias encontradas se classificam como relatórios de pesquisa, cartas, documentos administrativos e oficiais, autobiografia, diário, fotografia, livros, jornais, revistas.

Levando-se em consideração um ano letivo, sob os rigores da pandemia promovida pela Covid-19, o que impossibilitou ultrapassar as fronteiras geográficas e alcançar as diversas fontes acerca da temática proposta – assim como, *in loco*, em Alagoas, para investigar nas instituições existentes, conforme identificada no parágrafo anterior –, a segunda etapa, por sua vez, deteve-se em realizar um levantamento através da rede de internet (ferramentas eletrônicas) para o acesso às publicações sobre Ladislau Netto e ao Museu Nacional, de modo a destacar os acessos às bases de dados da Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Senado Federal.

Após as duas etapas de levantamentos, foi realizado as investigações a partir do material coletado com o propósito de alcance do objeto de estudo desta pesquisa sobre o Museu Nacional (Rio de Janeiro) e sua inter-relação com a gestão do alagoano Ladislau Netto. Este estudo contribuiu para novos conhecimentos provenientes desta pesquisa, ao estabelecermos uma conexão entre uma instituição de memória, ensino e pesquisa científica do Rio de Janeiro com estudos de pesquisa em Alagoas. Dessa forma, “[...] a pesquisa bibliográfica não [se caracteriza como] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

## 6.1 Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva e explicativa, tendo como base uma abordagem qualitativa. A primeira fase da pesquisa se utilizou de um levantamento documental e bibliográfico, obtido através de materiais publicados em livros, artigos, dissertações, teses, disponibilizados pela *internet*, conforme apresentados nas referências desta dissertação.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Sendo assim, esta pesquisa se valeu de documentos (jornais, relatórios, livros) para investigar e descrever as características do objeto de estudo, tendo como base o objetivo geral, no caso, a análise da gestão de Ladislau Netto à frente do Museu Nacional associando-a à sua consolidação como equipamento cultural e científico no Brasil, com vista à produção de conhecimento acadêmico, conforme os objetivos já sinalizados na introdução. Para uma fundamentação mais precisa da pesquisa documental, recorreremos à literatura:

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

De acordo com Fonseca (2002), apesar dos tipos de fontes, bibliográfica e documental seguirem o mesmo caminho, evidenciam-se a distinção entre as mesmas. O levantamento bibliográfico, no caso desta pesquisa, embasou o alcance dos objetivos relacionados, por se constituírem em uma fonte polida pelos estudiosos da temática. Já a pesquisa documental, por sua vez, resultou em poucas fontes encontradas, em decorrência da tragédia de 02 de setembro de 2018 no

Museu Nacional. Porém, em Alagoas fez-se o possível para localizar jornais de época entre as décadas de 1870 a 1880, os quais serviram como endosso à pesquisa, ver APÊNDICE B.

## 6.2 Delimitação da pesquisa

Esta pesquisa está compreendida a partir do marco temporal de 1870-1893, tendo como objeto de estudo o Museu Real – depois Museu Nacional – centrado especificamente na gestão do alagoano e botânico Ladislau de Souza Mello e Netto.

## 6.3 Coleta e sistematização de dados

Em conformidade com Lakatos e Marconi (2003), as técnicas (levantamentos bibliográficos e levantamentos documentais) empregadas nesta pesquisa foram elaboradas e organizadas com base no alcance do problema, as quais se constituem a partir de 4 (quatro) etapas, descritas no quadro 12 a seguir:

Quadro 12 - Técnicas de coletas de dados e análise

<b>1ª ETAPA:</b> Levantamento bibliográfico, documental e biográfico de Ladislau Netto (abril-maio/2019):	a) Investigação nos centros de memória de Alagoas (Biblioteca Pública Estadual; Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Arquivo Público e RIUFAL);
	b) Busca em bases de informações eletrônicas.
<b>2ª ETAPA:</b> Levantamento bibliográfico e documental sobre o Museu Nacional (julho – agosto/2019):	a) Pesquisa nos centros de memória de Alagoas (Biblioteca Pública Estadual; Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e Arquivo Público);
	b) Busca em bases de informações eletrônicas (CAPES, FBN e MN/UFRJ).
<b>3ª ETAPA:</b> Análise das bibliografias e documentos encontrados sobre Ladislau Netto e o Museu Nacional (setembro – dezembro/2019):	a) Mapeamento e cotejamento da biografia de Ladislau Netto;
	b) Identificação e recorte da produção científica de Ladislau Netto;
	c) Exame da gestão de Ladislau Netto frente ao Museu Nacional;
	d) Análise da documentação selecionada com vista a Ladislau Netto na formação e consolidação do Museu Nacional.
<b>4ª ETAPA:</b> Elaboração e defesa dos objetivos na dissertação de mestrado (dezembro/2019 - março/2021):	a) Elaboração e produção textual e qualificação do mestrado;
	b) Elaboração e a defesa da dissertação.

Fonte: Compilado pela autora (2021).

Desta forma, é preciso expor como se desencadeou cada etapa. A primeira etapa iniciou-se na Biblioteca Pública Estadual Graciliano Ramos (BPEGR), onde as bibliografias encontradas foram dos alagoanos, Abelardo Duarte e Nádia Fernandes Amorim – respectivamente uma biografia de Ladislau Netto e uma síntese biográfica de Ladislau Netto –, ambas serviram de base para conhecer o gestor e o indivíduo como protagonista da pesquisa. Foi encontrado também o livro do próprio Ladislau Netto, *Investigações Científicas e Históricas do Museu Nacional*, além de outros detalhados no APÊNDICE B. Esse primeiro levantamento subsidiou a abertura de caminhos para a segunda etapa.

Na segunda etapa, os campos de investigação bibliográfica são os mesmos que os da primeira etapa; porém, com foco sobre o Museu Nacional. As bibliografias já encontradas foram indicativos para examinar a existência dos documentos apontados por Abelardo Duarte em seu livro, tanto no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IGHAL) como no Arquivo Público de Alagoas (APA). Porém, nestas instituições, foram encontrados alguns jornais e revistas que noticiaram a visita de Ladislau Netto a Alagoas, em 1878. Estes, porém, já estavam muito deteriorados. O livro do Abelardo Duarte sobre a biografia de Ladislau Netto também foi encontrado, compondo o acervo do APA.

As buscas através das vias eletrônicas foram incessantes para a construção do conhecimento acerca do tema da pesquisa. As mesmas se valeram dos acervos digitalizados da Biblioteca Nacional, Senado Federal, a partir de obras raras do Acervo do Museu Nacional, entre outras referências bibliográficas de autores independentes das instituições citadas, conforme especificadas nas referências. No RIUFAL, conforme mencionado na introdução, não foi encontrado nenhum trabalho sobre Ladislau Netto, enquanto era gestor do Museu Nacional e/ou cientista. Mas apenas citações do seu nome por nomear rua e escola na capital Maceió, além da obra de Santos (2012) que faz uma pequena menção sobre Ladislau Netto entre os grandes intelectuais alagoanos do século XIX.

Entretanto, de todas as pesquisas bibliográficas e documentais encontradas aqui em Alagoas, o trabalho mais recente, que se debruça inteiramente sobre o botânico como cientista e gestor do Museu Nacional, traz à memória dos alagoanos a história do “ilustre desconhecido” através de uma reportagem no jornal Gazeta de Alagoas pela jornalista Janayna Ávila em 2008, ver ANEXO C.

Diante da impossibilidade prevista em não encontrar acervo físico no Museu Nacional, em decorrência do incêndio em 2018, as fontes bibliográficas encontradas nas plataformas digitais foram substanciais, como também foi relevante o auxílio da funcionária e pesquisadora do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), professora Dra. Regina Maria Macedo Costa Dantas, conforme APÊNDICE C.

Já na terceira etapa, com todas as bibliografias e *downloads* em mãos, começou-se o processo de cotejamento das informações acerca da biografia de Ladislau Netto, assim como a identificação da sua produção científica; além de uma baliza do indivíduo, do cientista e suas ações enquanto gestor do Museu Nacional. Foi realizada a identificação das ações de Ladislau Netto à frente do Museu Nacional, listando-se as mais relevantes e que contribuíram para a consolidação do Museu, diante do cenário político brasileiro, enquanto equipamento científico, cultural e, portanto, patrimônio arquitetônico-histórico do Brasil. Dessa forma, as informações da análise foram discutidas como resultado aos três objetivos específicos e expostas no desenvolvimento da revisão de literatura localizadas na terceira, quarta e quinta seção dessa dissertação, mas também apresentada uma síntese na subseção 6.4.

A quarta e última etapa, é esta que agora se conclui. Desde 2019 vem sendo realizado a produção textual dessa pesquisa, a qual foi submetida ao exame de qualificação, em agosto de 2020; e, por fim, a dissertação como trabalho final de conclusão do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas.

#### **6.4 Análise e discussão dos resultados**

A análise e discussão dos resultados estão presentes na construção do desenvolvimento deste trabalho, a partir dos quais se procedeu em responder ao problema proposto na pesquisa, assim como o alcance do objetivo geral através dos objetivos específicos elencados na introdução. Aqui, será feita uma breve exposição dos resultados encontrados, os quais estão organizados de acordo com os temas de cada seção, conforme explicita o quadro 13 a seguir:

Quadro 13 - Discussão dos resultados

3ª SEÇÃO	1º OBJETIVO ESPECÍFICO
Traços biográficos de Ladislau Netto	Examinar aspectos biográficos de Ladislau Netto no âmbito da produção da memória, da gestão política e científica;
<b>DISCUSSÃO DO RESULTADO</b>	
<p>Nas narrativas encontradas sobre Ladislau Netto, tomando por base as bibliografias dos alagoanos Duarte (1950) e Amorim (1997), além dos documentos (jornais) localizados em Alagoas conforme APÊNDICE B, há evidências de sua produção científica, desde o início da sua carreira intelectual, enquanto desenhista da Expedição pelo rio São Francisco. Tais realizações lhe serviram de passaporte para ampliar seus estudos na Universidade de Sorbonne, na França, a partir das quais Ladislau Netto se projeta como gestor do Museu Nacional, contribuindo para a memória cultural e científica do Brasil.</p>	
4ª SEÇÃO	2º OBJETIVO ESPECÍFICO
A gestão de Ladislau Netto no Museu Nacional	Situar Ladislau Netto frente à consolidação do Museu Nacional, como instituição museal e acadêmica a combinar ensino, pesquisa e produção do conhecimento;
<b>DISCUSSÃO DO RESULTADO</b>	
<p>Apresenta-se como uma gestão exemplar pelas experiências colhidas na Europa e atrelada à pretensão de tornar o Museu um espaço de produção científica com a formação de um acervo genuinamente brasileiro. Dessa forma, a consolidação do Museu Nacional é descrita através dos regulamentos instituídos como forma de organizar institucionalmente o MN. Assim, são apresentadas inicialmente pelo primeiro regulamento, de 1876, que se configura na finalidade de estudo do MN, como a história natural do Brasil. A partir desse regulamento, implanta-se os cursos e concursos públicos, cria-se a revista <i>Arquivos</i> do MN (pesquisa e produção do conhecimento). Nessa mesma década, evidencia-se as várias expedições científicas, realizadas no Brasil, com o intuito da formação do acervo do MN, mas também de entender a formação antropológica brasileira. As pesquisas e objetos encontrados nas expedições serviram de base para a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 (conhecida como a “[...] celebração popular da ciência [...]”) e a participação do MN na Exposição Universal de 1889 (ANDERMANN, 2004, p. 129).</p> <p>No segundo regulamento, instituído em 1888, um ano antes da Proclamação da República, o MN continua com a mesma finalidade em estudar a História Natural do Brasil; porém, acrescenta-se a quarta seção de estudo, Antropologia, Arqueologia e Etnologia. Com a implantação dessa seção, observa-se o interesse por estudos correspondentes a Antropologia, Arqueologia e Etnologia, possivelmente estimulado em razão dos achados nas expedições. Já no terceiro regulamento, instituído em 1890, um ano depois da Proclamação da República, apenas amplia a finalidade de estudo do MN que, além de estudar a história natural do Brasil, estuda também a história natural do Globo.</p>	
5ª SEÇÃO	3º OBJETIVO ESPECÍFICO
A mediação da informação na gestão de Ladislau Netto	Identificar a mediação da informação como pressuposto da Ciência da Informação, na gestão de Ladislau Netto.
<b>DISCUSSÃO DO RESULTADO</b>	
<p>Conclui-se que a triangulação entre a Ciência da Informação, a Museologia e a Informação (esta enquanto insumo e dispositivo físico e imaterial) movimenta-se por meio da prática da mediação da informação, a qual, dentro do equipamento cultural denominado museu, identifica-se por meio das exposições e das ações já evidenciadas, na gestão de Ladislau Netto à frente do Museu Nacional. Corroborando para reafirmar a contribuição do botânico, cientista e gestor como mediador da informação museal, partindo da administração institucional como práticas culturais dinamizadoras e promotoras da criação das condições de produção do conhecimento científico no Brasil.</p>	

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia inicial dessa pesquisa contava com o infortúnio de não poder ter acesso ao acervo documental, anteriormente existente no Museu Nacional - cuja sede está localizada na Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro -, pois era sabido da tragédia ocorrida em setembro de 2018. Contudo, mesmo assim, foram enviados *e-mails* para a instituição cogitando a possibilidade de que algum documento pudesse ter escapado das chamas. Como resposta, fomos informados de que poucos documentos haviam sido salvos; porém, nenhum que fizesse referências ao assunto solicitado (APÊNDICE C).

Diante da impossibilidade física de acessar esses documentos, restaram os documentos e livros digitalizados que foram encontrados, a princípio, nas Bibliotecas Digitais de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), do Museu Nacional (MN/UFRJ) e Senado Federal. Seguindo com as investigações e comparando as fontes, foi possível inferir que a literatura produzida, até o momento, é unânime em reconhecer a relevância da gestão de Ladislau Netto.

Logo, o homem, o cientista e o gestor público assomam como formas de representação. Isso posto, a sua breve passagem, entre seus contemporâneos, nos possibilita este saldo, na opinião de Lopes (1997, p. 204, grifos nossos): “[...] *reunido muitos títulos e distinções honoríficas e, se não fez mais, havia consolidado as Ciências Naturais no Museu Nacional do Rio de Janeiro.*” Em vista disso, pode-se afirmar que se confirma a autenticidade do gestor, na condição de um indivíduo que demonstrou exímia capacidade de investir na busca do conhecimento científico em todas as frentes.

Hoje, ele emerge feito um farol a iluminar, nas noites brumosas, as embarcações que buscam atracar no litoral de Alagoas, a costeira e as de longa travessia. Esta é a metáfora que conferimos ao homem Ladislau Netto. Nos marcos desta investigação, o insigne diretor representa uma sinalização para futuros gestores, com foco na Ciência e na História da Gestão Pública. O pressuposto é de que a sua trajetória científica na Europa e as suas vivências em terras brasileiras lhes serviram de balizas para serem aplicadas, com exclusividade, no Brasil, quando assumiu a direção do MN.

De acordo com a pesquisa apresentada, as realizações de sua gestão à frente do Museu Nacional, segundo a revisão de literatura (bibliográfica e documental), apontam para responder a problemática dessa pesquisa, a partir da qual se buscou indagar: *teria a gestão de Ladislau Netto, entre 1870 a 1893, logrado êxito em consolidar o Museu Nacional como um importante equipamento cultural do Brasil, de modo a se tornar um marco seminal na construção do Museu Nacional, numa perspectiva contemporânea?*

Como resposta, já discutidas nas seções 2, 3, 4 e 5, assim como expressa nas análises e discussões dos resultados na seção 6, temos a implementação dos Regulamentos de 1876, 1888 e 1890; a criação dos cursos e concursos públicos; a criação da revista *Arquivos do Museu Nacional*; bem como as expedições científicas como forma de garantir à formação de coleções imprescindíveis à constituição do Acervo Museológico do Museu Nacional, a fim de configurá-lo com características de uma origem de brasilidade; ou seja, por meio de uma ação impulsionada pela *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882, a qual possibilitou a consagração da instituição no Brasil e na Europa, além de abrir caminhos para os estudos da Antropologia no país. Desse modo, na medida em que vem a participação do Museu na Exposição Universal de Paris em 1889, Lopes (1997, grifos nossos) conclui, por fim, que: “[...] sua última grande iniciativa no Museu, [foi] a transferência para a *Quinta da Boa Vista* [...]” em 1892, momento da fase republicana, e também da localização na qual hoje ainda se encontra o Museu Nacional, num prédio que corrobora para a memória histórica e patrimonial brasileira.

Após o esforço do gestor alagoano para a transferência do Museu, conferiu-se a apatia por parte dos órgãos mantenedores desse equipamento cultural, com evidências na gestão de Custódio Serrão em 1844, o que foi confirmada na gestão de Ladislau Netto, até o ano de 2018, quando ocorreu o fatídico incêndio. Tal incidente, por seu turno, acabou sendo responsável por reduzir às cinzas uma grande parte das memórias históricas, assim como comprometeu o legado de muitas gerações que passaram pelo Museu Nacional.

Diante do ocorrido, segundo a proposta conceitual disposta no site do Museu Nacional (2021)<sup>31</sup>, o gestor atual, Alexander Wilhelm Armin Kellner, cria, desde o mês de setembro de 2018, o *Projeto Museu Nacional Vive*. Este o projeto, além de

---

<sup>31</sup>Disponível em:

[http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/docs/novo\\_museu/proposta\\_conceitual\\_novo\\_museu.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/destaques/docs/novo_museu/proposta_conceitual_novo_museu.pdf).

promover ações culturais – como palestras, exposições e visitas no formato virtual – com o propósito de manter as atividades do museu em interação com a sociedade, também resultou na cooperação técnica entre a UFRJ, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Instituto Cultural Vale. Contando com patrocínio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Bradesco e Vale; o apoio do Ministério da Educação (MEC), Bancada Federal do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ); e do Governo Federal, por meio da Lei de Incentivo à Cultura, este projeto aposta, como já mencionado, na mobilização social e na articulação permanente de parcerias para reconstruir e devolver o Museu Nacional/UFRJ à Sociedade o mais breve possível. Todo o trabalho técnico de reconstrução e restauração está sob a coordenação imediata da UNESCO, contando com o trabalho de especialistas das áreas de arquitetura, patrimônio cultural, engenharia e museologia, bem como de representantes de instituições especializadas como o International Council of Museums (ICOM) – Brasil e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Através do exposto, esta pesquisa reitera a importância da memória institucional, o que nos leva a nos apropriar, mais uma vez, do historiador medievalista Le Goff (2003), quando insiste que o documento não causa danos; é, antes de tudo, um trabalho de (des)construção e que acaba por repercutir também nos silêncios da história. Sendo assim, este estudo tem o Museu Nacional como uma instituição de memória e de história, ambas dotadas de comprovação, na medida em que se confirma uma memória coletiva, pública e patrimonial.

Portanto, esta memória institucional relaciona-se a uma identidade cultural brasileira a partir do pioneirismo de Ladislau Netto em repensar o Museu Nacional nos moldes de uma história e de uma memória local, vinculadas à formação de uma modernidade recém-inaugurada na Europa oitocentista. Neste sentido, a sua gestão constitui um elo a partir de 1870 a 1968, quando o MN incorporou no seu espaço museal o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ. A partir disso, podemos considerar também na sua gestão não só a preocupação com a formação de um Colecionismo de matriz indígena, como a inclusão da seção de Antropologia e Etnologia/Arqueologia, além da criação da revista *Arquivos*, disponível até 2010.

Por último, conclui-se que o Museu Nacional, com os seus vestígios e marcas de uma história passada, apresenta-se, neste momento, com um duplo desafio: o de que o Estado brasileiro, a par das condições efetivas, em combinação com as instituições nacionais, devolva-o à Sociedade e ao público em geral, cerzindo, de modo ininterrupto, o que restou da dor, da ferida, da fratura, da cicatriz e do trauma; de forma que, no *continuum* do tempo histórico, concomitante e paulatinamente possa preencher os espaços vazios deixados pela *implosão* de uma *tragédia*, que, conforme a documentação, objeto desta investigação, se fez anunciar de modo indelével e categórico. Logo, o intuito deste estudo é o de apresentar o que se julga compatível com as indagações e proposições anunciadas.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Larissa R. R. de; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. Nos braços de Mnemosine: o espaço do museu como lugar de memória e educação. XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PUCPR**, Paraná, 2015. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18551\\_8073.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18551_8073.pdf). Acesso em: 02 fev. 2020.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. A revista Arquivos do Museu Nacional e a divulgação das ciências naturais: um estudo sobre os prefácios. *In*: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal/RN: **ANPUH**, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/44099>. Acesso em: 05 jan. 2020.

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. **O Museu em revista**: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887). Niterói: 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Em foco a classificação: abordagens conceituais na arquivologia, biblioteconomia e museologia. **Encontro Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Santa Catarina, v.20, n.43, p. 20-46, mai./ago., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n43p20>. Acesso em: 07 jan. 2019.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Revista Eletrônica interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n.2, p. 134-144, jul. dez. 2015.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de. Espaços e equipamentos informacionais. *In*: BARBALHO, Célia Regina Simonetti et al. (Org.). **Espaços e ambientes para leitura e informação**. Londrina: ABECIN, 2012. 238p. p.11-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Espaços e equipamentos informacionais. *In*: BARBALHO, Célia Regina Simonetti; SILVA, Rovilson José da; GOMES, Samir Hernandes Tenório; BORTOLIN, Sueli (Org.). **Espaços e ambientes para leitura e informação**. ABECIN, 2012. 238p. Cap. 1, p. 11-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n.1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008. Cap. 3, p. 41-54.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA,

Rovilson José da (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. 278p.p.9-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. *In*: SOUZA, Renata Junqueira de. (Org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 205-218.

AMORIM, Nádia Fernanda Maia de. **Ladislau Netto (1838-1894)**. Maceió: Edufal, 1997. 32 p. (Série Alagoas: Terra e orgulho 2)

ANDERMANN, Jeans. Espetáculos da diferença: a exposição antropológica brasileira de 1882. **Topoi - Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 128-170, 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2004000200128&script=sci\\_abstract&tIng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2237-101X2004000200128&script=sci_abstract&tIng=pt). Acesso em: 07 jan. 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto A. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações institucionais e teóricas. **Enc. Bibli: R. Eletrônica Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 110-130, 2011. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/09/pdf\\_e9d23645f2\\_0018712.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/09/pdf_e9d23645f2_0018712.pdf). Acesso em: 07 jan. 2020.

BARBUY, Heloísa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na exposição universal. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo: Museu Paulista. v. 4, jan./dez, 1996. p. 211-261.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTOMORE, Tom (org). **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRANDÃO, Junito. **Mitologia Grega**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993. v.1.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. Exposição em museus e público: o processo de comunicação e transferência da informação. *In*: PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide (Org.). **Arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000. p. 127-148.

CASTRO, Ana Lúcia S. de. Mito, tempo e memória: a dimensão do sagrado e a temporalidade museológica. *In*: PINHEIRO, L. V. R.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. (Org.). **Arte, museu e imagem**. Rio de Janeiro; Brasília: IBICT/DEP/DDI, 2000.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice hall, 2007.

CHAGAS, Mario de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. (Brasil). **Nova definição de Museu**. Destaques, ICOM Brasil, Apresentação. Disponível em: <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021.

COSTA, Angyone. **Introdução à arqueologia brasileira**: etnografia e história. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1938. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em: 12 abr. 2020.

COSTA, Craveiro. **História de Alagoas**. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1983.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: SAGE, 2010.

DANTAS, Regina M. M. C. **Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia?** a participação do Museu Nacional na exposição universal internacional de 1889 em Paris. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

DANTAS, Regina M. M. C; KUBRUSLY, Ricardo S.; SILVA, Paulo V. A. da. Os registros de Ladislau Netto impressos na história científica do Museu Nacional. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: **ANPUH**, 2013.

DANTAS, Regina M. M.C. **A Casa do Imperador**: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. Rio de Janeiro: 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DANTAS, Regina. M. M.C, SANTOS, Nadja Paraense dos. **Quando um botânico se envolve com a antropologia**: reflexões sobre Ladislau Netto no Museu Nacional, *Scientiarum Historia*, 2011. p. 143-150.

DOSSE, François. **O desafio Biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DUARTE, Abelardo. **Ladislau Netto (1838-1894)**. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GADOTTI, Moacir. Consciência e história. *In*: FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016. Prefácio, p. 13-27.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, H. F. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. **Data grama zero – revista da ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-15, 29./mai. 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/304>. Acesso em 13 set. 2019.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. *In*: KI-ZERBO, Joseph (Org.). **História geral da África**. Vol I: metodologia e pré-história da África. São Paulo: UNESCO/África, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. (Brasil). Museus no Brasil: história e política. *In*: **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. [Brasília?]: IBRAM, 2016. Cap. I, p. 8-23.

LACERDA, João Baptista de. **Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento (p. 525-541). *In*: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, D. F. C., COSTA, I. F. R. Ciência da informação e Museologia: estudo teórico de termos e conceitos em diferentes contextos - subsídio à linguagem documentária. *In*: **CINFORM**, Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/7cinform/soac/viewabstract.php?id=32>. Acesso em: 12 out. 2020.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da Informação, Museologia e fertilização interdisciplinar**: informação em arte, um novo campo do saber. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT-ECO/UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/683>. Acesso em 15 out. 2020.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica**: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: EDUSP, 1997.

MELLO E NETTO, Ladislau. **Apontamentos relativos à Botânica Aplicada no Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1871. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MELLO E NETTO, Ladislau. **Conferência ao Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia e Lith de Machado & C., 1885. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MELLO E NETTO, Ladislau. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

MELLO E NETTO, Ladislau. **Linscriptiom phénicienne apocryphe**. Rio de Janeiro: Imprimerie à vapeur Lombaerts & Comp., 1885. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MELLO E NETTO, Ladislau. **Observações sobre a teoria da evolução**. Buenos Aires: Imprensa de La Nación, 1882. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Ser. v. 2, jan./dez., 1994. p. 9-42.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS. (Brasil). **Relatório anual**. 1885, p. A-O-4. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/RAMN.html>. Acesso em: 06 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. (Brasil). **Anuário do Museu imperial**. [Rio de Janeiro?], 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. (Brasil). **Anuário do Museu imperial**. [Rio de Janeiro?], 1954.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. (Brasil). **Anais do Museu Histórico Nacional**. [Rio de Janeiro?], 1945.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. (Brasil). **Anuário do Museu imperial**. [Rio de Janeiro?], 1947.

MORAES, Dênis de. **O velho Graça**: uma biografia de Graciliano Ramos. 1 ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORAES, Júlia Nolasco Leitão de. Ciência da Informação e Museologia: diálogos e interfaces possíveis. **IX ENANCIB**: diversidade cultural e política de informação. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1004/C1%20e%20museologia%20di%3%a1logos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 jan. 2020.

MOREIRA, Gustavo A. Cardoso (org.). **Ladislau de Souza Mello e Netto**: Informações do Almanak Laemmert - 1866 a 1889. [Rio de Janeiro], 2010.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Guia da Exposição Antropológica Brasileira**. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuringer, 1882. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Relatório dos diretores do Museu Nacional**. Seção de Museologia (org.). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007/2008.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, v. 1, 1876. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, v. 2, 1877. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, v. 3, 1878. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Econômica, v. 4, 1879. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Econômica, v. 5, 1880. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Tipografia Econômica, v. 6, 1885. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 7, 1887. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 8, 1892. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

MUSEU NACIONAL (Brasil). **Revista Archivos do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 34, 1932. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/documentos.html>. Acesso em 12 abr. 2020.

NORA, Pierre. **Les Lieux de mémoire**. Paris: Éditions Gallimard, 1986. II.2 - La nation; II.3 - La nation. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/23.pdf>. Acesso em 14 jan. 2020.

ORTEGA, Cristina Dotta. La mediación de la información: del objeto al document. *In*: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Coord.). **La mediación en el campo informativo documental**. México (DF): UNAM, 2017. (Colección Epistemología de la Bibliotecología y Estudios de la Información). Cap. 1, p. 1-32.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. *In*: GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. (orgs.). **Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento**. Natal: Editora Universitária da UFRN/EDUFRN, 2006. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/43/1/PINHEIROEDIBCIC.pdf>. Acesso em 18 out. 2020.

PIO, Leopoldo Guilherme. Musealização e cultura contemporânea. *In*: BITTENCOURT, José Neves; CHAGAS, Mário (orgs.). Musas: **Revista Brasileira de Museus e Museologia**. n. 2. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

PIRELA MORILLO, Johann. La mediación del conocimiento en el perfil por competencias del profesional de la información. ENCONTRO IBÉRICO DA ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA IBEROAMÉRICA E DO CARIBE (EDICIC), 6., 2013, Porto, **Anais [...]**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013, p. 209-219. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33185447.pdf>. Acesso em: 20 de maio 2020.

RAMÍREZ PLASENCIA, D.; CHÁVEZ ACEVES, L. El concepto de mediación en la comunidade del conocimiento. **Sinética: revista eletrônica de educação**, Tlaquepaque, n. 39, p.1-16, jul./dic. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/sine/n39a4.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

RUBIM, Christina de Rezende. Os programas de pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional, Universidade de Brasília, Universidade de São Paulo e Universidade Estadual de Campinas. **Horizonte Antropológicos**, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 97-128, nov.1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v3n7/0104-7183-ha-3-7-0097.pdf>. Acesso em 01 jan. 2021.

SANTOS, Myriam S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-299, jun/dez. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922000000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200005). Acesso em: 13 dez. 2018.

SANTOS, Roselito de Oliveira. **O livro e o processo civilizatório em Alagoas: do gabinete de leitura à biblioteca pública**. 2012. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SILVA, Armando Malheiro. A transição paradigmática e o posicionamento da Museologia face à Ciência da Informação transdisciplinar. *In*: DUARTE, Zenyr. (org). **Arquivos, bibliotecas e museus**: realidades de Portugal e Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

SILVA, P. V. A. ; KUBRUSLY, R. S. . Era uma casa muito engraçada: o palácio de São Cristóvão, o Museu Nacional e a república. *In*: 5º CONGRESSO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA. **Anais do 5º Congresso de História das Ciências das Técnicas e Epistemologia**, Rio de Janeiro, 2012.

SMITH, Linda. Interdisciplinaridade: abordagens para compreender a biblioteca e a Ciência da Informação como um campo interdisciplinar. *In*: VAKKARI, Pertti, CRONIN Blaise, (ed.). **Concepções de biblioteca e ciência da informação**: perspectivas históricas, empíricas e teóricas. Tampere, Londres, Los Angeles: Taylor Graham, 1992. p. 253-267.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. **Revista o auxiliador da Indústria Nacional**. Imprensa Nacional. v. 57, n. 11, nov., p. 243-254, 1889. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/auxiliador-industria-nacional/302295>. Acesso em: 07 jan. 2020.

SOUZA, D. M. Viana de. Museus de ciência, divulgação científica e informação: reflexos acerca de ideologia e memória. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.14, n.2, p. 155-168, maio./ago. 2009. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/pci/v14n2a11.pdf](http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n2a11.pdf). Acesso em: 07 jan. 2019

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção primeiros passos, 182).

TURIN, Rodrigo. Tipos, primitivos, decadentes: escrita etnográfica, secularização e tempo histórico no Museu Nacional. *In*: **Estudos de historiografia brasileira**/Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (org.) [et. al] – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. (Brasil). Museu Nacional. **Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social** (site). Disponível em: <https://ppgas.museunacional.ufrj.br/programa.html>. Acesso em 01 jan. 2021.

VASCONCELOS, Camilo de Mello. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006. Cap. I e II, p.13- 45.

VERGARA, Moema de Rezende. **A revista brasileira**: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da monarquia para a república. 2003. Tese (Doutorado em História) PUC - Rio de Janeiro.

WERSIG, Gernot. Ciência da informação: o estudo do uso do conhecimento pós-moderno. **Information Processing and Management**. v. 29, n. 2, 1993. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/030645739390006Y>. Acesso em 09 set. 2020.

## APÊNDICE A - REVISTA ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL DE 1876 A 2010

Desde a criação da revista em 1876 até o ano de 2010, conforme acesso no portal de obras raras do Museu Nacional, foram publicados 68 volumes, a saber, em ordem decrescente:

Quadro 14 - Publicações da Revista Arquivos do Museu Nacional de 1876 a 2010.

REVISTA ARQUIVOS DO MUSEU NACIONAL DE 1876 A 2010				
ANO	VOLUME e NÚMERO			
2010	Vol. 68, No 3-4.	Vol. 68, No 1-2.		
2009	Vol. 67, No 3-4.	Vol. 67, No 1-2.		
2008	Vol. 66, No 3-4.	Vol. 66, No 2.	Vol. 66, No 1.	
2007	Vol. 65, No 4.	Vol. 65, No 3.	Vol. 65, No 2.	Vol. 65, No 1.
2006	Vol. 64, No 4.	Vol. 64, No 3.	Vol. 64, No 2.	Vol. 64, No 1.
2005	Vol. 63, No 4.	Vol. 63, No 3.	Vol. 63, No 2.	Vol. 63, No 1.
2004	Vol. 62, No 4.	Vol. 62, No 3.	Vol. 62, No 2.	Vol. 62, No 1.
2003	Vol. 61, No 4.	Vol. 61, No 3.	Vol. 61, No 2.	Vol. 61, No 1.
2002	Vol. 60, No 4.	Vol. 60, No 3.	Vol. 60, No 2.	Vol. 60, No 1.
2001	Vol. 59.			
1998	Vol. 58			
1997	Vol. 57			
1981	Vol. 56			
1975	Vol. 55			
1971	Vol. 54			
1968	Vol. 53			
1962	Vol. 52			
1960	Vol. 51	Vol. 50		
1959	Vol. 49	Vol. 48		
1958	Vol. 47	Vol. 46	Vol. 45	
1957	Vol. 44	Vol. 43		
1955	Vol. 42 Parte 2	Vol. 42 Parte I		
1948	Vol. 41			
1945	Vol. 40	Vol. 38		
1943	Vol. 37			
1940	Vol. 39			
1935	Vol. 36			
1933	Vol. 35			
1932	Vol. 34			
1931	Vol. 33			
1930	Vol. 32			
1929	Vol. 31			
1928	Vol. 30			
1927	Vol. 29			
1926	Vol. 28	Vol. 27	Vol. 26	
1925	Vol. 25			
1923	Vol. 24			
1921	Vol. 23			
1919	Vol. 22			
1918	Vol. 21			

1917	Vol. 20	
1916	Vol. 19	Vol. 18
1915	Vol. 17	
1911	Vol. 16	
1909	Vol. 15	
1907	Vol. 14	
1905	Vol. 13	
1903	Vol. 12	
1901	Vol. 11	
1899	Vol. 10	
1895	Vol. 9	
1892	Vol. 8	
1887	Vol. 7	
1885	Vol. 6	
1881	Vol. 5	
1879	Vol. 4	
1878	Vol. 3	
1877	Vol. 2	
1876	Vol. 1	

Fonte: compilação da autora (2021).

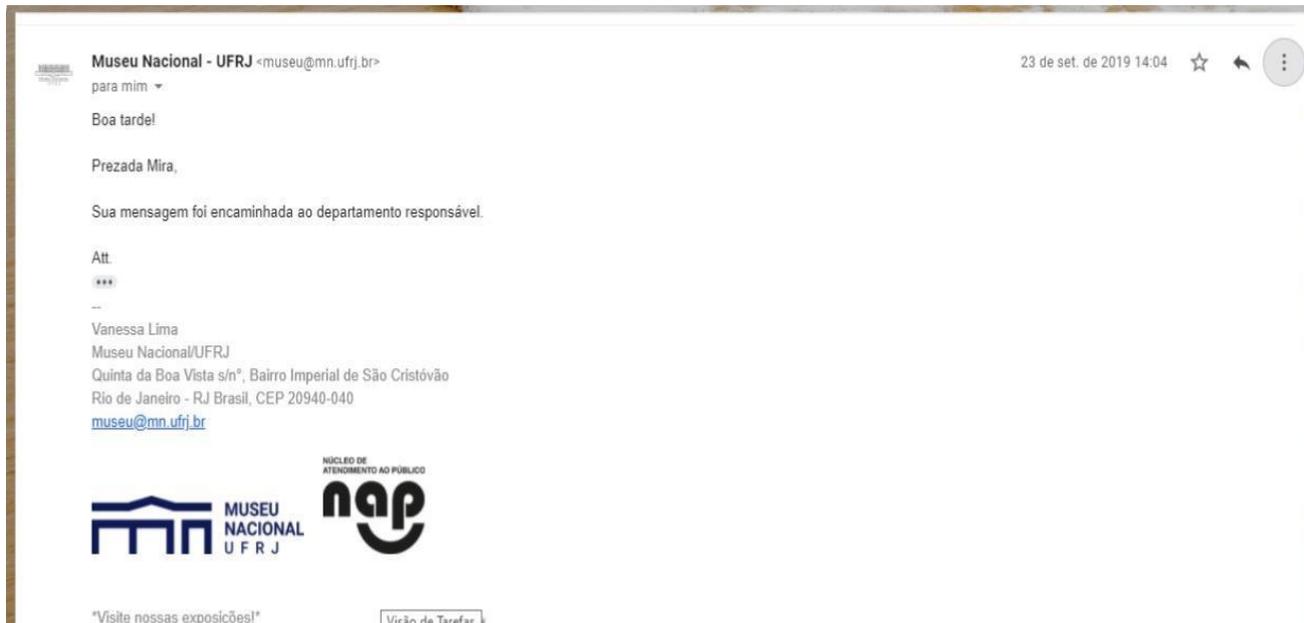
## APÊNDICE B – DOCUMENTOS E BIBLIOGRAFIAS ENCONTRADAS SOBRE LADISLAU NETTO NAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA EM ALAGOAS

Quadro 15 - Levantamento bibliográfico e documental sobre Ladislau Netto e Museu Nacional nas instituições de memória de Alagoas.

INSTITUIÇÃO	DESCRIÇÃO
<b>BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL GRACILIANO RAMOS</b>	<p><b>LIVRO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• DUARTE, Abelardo. <b>Ladislau Netto (1838-1894)</b>. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.</li> <li>• MELLO e NETTO, Ladislau. <b>Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro</b>. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.</li> <li>• LACERDA, João Baptista de. <b>Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro</b>. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.</li> <li>• COSTA, Craveiro. <b>História de Alagoas</b>. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1983.</li> </ul> <p><b>REVISTA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• AMORIM, Nádia Fernanda Maia de. <b>Ladislau Netto (1838-1894)</b>. Maceió: Edufal, 1997. 32 p. (Série Alagoas: Terra e orgulho 2)</li> <li>• MUSEU NACIONAL (Brasil). <b>Revista Archivos do Museu Nacional</b>. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 34, 1932.</li> <li>• MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. (Brasil). <b>Anuário do Museu imperial</b>. [Rio de Janeiro?], 1956.</li> <li>• MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. (Brasil). <b>Anuário do Museu imperial</b>. [Rio de Janeiro?], 1954.</li> <li>• MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. (Brasil). <b>Anuário do Museu imperial</b>. [Rio de Janeiro?], 1947.</li> <li>• MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. (Brasil). <b>Anais do Museu Histórico Nacional</b>. [Rio de Janeiro?], 1945.</li> </ul>
<b>ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS</b>	<p><b>JORNAL:</b></p> <p>Gutenberg: (1890-1911)  O Liberal: (1869-1889)  Diário das Alagoas: (1859-1957)</p> <p><b>LIVRO:</b></p> <p>DUARTE, Abelardo. <b>Ladislau Netto (1838-1894)</b>. Maceió: Imprensa Oficial, 1950.</p>
<b>INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS</b>	<p><b>JORNAL:</b></p> <p>Gutenberg (1883-1884/1890/1895-1899)  O Liberal: (1869-1883)  Diário das Alagoas: (1858-1880/1882-1884/1888/1907)</p> <p><b>REVISTA:</b></p> <p>INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DE ALAGOAS (Alagoas).  Ladislau Netto: viagem ao Rio São Francisco. In: <b>Revista do Instituto Geográfico e Histórico de Alagoas</b>, vol. II. p. 278.</p>

Fonte: compilação da autora (2021).

## APÊNDICE C - CÓPIAS DOS E-MAILS PARA PESQUISA DE ACERVO NO MUSEU NACIONAL





**Regina Maria Macedo Costa Dantas** <regina@mn.ufrj.br>  
para mim ▾

16 de dez. de 2019 20:32 ☆ ↶ ⋮

[tese Casa Inca ou Pavilhão da Amazônia - Regina...](#)

Oi, querida,

**NÃO PRECISA VIR AO RIO.**

Diante do incêndio em que acabou com nosso arquivo histórico, estive levantando alguns trabalhos para te ajudar e que falam sobre os docs do nosso Arquivo.

Encaminho minhas dissertação e tese.

Bjs

Regina



2 anexos



## ANEXO A - CÓPIA DO REGULAMENTO DE 1876

## REGULAMENTO A QUE SE REFERE O DECRETO N. 6116

## CAPITULO I

## DO MUSEU NACIONAL, SEUS FINS E ORGANIZAÇÃO

ART. 1º — O Museu Nacional é destinado ao estudo da Historia Natural, particularmente da do Brazil, e ao ensino das sciencias physicas e naturaes, sobretudo em suas applicações á agricultura, industria e artes.

Para esse effeito colligirá e conservará sob sua guarda, devidamente classificados, os productos naturaes e industriaes que interessarem aquelle fim.

ART. 2º — Dividir-se-ha em tres secções :

1ª De anthropologia, zoologia geral e applicada, anatomia comparada e paleontologia animal ;

2ª De botanica geral e applicada, e paleontologia vegetal ;

3ª De sciencias physicas : mineralogia, geologia e paleontologia geral.

ART. 3º — Enquanto se não realizar a creação de estabelecimento especial para o estudo de archeologia, ethnographia e numismatica, constituirão estas materias uma secção annexa ao Museu Nacional.

ART. 4º — A direcção e fiscalisação de todos os ramos do serviço serão exercidas pelo Director Geral com o concurso de um Conselho Director, na fórma adiante estabelecida.

ART. 5º — Além do Director Geral haverá tres Directores de secção e outros tantos Sub-Directores, um Secretario, um Amanuense, um Bibliothecario, um Porteiro, um Continuo, seis Praticantes, tres Preparadores, e naturalistas viajantes cujo numero será fixado pelo Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas sobre proposta do Director Geral.

De igual modo será marcado o numero dos serventes.

## CAPITULO II

## DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 6º — Ao Director Geral compete :

1º Presidir e dirigir as reuniões do Conselho Director tendo voto de qualidade em suas deliberações ;

2º Convocar extraordinariamente o mesmo Conselho quando convier á boa marcha do estabelecimento ;

3º Nomear os naturalistas viajantes ou auxiliares externos ;

4º Propôr pessoas idoneas para os cargos que tenham de ser providos por portaria do Ministro ; designar, no começo de cada anno, o Director de secção ou o Sub-Director que deva desempenhar as funções de Secretario, os Praticantes que tenham de accumular as de Amanuense e Bibliothecario, e o Preparador que deva servir como Porteiro ;

5º Nomear os serventes, e designar aos Praticantes e Preparadores as secções em que tenham de servir ;

6º Representar ao Ministro sobre as providencias que julgar convenientes ao estabelecimento ; promover relações entre o Museu e analogos estabelecimentos nacionaes e estrangeiros ; assignar toda a correspondencia expedida em seu nome ou no do Conselho Director, e abrir, encerrar e rubricar os livros da administração ;

7º Submitter ao Ministro, até o ultimo dia de Fevereiro, uma exposição do movimento administrativo e scientifico do anno antecedente, na qual poderá indicar as necessidades a que convenha attender e propôr qualquer providencia a bem do progresso do estabelecimento ;

8º Dirigir a secção, provisoriamente annexa ao Museu Nacional, de que trata o art. 3º, e bem assim qualquer outra para que seja designado por portaria do Ministro .

ART. 7º — Ao Conselho Director, que se comporá dos Directores de secção e Sub-Directores, e reunir-se-ha ordinariamente no primeiro dia util de cada mez, compete :

1º Deliberar sobre as questões em que fór consultado pelo Director geral, indicar as providencias que julgar convenientes á administração do Museu e promover seu desenvolvimento ;

2º Organizar o programma dos cursos publicos e o regimento interno do estabelecimento, que ficam dependentes, para sua execução, da approvação do Ministro ;

3º Designar annualmente a commissão incumbida da redacção e publicação do *Archivo do Museu Nacional* ;

4º Submitter á approvação do Ministro as instrucções que devam regular a fórma e prazos da inscripção e do concurso para preenchimento das vagas que occorrerem ; a natureza das provas e processo de seu julgamento, designando, sempre que tiver de ser preenchida por esse meio alguma vaga, os examinadores que devam ser escolhidos d'entre o pessoal do mesmo Conselho ;

5º Conferir o título de *Membro correspondente do Museu* aos nacionaes e estrangeiros que se tornarem dignos desta distincção por seu reconhecido merito litterario e scientifico, e serviços prestados ao estabelecimento :

6º Velar pela execução do presente Regulamento e pela regularidade de todos os ramos do serviço.

Art. 8º — Aos Directores de secção compete :

1º Classificar, segundo as regras scientificas, os objectos que estiverem sob a guarda da secção, organizando o respectivo catalogo, com declaração do estado em que se acharem e indicação dos que forem precisos para completar as colleções ;

2º Lecionar as materias da secção, de conformidade com o programma adoptado ;

3º Submitter ao Director Geral, até o fim de Janeiro, a exposição dos trabalhos realizados durante o anno antecedente, na qual poderá indicar as providencias que entender acertadas ;

4º Cumprir e fazer cumprir as instrucções que, para o desempenho do serviço a cargo da secção, lhes forem dadas pelo Director Geral.

Art. 9º — Aos Sub-Directores compete :

1º Substituir os Directores de secção em suas faltas ou impedimentos ;

2º Auxiliar-os em todas as funcções ;

3º Dirigir os Praticantes e Preparadores nos trabalhos que lhes forem distribuidos ;

4º Reger as cadeiras das secções para as quaes forem designados pelo Conselho Director.

Art. 10. — Ao Secretario compete :

1º Redigir e fazer expedir a correspondencia, escripturar os livros da administração, lavrar e subscrever as actas do Conselho Director ;

2º Conservar sob sua guarda, devidamente archivados, todos os papeis e documentos relativos ao serviço do estabelecimento.

Art. 11. — O Amanuense será o auxiliar do Secretario em todas as suas funcções.

Art. 12. — Ao Bibliothecario compete a guarda e conservação da bibliotheca, de accordo com as prescripções do Regimento interno e as instrucções do Director Geral.

Art. 13. — Os Praticantes e Preparadores empregar-se-hão nos serviços que lhes forem indicados.

Art. 14. — Os naturalistas viajantes, auxiliares externos do Museu, prestarão os serviços de que forem incumbidos pelo Director Geral.

Art. 15. — Ao Porteiro compete abrir e fechar as portas do edificio, velar pela segurança e asseio deste e de suas dependencias, expedir a correspondencia e cumprir todas as ordens do Director Geral.

### CAPITULO III

#### DOS CURSOS PUBLICOS

Art. 16 — O ensino scientifico, a que é destinado o Museu Nacional, será dado em cursos publicos e gratuitos por meio de preleções, que serão feitas pelos Directores de secção e Sub-Directores.

Estas preleções, que se effectuarão á noite nos salões do edificio, começarão a 1 de Março e terminarão a 31 de Outubro.

Cada materia será professada em uma lição semanal, pelo menos.

O objecto de cada preleção será annunciado no *Diário Official*.

Art. 17 — As materias do ensino serão distribuidas em cadeiras, para as quaes o Conselho Director designará annualmente os Directores de secção e Sub-Directores.

Art. 18. — O regimento interno providenciará acerca das relações entre os Professores e ouvintes, e dos meios de manter a ordem nos cursos publicos do Museu Nacional.

### CAPITULO IV

#### DAS PUBLICAÇÕES

Art. 19. — O Museu Nacional publicará trimestralmente, pelo menos, uma revista intitulada: *Archivo do Museu Nacional*.

Nessa revista dar-se-ha conta de todas as investigações e trabalhos realizados no estabelecimento, das noticias nacionaes ou estrangeiras que interessarem ás sciencias de que se occupa o Museu, do catalogo das colleções mais importantes, dos donativos feitos ao estabelecimento, e dos nomes das pessoas a quem seja conferido o título de que trata o art. 7º § 5º.

Serão publicados de preferencia os trabalhos originaes do pessoal docente.

Art. 20 — A commissão encarregada da redacção e publicação do *Archivo do Museu Nacional* compor-se-ha do Director Geral, um Director de secção e um Sub-Director.

O orçamento da despesa será, porém, organizado pelo Conselho Director, em cada anno, e submettido á approvação do Ministro.

Art. 21 — Será remettida gratuitamente a revista ás bibliothecas e estabelecimentos scientificos e litterarios do Imperio, fundados pelos poderes publicos ou por iniciativa particular, e hem assim ás bibliothecas e estabelecimentos estrangeiros com os quaes mantenha o Museu relações ou convenha estabelecer-as.

Igual remessa poderá ser feita ás redacções dos periodicos e revistas, nacionaes e estrangeiros.

Art. 22 — O Director Geral poderá communicar aos periodicos, nacionaes ou estrangeiros, o resultado de quaesquer investigações ou outro facto digno de publicidade.

Poderá tambem autorizar, não havendo inconveniente, a publicação gratuita, em qualquer jornal, das actas das sessões do Conselho Director.

### CAPITULO V

#### DAS NOMEAÇÕES, SUBSTITUIÇÕES, VENCIMENTOS, LICENÇAS, APOSENTAÇÕES E PENAS.

Art. 23. — O Director Geral, Directores de secção e Sub-Directores serão nomeados por Decreto ; os Praticantes e Preparadores por Portarias do Ministro, e os demais empregados pelo Director Geral, na forma já estabelecida.

Art. 24. — Os Directores de secção e Sub-Directores serão nomeados mediante concurso, no qual poderão inscrever-se os que, a juizo do Conselho Director, reunirem os seguintes requisitos :

- 1º Qualidade de cidadão brasileiro ;
- 2º Maioridade legal ;
- 3º Moralidade ;
- 4º Capacidade profissional.

Art. 25. — Os praticantes serão igualmente nomeados, mediante concurso, para cuja inscrição devem os candidatos provar, a juízo do Conselho Director :

- 1º Qualidade de cidadão brasileiro ;
- 2º Maioridade de 18 annos ;
- 3º Moralidade ;
- 4º Habilitação em exame publico nas seguintes materias : linguas nacional, latina e franceza ; geographia, arithmetica e geometria.

Art. 26. — Poderão ser dispensados do concurso para o preenchimento de qualquer vaga os que provarem ter professado com distincção em Universidade, Faculdade, ou Escola, nacional ou estrangeira, as materias sobre que versarem as provas.

Art. 27. — O Director Geral participará immediatamente ao Ministro a existencia de qualquer vaga, para que este delibere si deve effectuar-se o concurso, ou a nomeação nos termos do artigo antecedente, ou contractar-se pessoa habilitada, a juízo do Conselho Director, nacional ou estrangeira.

Art. 28. — Em igualdade de circumstancias com os demais concurrentes, devem os Directores de secção ser nomeados dentre os Sub-Directores e estes dentre os Praticantes.

Art. 29. — O Director geral será substituído em suas faltas ou impedimentos por um dos Directores de secção, designado em portaria do Ministro.

Art. 30. — Os empregados do Museu perceberão os vencimentos marcados na tabella annexa ao presente Regulamento.

Art. 31. — Serão observadas, em relação aos empregados do Museu, na parte em que lhes forem applicaveis, as disposições dos arts. 27 a 39 do Regulamento approved pelo decreto nº 5512 de 31 de Dezembro de 1873.

Sómente os empregados nomeados por decreto ou portaria do Ministro terão direito á aposentação.

Art. 32. — Também serão observadas, na parte em que forem applicaveis, as disposições dos arts. 44 a 46 do citado Decreto.

As penas disciplinares serão impostas pelo Director Geral, e, salvo a de suspensão, pelos Directores de secção.

Cabe recurso voluntario, para o Ministro, da suspensão imposta pelo Director Geral, e, para o Conselho Director, das penas applicadas pelos Directores de secção.

#### DISPOSIÇÕES GERAES.

Art. 33. — Sobre representação do Conselho Director poderá o Ministro elevar até o duplo o numero dos Sub-Directores e dos Preparadores, quando o desenvolvimento do ensino ou as necessidades do serviço o exigirem.

Art. 34. — Será franqueada ás pessoas decentemente vestidas a visita do estabelecimento nos dias e horas designados pelo regimento interno.

Aos membros correspondentes do Museu Nacional e ás pessoas que para esse fim obtiverem cartão especial de entrada, que poderá ser-lhes concedido pelo Director Geral, será permittida a visita em qualquer dia e hora, com tanto que dahi não resulte inconveniente ao serviço.

Art. 35. — O regimento interno providenciará a bem da ordem e policia do estabelecimento e meios de fazel-as respeitar.

Art. 36. Os nomes das pessoas que fizerem doativos de importancia ao Museu Nacional a juízo do Conselho Director, serão escriptos de modo visível junto aos objectos doados, e em livro especial com declaração do serviço prestado.

Art. 37. — Sobre proposta do Conselho Director poderá o Ministro nomear por portaria pessoas competentes que, como titulo de *Coadjuvantes do Museu Nacional*, se encarreguem, nas provincias em que residirem, de obter informações que pareçam uteis; colligir productos; chamar a attenção para a necessidade de qualquer investigação, e corresponder-se com o Director Geral sobre tudo quanto disser respeito ao progresso do estabelecimento.

Art. 38. — Nenhuma despesa será autorizada pelo Director Geral sem approvação prévia do Ministro.

Art. 39. — A disposição do art. 30 e a da ultima parte do art. 31 ficam dependentes de approvação do Poder Legislativo. Poderão, porém, ser pagos, desde já, os vencimentos da tabella annexa ao presente Regulamento, uma vez que a despesa com o Museu Nacional não exceda a verba que lhe é consignada nas leis do orçamento.

Art. 40. — Ficam revogados o Regulamento que baixou com o Decreto n. 123 de 3 de Fevereiro de 1842 e as demais disposições em contrario.

Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Fevereiro de 1876. — *Thomas José Coelho de Almeida.*

Tabella, a que se refere o art. 30 do Regulamento approved pelo Decreto nº 6116 desta data, dos vencimentos dos empregados do Museu Nacional.

NUMERO	EMPREGADOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL	DESPESA ANUAL
1	Director Geral.....	25000	15000	40000	47600
1	Directores de secção.....	25000	15000	20000	50000
1	Sub-Directores.....	12000	8000	12000	25000
1	Secretario.....	8000	8000	8000	8000
1	Atmante.....	8000	8000	8000	8000
1	Bibliotecario.....	8000	8000	8000	8000
1	Contínuo.....	2000	2000	10000	12000
1	Porteiro.....	.....	8000	8000	8000
6	Praticantes.....	8000	2000	8000	48000
3	Preparadores.....	8000	8000	12000	25000
					223600

#### Observações

1ª — O Director Geral, quando designado, na conformidade do art. 6º §8º, para dirigir alguma secção, accumulará, a titulo de gratificação, a seus vencimentos metade (1:5000000) dos de Director de secção.

2ª — Os empregados do Museu, quando viajarem em serviço do estabelecimento, terão a diaria que lhes for marcada pelo Ministro sobre proposta do Conselho Director.

3ª — Os naturalistas viajantes perceberão a gratificação que, sobre proposta do Director Geral, for fixada pelo Ministro.

4ª — A Diaria dos serventes será da mesma forma arbitrada.

Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Fevereiro de 1876. — *Thomas José Coelho de Almeida.*

ANEXO B - CAPA DO GUIA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA -  
1882







No Corredor Cultural Vera Arruda, no Stella Maris, a homenagem ao legado de Ladislau Netto



Laurentina Netto, a lajá, mulher do cientista alagoano: com ela, Ladislau teve quatro filhos

| CONTINUAÇÃO DA PÁG. B1 |

## Nettea: uma homenagem pela dedicação à ciência

NOVO GÊNERO DE PLANTAS ENCONTRADO NA NOVA ZELÂNDIA RECEBEU O NOME DO CIENTISTA ALAGOANO AO SER CATALOGADO

J JANAYNA ÁVILA  
Reportagem

Em 1864, quando partiu para a França, é provável que o jovem cientista alagoano – que tinha ainda 26 anos e sonhos a realizar – não imaginasse o resultado concreto de sua dedicação à ciência. Em Paris, frequentou os cursos da Universidade de Sorbonne e do Jardim das Plantas, dois centros de referência em botânica. Na capital francesa, publicou diversos trabalhos em revistas científicas e, aos poucos, tornava-se cada vez mais respeitado entre professores e colegas. Em 11 de fevereiro de 1865, seguindo a biografia escrita por Abelardo Duarte, o alagoano apresentou, na Sociedade Botânica da França, sua monografia sobre a destruição das plantas indígenas do Brasil, considerada, na época, um dos primeiros estudos sobre o tema. A pesquisa já mostrava a atitude visionária do alagoano em relação ao nocivo processo de colonização a que portugueses submeteram as tribos indígenas brasileiras, e partir do século 16. Embora tenha sido enviado à França por meio de uma resolução do imperador dom Pedro II, que autorizou o custeio da viagem e da estadia do cientista na Europa, Ladislau Netto exercia seu trabalho livremente. A célebre monografia foi apresentada com dezenas de ilustrações de plantas, todas feitas pelo próprio Ladislau. Ao fim da temporada de estudos na França, que durou três anos, o cientista alagoano recebeu o título de doutor em Ciências Naturais pela Sorbonne.

Essa dedicação à botânica durante os estudos em Paris foi reconhecida com uma homenagem feita a poucos cientistas: o professor Baillou, da disciplina História Natural, da Faculdade de Medicina de Paris, dedicou ao alagoano um gênero novo de plantas da Nova Zelândia, da família das bixáceas, que recebeu o nome científico de *Nettea*, uma homenagem à altura da contribuição que Ladislau Netto dava à botânica. Como havia classificado o historiador Craveiro Costa, era a “consagração universal”.

Nessa época, já respeitado no meio científico, Ladislau é convidado a participar de bancas examinadoras em concursos públicos de universidades francesas, convite sempre feito oficialmente e por meio do Ministério da Educação da França. O convite

**Em plena produção científica na Europa, só um motivo faria Ladislau deixar o conhecimento que buscava no Velho Mundo e voltar para o Brasil: um convite para contribuir com o avanço da ciência em seu País. E foi assim, atendendo a uma “convocação” do imperador dom Pedro II para assumir a seção de botânica do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, que o alagoano fez as malas e deixou a França**

era uma distinção poucas vezes concedida a um estrangeiro. Também em caráter oficial, o alagoano integra expedições científicas e é encarregado pelo governo francês de estudar a flora da Argélia, país que, na época, era uma colônia da França.

### DE VOLTA PARA O BRASIL

Em plena produção científica na Europa, só um motivo faria Ladislau deixar o conhecimento que buscava no Velho Mundo e voltar para o Brasil: um convite para contribuir com o avanço da ciência em seu País. E foi assim, atendendo a uma “convocação” do imperador dom Pedro II para assumir a seção de botânica do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, que o alagoano fez as malas e deixou a França.

O retorno era, como registrou o próprio cientista em carta a Dias Cabral, o “cumprimento de um dever com a pátria”, que havia investido em seus estudos. No Museu Nacional, na época uma referência em ciências naturais e antropologia, e a mais antiga instituição do gênero no Brasil, Ladislau tornou-se, em 1874, diretor geral e foi responsável pela mudança da sede do museu, fato que contribuiu, em definitivo, para o desenvolvimento da instituição. Lá, além de organizar mostras importantes

– como a *Exposição Antropológica de 1882*, que apresentou um estudo sobre tribos indígenas, como os Botocudos – Ladislau foi o responsável pela organização das seções do museu que, antes da gestão do alagoano, era considerado por muitos cientistas como um “amontoador” de objetos. “Na ocasião da grande mostra científica, o índio apresentado era constituído de lábios escurecidos com o botoque, acessório que caracterizava o grupo dos Botocudos, apresentando-se, assim, um índio bastante diferente do perfil romântico idealizado por José de Alencar. Era um paradoxo da época”, afirma a historiadora do Museu Nacional, Regina Dantas, em entrevista, por telefone, à *Gazeta*.

Para a historiadora, autora da dissertação de mestrado *A Casa do Imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*, a instituição deve ao alagoano, a sua insistência junto às autoridades, para transferir o Museu Nacional para a ex-residência do imperador para a ex-residência do imperador (o atual palácio da Quinta da Boa Vista). “O seu maior legado, além de suas publicações, é ter proporcionado essa transferência”, afirma.

Dentro do palácio existiam objetos – incluindo a mobília – que pertenceram ao Museu do Imperador e seriam leiloados pelo Governo Provisório. “Para Ladislau, o Museu do Imperador caracterizava a casa como um espaço da ciência, o que justificava a transferência do Museu Nacional para lá, devido também à falta de espaço para a expansão da instituição. Após sua interferência, o acervo do monarca não foi leiloadado, mas o palácio foi legado a Ladislau para abrigar a primeira Assembleia Constituinte. Um ano depois, em 1892, o diretor conseguia a transferência do acervo do Museu do Imperador para o Museu Nacional no Campo de Santana. Poucos meses depois, o palácio estava completamente abandonado e Ladislau deu o golpe de mestre e solicitou o caminho inverso – a transferência do Museu Nacional para a ex-residência imperial, na Quinta da Boa Vista. Assim, o Museu Nacional se apropriou não só do Museu do Imperador, mas também de sua residência”, explica Regina Dantas. O “golpe de mestre”, como afirma a historiadora, deixava o nome do cientista alagoano gravado, para sempre, na história do Museu Nacional.

### MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO: O MAIS ANTIGO DO BRASIL

O Museu Nacional (UFRRJ) está vinculado ao Ministério da Educação. É a mais antiga instituição científica do Brasil e o maior museu de história natural e antropológica da América Latina. Criado por D. João VI, em 06 de junho de 1818 e, inicialmente, sediado no Campo de Santana, tinha como objetivo inicial promover o progresso cultural e econômico do País. Originalmente denominado

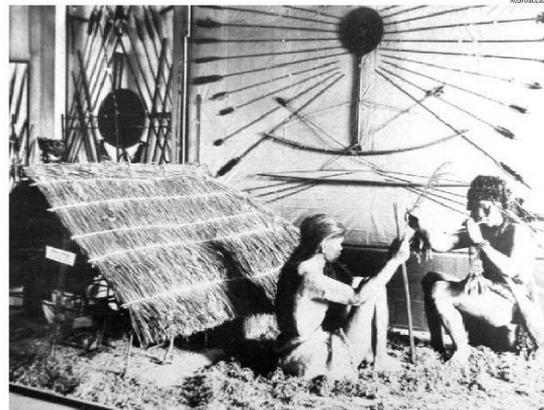
de Museu Real, foi incorporado à Universidade do Brasil em 1946. Atualmente, o Museu integra a estrutura acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ). O Museu Nacional reúne os maiores acervos científicos da América Latina, laboratórios de pesquisa e cursos de pós-graduação. As peças que compõem as exposições abertas ao público (cerca de três mil

atualmente) são parte dos 20 milhões de itens das coleções científicas conservadas e estudadas pelos Departamentos de Antropologia, Botânica, Entomologia, Invertebrados, Vertebrados, Geologia e Paleontologia. O Museu Nacional do Rio de Janeiro dispõe ainda de um Horto Botânico e de uma Biblioteca Central (aberta ao público) situadas na parte sul da Quinta da Boa Vista.

Divulgação



Museu Nacional: gestão de Ladislau foi a mais produtiva



Exposição Antropológica de 1882, realizada na gestão de Netto à frente do Museu Nacional

programe-se |

MÚSICA

**Trilha Instrumental.** Com um repertório que privilegia o melhor do jazz, do rock e da MPB, o projeto vai reunir hoje (23), a partir das 16h, no Bar e Restaurante Trilha do Mar – na bulevarial Praia de Garça Torta – os tuosos instrumentistas Ricardo Lopes (guitarra), Van Silva (baixo) e Bethino (bateria).

**Bar e Restaurante Trilha do Mar.** Rua V. Santana, 3, Garça Torta. Hoje (23/03), a partir das 16h. Contato: Arístides: 85 31. Mais informações: 3355-1272 e 9311 0154.

CINEMA

**Cine Sesi Pajuçara: Achados e Perdidos 2008.** Com o intuito de oferecer aos cinefilos alagoanos uma mescla de filmes inéditos e promover a reprise de longas que tiveram "vida curta" nas salas de cinema da cidade, o projeto Achados e Perdidos segue com sua segunda edição, até o dia 27 de março. Durante as sessões, no Cine Sesi Pajuçara, o público vai poder assistir produções da França, Reino Unido, Argentina, Alemanha, Bélgica e Estados Unidos. Confira a programação: Hoje, dia 23 – *A Mossal Branca* (18h) e *Lady Chatterley* (20h30). De 24 a 27 – *Hairspray: Em Busca da Fama* (18h45) e *Anjos Exterminadores* (21h). Vale conferir:

**Cine Sesi Pajuçara.** Av. Dr. Antônio Couveia, 1.113, Pajuçara. Até o dia 27 de março. Mais informações: 3335-5191.

**Melo-dia de Graça.** O curta metragem *O Nosso Livro*, com direção de Cláudia Rabelo Lopes e Luciana Alcaraz, pode ser conferido somente amanhã (24) no projeto desenvolvido pelo Sesi Alagoas. Confira a sinopse: Dentro de um livro de Platão, numa biblioteca, a professora de literatura Isabel encontra um pedaço de papel com um poema manuscrito, deixado ali para marcar a página. Assim começa uma troca de poemas e mensagens entre um homem e uma mulher desconhecidos. Mas a comunicação é interrompida por causa de um livro desaparecido. E quando Isabel e Roberto percebem que precisam descobrir um modo de retomar o contato e par-

tem para um encontro.

**Teatro Jofre Soares.** Rua Barão de Alagoas, 229, Centro. Amanhã (24/03), às 12h, entrada franca. Mais informações: 3326-3133.

TEATRO

**Toalete.** Escrita pelo autor de novelas Walcy Carrasco, a montagem será encenada, em Maceió, nos dias 11, 12 e 13 de abril, no Teatro Marista Irmão Thomé. Ambientada num dos espaços que mais causa curiosidade a sala masculina, o banheiro feminino, a comédia traz dez pequenas histórias hilárias, que se desenvolveram no toalete de elite de luxo. Situações vividas por modelos, palestrantes, executivas e prostitutas. No elenco estão as atrizes Márcia Cabrita, Vera Mandini, Flávia Garrafa, Cynthia Falabella, Suzana Pires e Antonella do Canto, além do ator Renato Wiemer.

**Teatro Marista Irmão Thomé.** Av. Dom Antônio Brandão, 564, Farol. Dias 11, 12 e 13 de abril. Ingressos: R\$ 40 (inteira) e R\$ 20 (meia entrada). Mais informações pelos telefones: 3325-7373 e 3032-3375.

**Projeto Sorriso em Dobro.** A Cia. Neqa Fulô volta ao palco do Centro Cultural Sesi, hoje (23), às 18h, para mais uma edição do projeto com os espetáculos *Branca de Neve* e *as Sete Pecinhas* e *Romeu e Juli...* (21h). A trupe encenará suas montagens de humor escahrado durante os domingos, até o fim de maio, sempre em sessões consecutivas.

**Centro Cultural do Sesi.** Av. Dr. Antônio Couveia, 1.113, Pajuçara. Hoje (23/03), com sessões às 18h (*Branca de Neve*) e às 21h (*Romeu e Juli...*). Mais informações: 3336-2836 e 9970-9923.

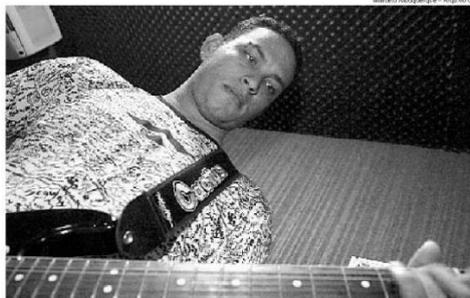
CURSO

**Grupo de Estudos Teatrais Orientados (GETO).** Falar, escrever as inscrições para uma série de minicursos e oficinas promovidas pelo Gesto, do Sesi Alagoas. Dança é o tema dessa terceira edição. O curso terá 25 participantes e abordará tópicos relacionados ao tema principal, como composições coreográficas, videodança, intervenções urbanas e danças popu-

GAZETA INDICA



CINEMA » Cine Sesi Pajuçara: Achados e Perdidos. O projeto vai exibir hoje (23), às 20h30, o longa-metragem *Lady Chatterley*, da cineasta francesa Pascale Ferran



MÚSICA » Trilha Instrumental. O guitarrista Ricardo Lopes (foto), o baterista Bethino e o baixista Van Silva se apresentam hoje, às 16h, no Trilha do Mar, em Garça Torta

lares, entre outros. As aulas do primeiro minicurso serão sobre composições coreográficas e serão ministradas pela professora e bailarina Telma César, entre os dias 07 e 11 de abril, das 14h às 18h, no Sesi Centro.

**Sesi Centro.** R. Barão de Alagoas, 229, Centro. Inscrições abertas até o dia 04 de abril, das 09h às 18h. Mais informações: 3326-3133.

CONCURSO CULTURAL

**Programa de Capacitação em Projetos Culturais.** Com o objetivo de qualificar gestores e agentes culturais e promover a atualização de informações sobre a Lei Rouanet, o Ministério da Cultura (MinC) – em parceria com o Banco do Nordeste (BNB) e o Serviço Social da Indústria (SESI) – abre as inscrições para o curso. Na ocasião, também serão divulgadas informações para obtenção de linhas de crédito e financiamento junto às instituições financeiras parceiras do MinC. Para Alagoas, o período de inscrição será encerrado amanhã (24/03). Já o curso irá acontecer nos dias 31 de março e 1º de abril.

**Inscrições.** Até amanhã (24/03). Realização do curso nos dias 31 de março e 1º de abril. Mais informações: (81) 3412-1611 e 3272-1893 ou no site www.cultura.gov.br.

EXPOSIÇÃO

**Elxo Essencial.** Depois de um hito de quase uma década sem expor, o artista visual gaúcho Fernando Honaiser volta a apresentar sua obra na cidade de Alagoas. A mostra, que ocupa a galeria da Associação Comercial de Maceió, a partir de terça-feira (24/03), é composta por mandalas produzidas em acrílico sobre madeira e tela, com aplicação de materiais variados. Na exposição, o artista recorre ao diálogo acerca da percepção visual e do plano, em obras que apresentam grandes variações de cores, pontos e distâncias. *Elxo Essencial* tem curadoria da arquiteta Lauzanne Leão Ferreira.

**Associação Comercial de Maceió.** Rua 54 e Albuquerque, 467, Jaraguá. Abertura: 25 de março, às 20h. Visitação: de 26 de março a 14 de abril, em horário comercial. Mais informações: 8851-1474.

Contatos: lekemrone@gazetaweb.com | programese@gazetaweb.com | Avenida Aristeu de Andrade, 355, Farol - Maceió-AL - Cep.: 57051-090

CONTINUAÇÃO DA PÁG. B1 |

Netto encantou-se com “Velho Chico”

PESQUISADOR PERCORREU INTERIOR DO BRASIL COMO INTEGRANTE DE DIVERSAS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS

JANAYRA ÁVILA

Repórter

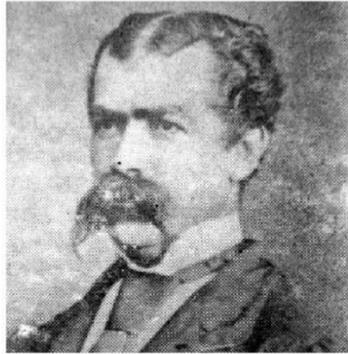
Em 1874, quando se tornou diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto integrou a 5ª expedição que o geólogo canadense-americano Charles Hartt. Hartt organizou durante o Brasil Imperial, e que fazia parte da Comissão Geológica. Hartt percorreu o Brasil colhendo amostras da terra e espécimes da flora e da fauna. As expedições eram compostas por diversos profissionais, a exemplo de desenhistas, cartógrafos e fotógrafos. A maior parte do material da pesquisa está nos museus brasileiros. A expedição da qual participou o alagoano realizou estudos no litoral de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e o Recôncavo Baiano. Mas o grande “feito” do grupo de cientistas foi ter explorado o Rio São Francisco até a Cachoeira de Paulo Afonso e a costa sul da Bahia, onde descobriram os índios Botocudos.

Em 1878, com apenas 38 anos, Hartt contraiu febre amarela em uma de suas viagens e morreu em menos de 48 horas, sem terminar seu último trabalho: a implantação do serviço de estudos geológicos do Brasil, por meio de uma seção que iria funcionar, sob a sua coordenação, no Museu Nacional, a convite do diretor Ladislau Netto. Pouco tempo antes de ficar doente e falecer, Hartt foi abandonado no país que havia adotado como pátria pela mulher canadense e os filhos, irritados pela sua profunda dedicação à ciência. Hartt morreu sozinho, no Brasil. Como Charles Hartt, o cientista alagoano era um apaixonado pelo que fazia. Na expedição de 1874, da qual participaram Louis Agassiz, considerado na época “o rei dos naturalistas”, e o fotógrafo carioca Marc Ferrez, o pioneiro da fotografia no Brasil e um dos

mais importantes documentaristas brasileiros, Ladislau Netto encontra um País que se oferecia, pela primeira vez, aos olhos curiosos da ciência.

Com a morte repentina de Hartt, todo o trabalho da Comissão Geológica, resultado de diversas viagens e anos de estudos, passou a integrar o Museu Nacional. Segundo escreveu o pesquisador Marcus Vinícius Freitas, autor do livro *Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial*, “o material acabou indo parar no Museu Nacional não apenas porque o Museu era, àquela altura, a única instituição física e intelectualmente capaz de receber o volume de trabalhos da Comissão, mas porque Hartt e o Museu possuíam já uma história comum”. História que havia sido “capitaneada” por Ladislau Netto, cuja gestão à frente do Museu, encerrada em 1893, apesar de considerável aprovação da maior parte da comunidade científica – ao ponto de ser considerada por cientistas europeus, como registra Marcus Vinícius Freitas, como a “idade de ouro” da instituição – também lhe trouxe alguns inimigos, muitos deles pesquisadores e professores do próprio Museu, que segundo o historiador Abelardo Duarte, “viam no cientista alagoano apenas um exibido”.

**A PASSAGEM POR ALAGOAS** Em 1877, antes de “mergulhar” no interior de Alagoas, Netto visitou Maceió, onde foi recebido com homenagens, especialmente do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano – denominação inicial do atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas –, do qual era sócio, como registra Abelardo Duarte. No dia seguinte à sua chegada em Maceió, embarcou no navio Cascais, rumo a Penedo, onde se encantou com a foz do Rio São Fran-



Ladislau Netto: cientista recusou dois mandatos de deputado

Apesar do período em que passou como diretor do Museu Nacional ter sido considerado “a idade de ouro” da instituição científica, Ladislau Netto adquiriu muitos inimigos

cisco. Nas suas *Notas de viagem ao São Francisco*, que a *Revista do Instituto Histórico de Alagoas* publicou, Ladislau descreve esse contato com o Velho Chico: “Era a primeira vez que ia admirar a foz do majestoso Rio São Francisco. Indefinível júbilo agi-

tava-me o peito. Que interminável que me parecia aquela noite e que vagarosa que se afigurava a marcha daquele navio”. Em outras notas, o cientista chamou o Rio São Francisco de “o Nilo brasileiro”.

A prova de que a vocação de Ladislau Netto era inteiramente voltada para a ciência está num episódio que hoje seria, provavelmente, inimaginável. Em 1876, o alagoano foi eleito, sem seu conhecimento nem aprovação, para o cargo de deputado da Assembleia Provincial das Alagoas. Recusou o mandato, dando uma demonstração de seu desprezimento em relação a ambições que não fossem a ciência. Em 1891, já na época do Brasil República, Alagoas elege Ladislau Netto, novamente, para um mandato de deputado, que foi recusado, mais uma vez, pelo cientista.

Protagonista de polêmica que ameaçou a carreira

Um dos fatos mais marcantes da vida profissional do alagoano refere-se a um episódio ainda hoje envolto em mistério e que representa a maior ameaça à sua reputação científica. Trata-se da descoberta, por Ladislau, de supostas inscrições fênicas em Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro. O anúncio da descoberta empolgou os círculos científicos do Brasil e de outros países e, por outro lado, ofereceu-se como um “prato cheio” para seus inimigos. Na época, o cientista participava da hipótese da imigração fênica pela América do Sul, algo até o momento sem prova científica.

A cópia da referida inscrição chegou às suas mãos já rodeada de mistério. Teria sido reproduzida a lápis e estava numa lupa. Há registros de que o “achado” teria sido aparentemente armado em 1872, por Carl Frederich Koch, auxiliar de estudos orientais do imperador, com a cumplicidade do próprio dom Pedro II, para “apanhar” o então diretor do Museu Nacional, numa espécie de “pegadinha”.

A inscrição era um texto em fênico, no qual um almirante de Sidon dizia ter naufragado nas costas brasileiras, depois de separado de sua frota por uma tempestade, nas costas da África. Entusiasmado, Ladislau submeteu a suposta inscrição fênica encontrada a especialistas internacionais. Depois, ele próprio teria desconfiado da “armação”, mas preferiu deixar o assunto morrer a admitir que havia sido enganado. Sem ser atingido a informação continuou a circular no meio científico, ameaçando a credibilidade do cientista.

Empolgado, Ladislau teria agido, como registra Abelardo Duarte, com precipitação, anunciando algo que ainda precisava de esclarecimen-

tos. Divulgou o episódio para toda a imprensa, em carta assinada por ele mesmo. Para o cirurgião plástico Fernando Gomes, “a inscrição teria sido feita pelo próprio dom Pedro II, como uma brincadeira que, ao fim, acabou prejudicando o alagoano”, alvo de críticas ferrenhas de alguns opositores. O fato não foi esclarecido antes da morte súbita do alagoano, que faleceu, no dia 18 de março de 1894, aos 56 anos, de ataque cardíaco, deixando a mulher, Ialá Netto, e quatro filhos.

Para a historiadora Regina Dantas, do Museu Nacional, o episódio das inscrições fênicas não “mancha” a trajetória de Ladislau Netto: “O historiador Roberto Khalil faz um comentário sobre o assunto da possível passagem dos fênios pelo Brasil e questiona historiadores e arqueólogos que dizem ser impossível que os fênios tenham passado pelo Brasil antes de sua descoberta e acham que este assunto são teorias exóticas e fantasias delirantes. Concorro com o historiador, pois Khalil explica que os fênios circularam todo o Mediterrâneo, contornaram o que hoje é o continente africano e estiveram na região que hoje corresponde à Inglaterra, Portugal e Ilhas Canárias. Por que não teriam passado por correntes marítimas que chegam até o Brasil? Um estudo abrangente, mais profundo e científico, se faz necessário antes de respostas radicais de negação de toda possibilidade de que fênios tenham chegado ao litoral americano em suas navegações pelo mar”, diz. Investigar mais esse ponto nebuloso da história do Brasil contribuiria também para esclarecer um aspecto da biografia do cientista alagoano que, ainda hoje, permanece cercado por mistério. **JA**